FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.788 — SEGUNDA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 2024 — R$ 6,90

Ultradireita sai na frente em pleito na França

A ultradireita venceu o 1º turno da eleição legislativa na França e pode chegar ao poder pela primeira vez desde a 2ª Guerra. O Reunião Nacional, partido de Marine Le Pen, foi o mais votado (33%), o que permite projetar entre 230 e 280 das 577 cadeiras da Assembleia Nacional. Grande derrotado da eleição, o presidente Emmanuel Macron pediu aliança democrata e republicana no 2º turno, no dia 7. **Mundo A8**

Análise
Vinicius Torres Freire
Muro de contenção contra Le Pen está mais do que rachado **A8**

Marine Le Pen celebra vitória da ultradireita no primeiro turno das eleições francesas para o Parlamento Yves Herman/Reuters

Mínimo custará mais R$ 100 bi em 4 anos à Previdência

Benefícios são alvo de revisão de despesas; Lula disse que não mudará vinculação do piso salarial a programas sociais

A Previdência Social, alvo preferencial da revisão de gastos, terá aumento de ao menos R$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à política de valorização do salário mínimo instituída pelo próprio governo.

Lula (PT) e integrantes de sua equipe afirmam que o objetivo é ampliar o poder de compra do trabalhador.

No entanto, economistas e até membros do governo dizem que é preciso enfrentar o debate da consequência da regra sobre os gastos.

Em dez anos, o impacto chegará a R$ 550 bilhões, calcula o economista Fabio Giambiagi. Para ele, o efeito prático da regra anula parte do ganho conquistado com a reforma da Previdência de 2019.

A expansão, além de criar desafios para a Previdência, pressiona o limite do novo arcabouço fiscal, que cresce em ritmo mais lento.

O presidente já avisou aos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) que não aceita mudanças na política de valorização do mínimo, nem desvincular os benefícios. **Mercado p.2**

Gabriela Biló/Folhapress

ESTADO COM MAIOR FECUNDIDADE DE MENINAS DE 10 A 14 ANOS DIFICULTA ABORTO LEGAL

Única maternidade de Roraima habilitada deixou de realizar procedimento após norma do Conselho Federal de Medicina; na foto, menina segura filho **Saúde B4**

ENTREVISTA DA 2ª
Pedro Malan

Brasil precisa rever gastos para concluir Plano Real

Presidente do Banco Central e ministro da Fazenda durante a criação e implantação do real, que completa 30 anos, Pedro Malan avalia que o plano econômico deixou pilares importantes, como controle da inflação e câmbio flutuante, mas ainda falta estruturar regime fiscal no país. "Tentamos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas isso continua sendo um grande desafio", afirma. **A10**

BC não deve intervir para conter dólar, dizem economistas

Economistas consultados pela **Folha** desaconselham intervenção pontual do Banco Central no câmbio para conter o dólar, que vive disparada e fechou a sexta (28) cotado a R$ 5,59, maior valor nominal desde 2022. Segundo eles, a alta está mais relacionada a incertezas na política fiscal do Brasil. **Mercado p.1**

Lygia Maria
Recusar mudança em luta às drogas é pura insensatez
Opinião A2

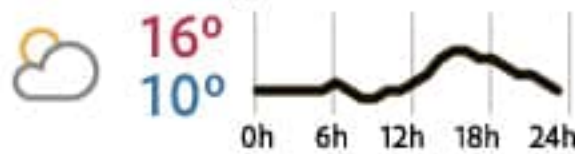
EDITORIAIS A2

Inflação inspira mais cuidado, indica o BC
Sobre críticas de Lula e projeções da instituição.

40 gramas
Acerca de decisão do Supremo relativa à maconha.

ISSN 1414-5723

Ilustrada C2
Aos 82, Gilberto Gil anuncia que se aposentará dos palcos em 2025

ATMOSFERA
São Paulo hoje
16º 10º
0h 6h 12h 18h 24h

Para maioria, tragédia poderia ser evitada no RS

Pesquisa Datafolha mostra que 7 em cada 10 gaúchos dizem que a destruição provocada pelas enchentes dos últimos dois meses poderia ter sido evitada. Ao menos 179 pessoas morreram. A maioria vê as três esferas governamentais, parlamentares e a própria população como culpados. **Cotidiano B1**

Karine Almeida Rocha/Portal de Notícias Urupema

Santa Catarina tem recorde de frio no ano, com -7,8°C

A Prefeitura de São Joaquim (SC), no chamado Caminho da Neve, registrou ontem -7,8°C, a temperatura mais baixa do ano. Urupema (foto), na mesma região, marcou -7,2°C. A previsão é que o frio continue hoje no Sul do país. A capital paulista também anota temperaturas baixas. **Cotidiano B3**

Após amputação, atleta ouro no Pan faz vaquinha online

Vencedora de medalha de ouro nos Jogos Pan-Americano de 1983, Conceição Geremias, 67, destaque do heptatlo brasileiro, amputou o pé e parte da perna esquerda após síndrome rara e complicações em cirurgia. Ela lançou campanha virtual de financiamento coletivo para pagar o tratamento. **Esporte B5**

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Inflação inspira mais cuidado, indica o BC

Gasto público e fim da ociosidade na economia dificultam queda dos juros, o que a autoridade monetária indica e Lula se recusa a entender

O Banco Central e a política monetária continuaram a ser alvo de ataques insensatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em entrevistas concedidas na semana passada.

O presidente da República disse não entender por que a taxa de juros está em 10,5% ao ano, entre outras diatribes, e sugeriu que tudo será diferente quando seu indicado assumir o comando da instituição.

Caso se disponha a ler o mais recente Relatório Trimestral de Inflação, divulgado na quinta (27), encontrará as razões para o arrocho persistente. Também descobrirá que as projeções de inflação para este ano e 2025 subiram desde a edição anterior, de março.

Poderá verificar, ainda, que os riscos para a gestão dos preços estão em alta, fato agravado por suas desastradas intervenções, que só dificultam o trabalho da instituição e nenhum ganho trazem —nem a seu governo nem ao país.

O documento traz duas atualizações em variáveis que influenciam a projeção do IPCA e, por extensão, a taxa básica de juros.

A primeira é a estimativa da chamada taxa Selic neutra, aquela que permite o alinhamento do crescimento da economia ao seu potencial e, ao mesmo tempo, da inflação à sua meta, hoje em 3% anuais.

Segundo o BC, esse indicador subiu de 4,5% para 4,75% —as várias metodologias e a coleta de projeções do setor privado sugerem patamar ainda maior, perto de 5%. Boa parte dessa alta advém dos gastos públicos, que impulsionam a demanda e a alta dos preços.

A consequência prática da conduta perdulária do Executivo é a necessidade de uma política monetária mais restritiva do que se previa para controlar a inflação.

A outra novidade do relatório é a avaliação de que não há mais ociosidade na economia. Antes, de acordo com as contas do BC, havia recursos não utilizados, e portanto espaço para expansão da atividade sem pressionar a inflação.

Juntando todas as influências, ficou mais difícil levar a inflação para a meta, ainda mais num contexto de juros internacionais mais altos do que se esperava antes. Até agora, o governo só fez atrapalhar e não há indicação de que Lula esteja disposto a mudar de rumo.

A boa notícia foi a formalização do novo padrão de cumprimento da meta de inflação, que segue em 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual, mas de forma contínua e desvinculada do ano-calendário.

Se o IPCA acumulado em 12 meses ficar acima do limite superior por mais de 6 meses, haverá descumprimento e, com isso, a necessidade de explicações pelo BC. Alterações só serão efetivadas com prazo mínimo de 36 meses.

Promove-se assim um aperfeiçoamento de natureza técnica. Resta eliminar o ruído político.

40 gramas

Decisão do STF pode desafogar prisões; Congresso não pode se eximir de rever lei insensata e custosa

Ao fixar o montante de até 40 gramas de maconha para distinguir usuários de traficantes, o Supremo Tribunal Federal (STF) torna mais objetivo o tratamento dado aos casos de porte da substância.

Embora o ajuste gradual na lei devesse partir do Legislativo, a Corte foi acionada para apreciar a questão e decidiu a partir do mérito das liberdades individuais.

Segundo projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 1% a 2,4% dos presos podem vir a ser beneficiados pela medida, o que corresponde a cerca de 8.000 a 19 mil pessoas atualmente encarceradas.

Mas o impacto não será imediato, o que afasta alarmismos. O Judiciário analisará os casos individualmente. Condenados pelo porte de uma quantidade menor do que 40g têm direito a pedir revisão. Ademais, há mais de 6.000 processos suspensos que aguardavam a definição do STF, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Iniciativas como mutirões em presídios por parte do CNJ e da Defensoria Pública são necessárias para evitar que pessoas permaneçam presas ilegalmente.

O impacto da Lei de Drogas de 2006 foi nefasto. A falta de parâmetros para diferenciar usuários de traficantes gerou enorme salto na população carcerária, de 257% entre 2000 e 2022, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Em 2005, 14% dos presos no país eram acusados ou condenados por tráfico de drogas; em 2014, 28%. No caso de mulheres, a taxa aumentou oito vezes entre 2002 e 2018, chegando a 64%.

A política de drogas brasileira, além de irracional, é custosa. O Ipea aponta um gasto de cerca de R$ 2 bilhões por ano com encarceramento de pessoas que poderiam ser enquadradas como usuárias.

A ausência de critério objetivo na lei também incentiva o preconceito racial e social. Em 41 mil processos de tráfico decididos no primeiro semestre de 2019, 67% dos acusados eram negros e 75% tinham baixa escolaridade.

Já passa da hora de o Congresso Nacional rever uma lei ineficiente e perdulária. Os parlamentares, no entanto, ameaçam promovê-la a emenda constitucional.

Legalização lenta e gradual

Lygia Maria

Por que o Congresso se recusa a consertar erros da Lei de Drogas e a rever a política sobre o tema com base em evidências científicas e experiências internacionais que atestam o fracasso do proibicionismo? Afinal, a guerra às drogas só infringe liberdades individuais e gera violência sem conter o consumo abusivo.

Pesquisa recente do Insper é uma de inúmeras que revelam a distorção nefasta criada por uma lei mal feita. Entre 2010 e 2020, 31 mil negros foram detidos em São Paulo por tráfico, enquanto brancos com perfil similar (idade, escolaridade, mesmo tipo e quantidade de droga) foram considerados usuários —porque a lei não estipula critérios objetivos para diferenciar usuários de traficantes.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, que acertou no mérito da liberdade individual, tentou resolver o problema ao instituir o limite de 40 gramas só para maconha, mas com isso entrou de fato na regulação, que é papel do Legislativo.

Leis mudam. A escravidão já foi legalizada, e ser homossexual, crime. Jogos de azar são proibidos no Brasil, no entanto tramita no Congresso um projeto para autorizá-los.

Fala-se em conservadorismo para justificar a inação do Parlamento, mas tal perspectiva não prega imutabilidade social, apenas cautela com mudanças bruscas. Na verdade, a criminalização de algumas drogas foi uma ruptura radical, dado o apreço ancestral do *Homo sapiens* por estados alterados de consciência. Não à toa, infringiu direitos e gerou o caos, o que a postura conservadora justamente tenta evitar.

O Congresso poderia começar com a legalização da maconha, uma droga leve e utilizada há milênios —no século 5 a.C., Heródoto descrevia o consumo da planta em seu "História".

Alguns gostam de tomar cerveja depois do trabalho, outros, de fumar um baseado. A punição desse ato banal pelo Estado equivale a abater pardais com balas de canhão.

Após 50 anos fazendo a mesma coisa sem obter os resultados esperados, recusar mudanças é insensatez, não conservadorismo.

Problema crônico

Ana Cristina Rosa

Triste e difícil ouvir do presidente Lula, eleito com o voto dos negros e das mulheres, o absurdo (para não dizer a desculpa esfarrapada) de que a irrisória participação de mulheres, pretos e pardos no governo federal se deve à escassez de opções. Sinceramente...

A predominância de homens brancos nos postos de comando do governo está mais relacionada ao desinteresse político de enfrentar a disparidade de gênero e o racismo institucional do que ao tamanho da "oferta" de mulheres, pretos e pardos com "participação política histórica mais contundente".

E, para além da atuação política, há muitas mulheres e muitos intelectuais negros brilhantes. Pessoas altamente qualificadas e experientes em diversas áreas do conhecimento que poderiam contribuir para ampliar a visão sobre as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento do país.

É fato que o contingente de brasileiros pretos e pardos com educação formal é desproporcional à demografia. Uma realidade trágica, que resulta de mais de três séculos de escravização.

Contudo, os ventos são de mudanças. O acesso da população negra à universidade aumentou exponencialmente nos últimos 12 anos com a lei de cotas. Negros agora representam metade dos acadêmicos e o número de professores pretos e pardos nas universidades cresceu.

Mas um "problema crônico" impede lideranças políticas (inclusive as situadas à esquerda do espectro) de enxergar os negros (em geral) e as mulheres (em particular) como opções viáveis.

Vale lembrar que "gênero e cor da pele" não são critérios considerados (ao menos não eram até bem pouco tempo) para a nomeação de alguém para uma atividade relevante na esfera pública federal —especialmente se o cargo em questão for vitalício.

O presidente tem razão quando diz que precisa de um governo que tenha a cara do Brasil. Mas não se trata de falta de opção.

Fez lembrar versos de Tom e Vinícius: "Tristeza não tem fim/Felicidade sim".

'Mas isto fala!'

Ruy Castro

Em maio de 1876, na Exposição do Centenário da Independência Americana, em Filadélfia, um jovem inventor se propôs a mostrar o funcionamento de sua última criação ao simpático monarca estrangeiro que se dirigira a ele —aliás, a única pessoa em toda a feira que lhe dera alguma bola. O jovem era o britânico Alexander Graham Bell. O monarca, aliás, também o único naquela comemoração eminentemente republicana, era o nosso d. Pedro 2º, sempre atento às últimas da tecnologia.

Graham Bell passou a d. Pedro uma espécie de corneta e pediu-lhe que a levasse ao ouvido. Afastou-se para o fundo do stand, tomou de um aparelho semelhante, ligado ao de d. Pedro por um fio, e pareceu murmurar alguma coisa. No mesmo instante, as palavras entraram pelos tímpanos do imperador: "To be or not to be...". D. Pedro não esperava por aquilo. Deu um salto para trás e exclamou: "Mas isto fala!".

Claro que falava. Era o telefone, uma invenção a que Bell chegara ao tentar criar um aparelho que ajudasse os surdos a escutar e, sem querer, inventara um meio de comunicação que seria útil para todo mundo. Ao dizer a d. Pedro que pretendia comercializá-lo, o imperador respondeu: "Quando o senhor fizer isto, o Brasil será o seu primeiro cliente." E foi. Pouco depois, d. Pedro tornou-se o feliz usuário de uma linha ligando o Paço Imperial ao Paço de São Cristóvão —a primeira do Brasil e uma das primeiras do mundo. Desde então, ficou impossível imaginar o mundo sem telefone, não?

Não. De uns tempos para cá, as pessoas deixaram de falar ou de atender ao telefone. Preferem receber mensagens escritas com os polegares e responder da mesma maneira.

Imagine se, ao ligar para D. Pedro naquele dia, Bell, depois de ouvir sua ligação chamar oito vezes, tivesse como resposta a odiosa voz pastosa: "Deixe a sua mensagem na caixa postal." Entre o ser ou não ser, ele só teria o não ser.

O operador e a máquina

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Para Giovanni Sartori (1924-2017), a democracia consiste em um maquinismo e um conjunto de maquinistas que têm que pôr a máquina para funcionar. Mas quando nos queixamos da democracia e denunciamos sua crise geralmente focamos o maquinismo e esquecemos os operadores. Ou atacamos os maquinistas e esquecemos o maquinário.

O maquinismo é a estrutura constitucional do país. Embora defenda que o maquinário das democracias atuais é "decente", embora esteja "caindo frequentemente nas mãos de mecânicos ineptos". Sartori é cáustico em relação a nossa Constituição, que é repleta de "dispositivos quase suicidas" e "promessas irrealizáveis". (Sim, a carta de 1988 continha um dos mais bizarros dispositivos já incorporados a uma constituição: o tabelamento da taxa de juros).

Mas o núcleo duro do nosso maquinário é o presidencialismo de coalizão com um Poder Executivo constitucionalmente forte, e com forte delegação de poderes ao Judiciário e Ministério Público. Não tenho dúvidas que o nosso maquinário é "decente": na realidade, o presidencialismo multipartidário é a forma modal de sistema de governo no mundo atualmente.

Ele produz, sob certa condições, governabilidade e bom governo. Os múltiplos pontos de veto garantem inclusividade —muitos atores participam dos processos decisórios— e certa irreversibilidade de quando as decisões são tomadas (deixemos de lado por um momento a imprevisibilidade criada pelo STF). O sistema se move de forma lenta e ineficiente. Como um transatlântico. Mas por isso mesmo não permite transformações radicais, como aconteceu sob Bolsonaro.

O risco de imobilismo é perene, sim. As democracias sempre produzem bom governo em um sentido negativo porque impedem a tirania. Mas não são sinônimos de bom governo. As escolhas coletivas sob a democracia podem produzir resultados pífios. Mas há um mecanismo que potencialmente pode permitir correção de rumos —eleições novas—, e alternância de poder; (mecanismo que sob o parlamentarismo quando não temos mandatos fixos para o Executivo é eficiente). O mau governo pode resultar também de crenças tecnicamente infundadas que produzem resultados pífios nas políticas públicas.

A máquina também exige um operador eficiente, como insiste Sartori. Para forjar consensos e maiorias. Aí está o nosso principal desafio: não temos tido operadores que combinem capacidade de forjar coalizões efetivas, crenças tecnicamente fundadas, e apoio popular. Ausência de confrontos institucionais paralisantes, portanto, governabilidade, não equivale a bom governo.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Somos capazes de planejar?

A tragédia do Rio Grande do Sul exige uma resposta robusta e inovadora

Luiz Afonso dos Santos Senna, Homero Neves da Silva e Philip Yang
Professor de engenharia da UFRGS, foi diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres e secretário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre
Membro do Instituto Urbem - Instituto de Urbanismo e Estudos para a Metrópole
Membro do Instituto Urbem

Passadas oito semanas da tragédia no Rio Grande do Sul, parece cada dia mais evidente que tivemos muito mais um problema de governo que de planejamento. Os diques, muros de contenção hidráulica, sistemas de bombeamento avançados e comportas hidrodinâmicas de Porto Alegre, concebidos há décadas, são demonstrações robustas da nossa contínua capacidade de planejar.

Por outro lado, os eventos trágicos do final de abril testemunham nossa incapacidade de governar. Ao olharmos para o futuro, sabemos portanto que, para derrotarmos uma nova catástrofe, temos que criar mecanismos de governança e de gestão para mobilizarmos a capacidade técnica disponível, tendo a reconciliação como princípio, a recuperação como objetivo e o desenvolvimento como fim.

Um balanço das experiências acumuladas no Brasil e no exterior, bem-sucedidas e fracassadas, traz algumas lições valiosas. Paz, unidade e acordo político são pilares da recuperação. Institucionalidade –com flexibilidade e transparência– é forte preditor de sucesso. Improviso e baixa institucionalização de processos redundam em perdas certas, humanas e materiais. Participação social é fundamental. Acesso a expertise testada faz a diferença. Ação deve ser pautada por diagnóstico, desenho de projetos e execução técnica sem interferências políticas.

Para que o Rio Grande do Sul reúna esses ingredientes de sucesso e retome sua trajetória de pujança, inovação e resiliência, é necessária uma nova estrutura de liderança e coordenação. As estruturas atuais impedem a mobilização e integração dos quadros qualificados do serviço público e a contratação da competência presente no mercado e na academia. As disputas partidárias agravam essa fragilidade institucional e dissipam recursos em um momento que exige união de esforços.

A criação de uma Autoridade Interinstitucional para Recuperação e Desenvolvimento (ARD) parece ser necessária num contexto de impasse e de polarização como o que vivemos hoje. Essa agência seria integrada pelos governos federal e estadual, com representação dos públicos afetados e participação de profissionais qualificados. A diretoria-executiva demanda uma composição com indivíduos de reconhecida experiência profissional, sem viés político-eleitoral.

[...]

A tragédia do Rio Grande do Sul exige uma resposta robusta e inovadora. A criação da ARD, com governança transparente, capacidade de contratação e integração de competências técnicas, pode ser a chave para a recuperação

A governança da ARD deve ser intergovernamental e interinstitucional, com conselhos amplos para garantir a escuta e um conselho de administração enxuto e ágil. Uma equipe executiva profissional e competente seria responsável pela proposição e implementação dos projetos de recuperação.

A transparência seria um elemento fundamental da conduta da ARD, que deverá gerar informações sobre o andamento das atividades e demonstrar o alinhamento das ações com a missão da agência disponibilizadas de forma constante.

Não há tempo a perder. Coordenar investimentos para acelerar a superação da tragédia é um imperativo. Casos de sucesso em outros locais demonstram que o Rio Grande do Sul pode alcançar um crescimento 20% acima da curva normal pré-catástrofe. Isso seria possível através da implementação de infraestrutura resiliente ao clima extremo, do aumento de empregos, do crescimento das exportações, da incorporação de negócios intensivos em capital humano e de uma maior integração internacional com acordos de cooperação técnico-científica e investimentos diretos.

A tragédia do Rio Grande do Sul exige uma resposta robusta e inovadora. A criação da ARD, com governança transparente, capacidade de contratação e integração de competências técnicas, pode ser a chave para a recuperação, o desenvolvimento e a construção de um futuro mais próspero e resiliente para o Estado.

Até quando esperar para começar as mudanças?

Só a agricultura familiar pode 'esfriar' o planeta, protegendo a biodiversidade e combatendo a fome

João Pedro Stedile
Economista e integrante da Coordenação Nacional do MST

Os crimes e as tragédias ambientais se repetem no Brasil com frequência cada vez maior. Secas na Amazônia, enchentes no Maranhão e em Recife, queimadas no pantanal, desmatamento e rebaixamento do lençol freático no cerrado, a reserva hídrica das três maiores bacias hidrográficas do país...

A tragédia no Rio Grande do Sul é apenas a ponta do iceberg de tantas agressões que atingem milhões de pessoas e obriga a sociedade, e, sobretudo, os governos, nos três níveis, a refletir sobre a necessidade de mudanças urgentes.

Foi uma tragédia anunciada. Há muito tempo a comunidade científica vinha alertando que o monocultivo de grãos e as pastagens levam a um desequilíbrio na distribuição das chuvas.

As mudanças no Código Florestal, defendidas e aprovadas pela bancada ruralista na década de 2000, diminuíram o tamanho das áreas de cobertura vegetal nas margens dos córregos e rios e desobrigaram a reposição de áreas de desmate. Sem qualquer fiscalização, foi uma festa.

O governo gaúcho ainda mudou centenas de artigos da lei estadual ambiental. Tudo para ajudar o agronegócio, que nem sequer deixa riquezas no estado, porque exporta commodities agrícolas sem pagar um centavo de ICMS, graças à Lei Kandir, do governo FHC.

Somam-se a esse desplante as ações predadoras da mineração, em todos os cantos, desde a retirada de areia até as grandes mineradores de ferro, além dos crimes dos garimpeiros.

Por fim, o uso de agrotóxicos talvez seja a maior agressão à natureza. O Brasil é o país que mais usa agrotóxicos, inclusive produtos proibidos na Europa, que eliminam a biodiversidade, alteram o equilíbrio da natureza e contaminam o lençol freático. Mas quem se importa se isso é controlado por meia dúzia de empresas transnacionais, que não pagam impostos, mas financiam políticos?

Os crimes estão aí, escancarados. E os mais afetados são sempre os pobres, que pagam com suas vidas. São os moradores de locais não adequados, empurrados pela especulação imobiliária das cidades para encostas; são os ribeirinhos; são os agricultores familiares.

O que fazer? Não precisamos mais derrubar nenhuma árvore para plantar ou criar gado. O desmatamento zero precisa ser estendido da amazônia aos demais biomas, como o cerrado, a mata atlântica e o pantanal. Essa política deve ser combinada com um grande plano nacional de reflorestamento nesses biomas, nas cidades, na beira das estradas e nas margens de córregos e rios. Empresas estatais deveriam criar viveiros e distribuir mudas de árvores nativas e frutíferas.

[...]

O Rio Grande do Sul vai precisar agora de R$ 60 bilhões apenas para repor perdas. Vamos continuar sempre correndo atrás da reparação ou vamos nos preparar para uma vida melhor para todos?

Precisamos colocar limites ao avanço do agronegócio, ao modelo predador que enriquece apenas as empresas transnacionais exportadoras e meia dúzia de fazendeiros.

Somente a agricultura familiar pode "esfriar" o planeta, protegendo a biodiversidade e combatendo a fome.

Para isso, devemos estimular a policultura de alimentos saudáveis, com um grande programa de agroecologia, que distribua insumos necessários aos agricultores familiares, com uma política de reindustrialização que forneça máquinas agrícolas adequadas e fertilizantes orgânicos.

A reforma agrária é uma política fundamental para garantir acesso à terra aos agricultores que não as têm —muitos expulsos pelo avanço do agronegócio— e para realocar os atingidos climáticos. Nas cidades, é primordial garantir moradia digna em locais com segurança e futuro.

Tudo isso custa muito dinheiro, mas é melhor prevenir e salvar as vidas e a natureza do que chorar depois. O Rio Grande do Sul vai precisar agora de R$ 60 bilhões apenas para repor perdas.

Vamos continuar correndo atrás da reparação ou vamos nos preparar para uma vida melhor para todos?

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Roupas secam em varal de casa atingida por enchente em Porto Alegre, onde lixo e entulho ainda estão nas ruas Carlos Macedo - 28.jun.2024/Folhapress

Chuvas no Sul

"Enchentes do RS atingiram proporção maior de pobres, negros e menos escolarizados" (Cotidiano, 29/6). Nunca vi nada diferente disto em catástrofe alguma. A corrente sempre arrebenta do lado mais fraco.
Benedito Claudio Pacifico (Duque de Caxias, RJ)

*

Não, não é surpresa. Mas é bom que se divulgue para que as pessoas entendam que racismo não é mimimi, que cuidar do meio ambiente também é cuidar dos mais vulneráveis e que investir em educação pode refletir até em uma tragédia como essa.
João Carlos Oliveira Marques (Rondon do Pará, PA)

Mercado Imobiliário

"RS tem que ser tratado como o Brasil foi na pandemia, diz CEO de construtora gaúcha" (Mercado, 28/6). Querem o Estado máximo agora, mas defendem o Estado mínimo e apoiam políticos como Bolsonaro.
Joselma Ramos Mouta (Brasília, DF)

América Latina

"Evo Morales crê ser dono da política; para nós, ela é do povo, diz Luis Arce à Folha" (Mundo, 28/6). Um indígena no poder incomoda muita gente.
Leonardo Trindade (São Paulo, SP)

*

Esse doutor Arce está desinformado. Os ricos donos do mundo é que são os donos tanto da política quanto dos políticos, do povo e tudo mais que existe.
José Mário ferraz (Vitória da Conquista, BA)

*

"General golpista da Bolívia é indiciado por terrorismo e levante contra o Estado" (Mundo, 28/6). Será que essa tentativa de golpe não passou de uma farsa, uma armação, para salvar a popularidade de Arce?
Anete Araujo Guedes (Belo Horizonte, MG)

*

A Bolívia deu um bom exemplo ao mostrar o general golpista algemado e custodiado por policiais, como qualquer criminoso preso em flagrante. No Brasil, um general só poderia receber ordem de prisão de oficial que tivesse pelo menos a mesma patente.
Paulo Roberto Dufrayer de Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

Debate de gênero

"O futuro nas mãos dos homens" (Mariliz Pereira Jorge, 28/6). Fraco, Mariliz. Tem a Kamala lá. Se ela não tem carisma, a culpa não é do eleitor. E você se incomodar com o fato de os pleiteantes serem héteros, francamente. Como se homossexualismo fosse predominante.
Paula Faria (Palmas, TO)

*

A Mariliz vai mudar de opinião quando por aqui se confrontarem, por exemplo, Carla Zambeli e Bia Kicis. E pode piorar se a apóstola Michelle entrar na disputa. Me mudo para a Ucrânia!
Lucio Flavio Pereira (São Paulo, SP)

*

Porque das poucas mulheres com poder, muitas são machistas.
Carla C. Oliveira (São Paulo, SP)

Operação Churrascada

"Desembargador de SP negociou venda de sentença em missa de 7º dia, diz PF" (Cotidiano, 28/6). O juiz corrupto foi descoberto em rachadinhas de R$ 640 mil entre 2016 e 2022 e a PGR se opôs à sua prisão preventiva? E agora foi flagrado em vendas de sentenças e foi só afastado? Mas que Judiciário o brasileiro.
Jenny Gonzales (São Paulo, SP)

*

Não sei, mas essa história está cheirando mal. Impunidade, corporativismo, tudo junto e misturado.
Lucio Moreira (Natal, RN)

Luto no futebol

"Morre Dudu, ídolo histórico do Palmeiras, aos 84 anos" (Esporte, 28/6). A maior dupla que o Palmeiras já teve: Dudu e Ademir da Guia. Tive a sorte de vê-los jogar várias vezes. Descanse em paz.
Guilherme Zambrana Toledo (São Bernardo do Campo, SP)

Fórum de Lisboa

"Fachin cobra compostura no Judiciário em meio a caixa-preta e conflitos no 'Gilmarpalooza'" (Política, 28/6). Até tu, Dino? Que decepção! Que decepção...
Debie dos Santos Bastos (São Paulo, SP)

*

Parabéns, ministro Edson Fachin, alertando os seus pares que participam do "Gilmarpaloosa", pela compostura e compromissos éticos.
SileneMaria de Sousa (Goiânia, GO)

Internet

"Redes sociais distorcem instintos morais humanos e geram fadiga de empatia, diz estudo" (Reinaldo José Lopes, 29/6). A única saída que eu encontrei para mim mesma foi excluir todas elas. Passo alguns apuros por isso, mas me sinto bem melhor.
Mariele Parteli Florencio (São Paulo, SP)

*

As redes sociais viraram um mundo de faz de conta, onde o pior aflora. Culpam-se os algoritmos, mas o problema são as pessoas. Ninguém é obrigado a aceitar as indicações dos algoritmos.
Marcos Correia (Recife, PE)

Sem extremismo

"Le Pen rompe o 'cordão sanitário'" (Demétrio Magnoli, 28/6). É o dinheiro. Como disse Michael Hudson, o neoliberalismo não se sustenta mais, o poder precisa do fascismo para se sustentar.
Gilberto Rosa (Rio de Janeiro, RJ)

Coleta seletiva

"Preguiça, desconhecimento e falta de tempo: por que brasileiros não separam resíduos em casa" (Ambiente, 22/6). Não se trata de preguiça, desconhecimento ou falta de tempo. É falta de interesse mesmo. Aqui em Curitiba fazemos isso há 40 anos. É cultural.
Dea maria Kowalski (Curitiba, PR)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (30.JUN, PÁG A4) O teto constitucional do funcionalismo público é de R$ 44.008,52, não R$ 41,6 mil, como publicado em "Maioria dos procuradores do MPF engorda salários por acumular funções"

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Ampulheta

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que formulará uma nova proposta do projeto de lei das Fake News ainda não se reuniu, quase um mês após ser criado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). A avaliação de membros do colegiado é que, diante da proximidade do recesso parlamentar e das eleições municipais, o tema só será discutido no fim do ano. Formado por 20 deputados, o GT funcionará por 90 dias, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período.

CABO DE GUERRA Lira oficializou o grupo no dia 5 de junho, quase dois meses após ele ter anunciado o GT. A ideia de retomar as discussões sobre o PL, que está travado na Casa há quase um ano sem consenso, ocorreu na esteira do embate entre o ministro Alexandre de Moraes, do STF, e o empresário Elon Musk, dono da rede social X, em abril.

CADEIRA Líder da oposição, Filipe Barros (PL-PR) diz que é importante que os deputados se reúnam antes do recesso ao menos para designar o coordenador e o relator do grupo. Jilmar Tatto (PT-SP) afirma que procurará Lira para tratar do tema. "Tudo indica que vai ser prorrogado e deixado para depois das eleições, infelizmente", diz.

CASA NOVA O ex-procurador-geral da República Augusto Aras acertou sua contratação pelo escritório de advocacia Tauil & Chequer, um dos maiores dedicados ao direito empresarial do país. Aras deve começar no novo emprego no segundo semestre.

DIÁLOGO Relator do projeto de lei que trata da anistia aos condenados pelos atos golpistas do 8 de janeiro, o deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) se reuniu com os ministros Gilmar Mendes e André Mendonça, do STF, nas últimas semanas para buscar a "possibilidade de construir um entendimento" acerca do tema.

MEIO-TERMO "Ainda existe uma certa resistência no tribunal, mas continuaremos com as conversas", diz. Valadares espera votar o PL na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara antes do recesso.

MAPA Integrantes do PT estão mapeando as candidaturas de mulheres que disputarão as eleições municipais pelo partido neste ano para apresentar à primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja. A ideia é identificar onde a socióloga pode atuar para alavancar essas candidaturas, inclusive com viagens aos municípios.

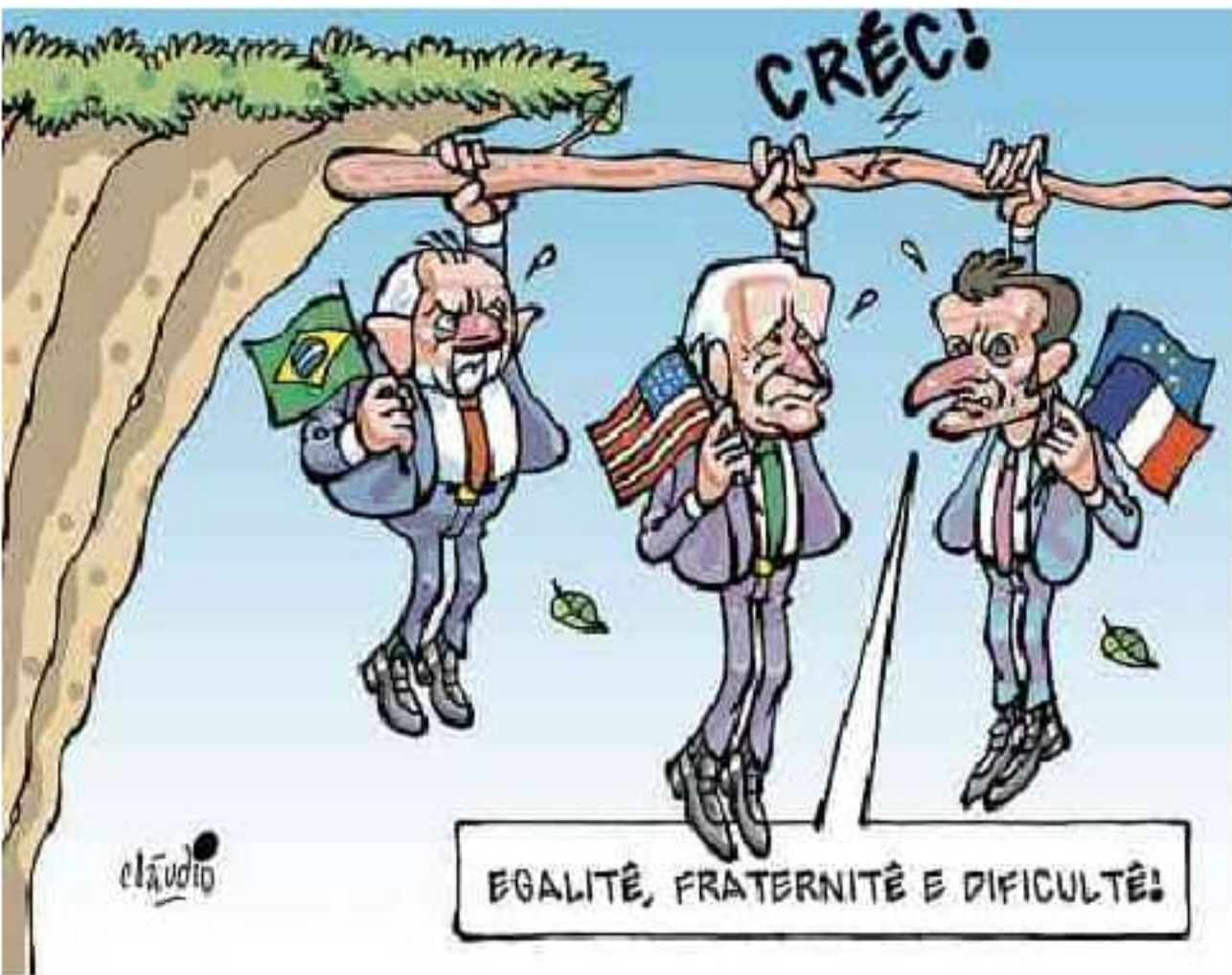
MAPA 2 "Queremos a participação de Janja nesse processo eleitoral em apoio às nossas candidatas", diz a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR). "Ela é uma referência na luta por mais mulheres nos espaços públicos. Nessas eleições vamos priorizar ainda mais a presença das mulheres na disputa."

DAQUI... Ao menos R$ 12,5 milhões em emendas parlamentares foram destinados a estados e municípios para custeio de festas de São João por meio do Ministério do Turismo. Os recursos foram repassados para bancar festejos em cidades da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

... PARA LÁ A Bahia foi o principal destino dos recursos. Uma emenda de bancada repassou R$ 10,2 milhões para a Secretaria de Turismo do estado, que distribuiu as verbas entre 37 municípios.

MÃOS DADAS A Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) iniciou na terça (25) um programa em parceria com o Tribunal de Justiça de SP, empresas e sindicatos para garantir emprego e renda a mulheres vítimas de violência doméstica. O programa Tem Saída, segundo a gestão, é uma aposta para ajudar a mitigar o apagão de mão de obra em diversos setores.

Com Guilherme Seto, João Pedro Pitombo e Victoria Azevedo

Cláudio

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90		R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Lula (PT) com Eduardo Paes (PSD) em evento de entrega de moradias no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Lula intensifica viagens para ajudar candidatos em cidades estratégicas

Dos 36 municípios percorridos pelo presidente neste ano, em ao menos 20 ele tem um postulante; Planalto nega caráter eleitoral

Renato Machado, Julia Chaib e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) cumpriu a sua promessa e intensificou no primeiro semestre deste ano as viagens pelo Brasil, incluindo em seu roteiro cidades consideradas estratégicas no mapa eleitoral do PT e do próprio governo.

O foco está em capitais em que o partido e seus aliados consideram ter chance de vitória e cidades de médio porte que já governa. O mandatário também vem adotando a estratégia de aumentar a quantidade de entrevistas, conversando com veículos de mídia locais em cada parada.

Lula terá uma semana intensa de viagens, numa corrida para comparecer ao máximo de municípios antes do período de restrições da Justiça Eleitoral — candidatos só podem participar de cerimônias de entrega de obras do governo federal até sábado (6).

O Palácio do Planalto nega caráter eleitoral nas viagens e argumenta que as agendas ocorrem em todo o Brasil.

"Os critérios para definição dos compromissos presidenciais nacionais têm como parâmetro o cronograma de entregas e anúncios de novas medidas, além da disponibilidade de agenda do chefe do Executivo", disse, em nota.

O governo Lula ainda acrescenta que o primeiro ano de mandato foi dedicado à reconstrução de políticas públicas e sociais. Nesse ano, prossegue, será a vez de "colher o resultado desses investimentos e acompanhar o andamento das medidas em execução".

Lula visitou 36 cidades brasileiras nos primeiros seis meses deste ano. Em ao menos 20 delas, o PT lançou candidatos ou participa de alianças com chances de vitória nas eleições municipais de outubro.

O presidente esteve desde quinta-feira (27) fora de Brasília. Voltou neste domingo (30) para uma leve pausa e já parte novamente, com previsão de volta apenas na próxima quarta-feira (3), para participar do lançamento do Plano Safra.

Nos últimos dias, passou por três cidades de Minas Gerais, foi a eventos pela quarta vez na capital paulista, pela sétima vez ao Rio de Janeiro e ainda passa por Salvador, Feira de Santana (BA), Recife e Goiânia.

> **Eu vim aqui também porque, [até] no dia 5 de julho essa mulher [a prefeita Margarida Salomão, do PT] pode subir comigo no palanque. Mas depois do dia 5 de julho essa mulher não pode mais subir no palanque comigo**
>
> **Lula (PT)**
> em viagem a Juiz de Fora

O GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) do PT se reuniu na semana passada para acertar novas candidaturas e definir prioridades para as eleições.

Em Minas Gerais, o partido tem como meta manter o controle sobre duas cidades médias, Contagem e Juiz de Fora — as atuais prefeitas, Marília Campos e Margarida Salomão, lideram as pesquisas.

Lula visitou os dois municípios na semana que passou. Em Contagem, usou parte de sua fala para exaltar a prefeita.

"Querida Marília, foi um prazer muito grande vir a Contagem outra vez e te achar mais bonitona, mais charmosa e muito mais preparada para conversar com esse povo. Porque o que você fez com esse povo hoje foi uma lição de vida. E eu tenho certeza que o povo sabe a importância de a Marília ser prefeita de Contagem", disse o presidente.

Mesmo tratamento recebeu Margarida em Juiz de Fora, onde o próprio Lula reconheceu que decidiu visitar a cidade antes das vedações eleitorais.

"Eu vim aqui também porque, [até] no dia 5 de julho essa mulher pode subir comigo no palanque. Mas depois do dia 5 de julho essa mulher não pode mais subir no palanque comigo. Como eu quero vir muitas vezes aqui e vou ter que fazer atos sem a presença dela, eu vim aproveitar essa viagem para ver a minha extraordinária companheira Margarida e aproveitar para inaugurar as obras", afirmou.

Também em Minas, Lula deu declarações a rádios exaltando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e defendendo sua candidatura a governador em 2026.

O PT lançou o nome do deputado federal Rogério Correia para a disputa em Belo Horizonte, onde Lula também esteve, mas a situação do partido por lá é bem mais difícil.

Também de olho em 2026, Lula dedicou boa parte das viagens para visitar o Nordeste, bastião eleitoral do PT.

A ida a Teixeira de Freitas (BA), cidade que o grupo político do governador Jerônimo Rodrigues (PT) busca reconquistar, resultou numa saia justa com o prefeito opositor local. Lula criticou a ausência de Marcelo Belitardo (União Brasil) na inauguração de um hospital. O chefe do Executivo local depois respondeu que o evento era um "ato político" com o qual ele não concordava.

Outro embaraço ocorreu durante inauguração de obra na Via Dutra, em Guarulhos (SP), com o pré-candidato Alencar Santana (PT), quando o presidente cometeu um ato falho e chamou o evento de "comício do Lula".

Mesmo com as viagens do presidente pelo país, a prioridade máxima no governo segue sendo a eleição de Guilherme Boulos (PSOL) na cidade de São Paulo.

No sábado (29), ele dividiu palanque com o deputado do PSOL em dois eventos do governo federal na capital paulista e reforçou a estratégia do seu aliado de se colocar como defensor dos mais pobres. Condenado por campanha eleitoral antecipada por ato no 1º de Maio, o petista evitou pedido de voto explícito.

Outra prioridade do petista é reeleger Eduardo Paes (PSD) no Rio de Janeiro e assim ter aliados nas duas maiores cidades do Brasil. Neste domingo (30), Lula participou de entrega de casas com o prefeito, que chamou de o "possível melhor gerente de prefeitura que este país já teve".

O PT trabalha com a hipótese de ter candidatos em 11 capitais, mas o GTE do partido considera que há chances reais em três: Teresina (PI), Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS). Também aposta em crescimento em Vitória (ES) e Goiânia (GO). As três primeiras foram visitadas por Lula e tiveram os pré-candidatos nos eventos. A capital goiana entrará no roteiro na quinta (4).

A partir do dia 6, as autoridades públicas não podem participar de inaugurações públicas nem nomear, exonerar ou contratar agentes.

A União fica proibida, por exemplo, de fazer transferências voluntárias aos estados e municípios. São ressalvadas apenas as transferências que cumprem obrigação formal anterior para executar obra ou serviço com cronograma fixado. O governo federal pode atender os poderes locais em caso de emergência ou calamidade pública.

O Executivo Federal também precisa retirar de seus sites e outros meios de comunicação oficial qualquer slogan ou símbolo que possa identificar "autoridades, governos ou administrações" que estejam em disputa.

Petista deixa Haddad e Marta de lado e cita Paes melhor de prefeituras

Bruna Fantti e Catarina Scortecci

RIO DE JANEIRO E CURITIBA Um dia depois de dividir palanque em São Paulo com o pré-candidato Guilherme Boulos (PSOL) e dois dos prefeitos mais exaltados pelo PT na trajetória do partido, o presidente Lula afirmou neste domingo (30) que o atual chefe do Executivo municipal do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), é o "possível melhor gerente de prefeitura que este país já teve".

O petista participou, ao lado do aliado, que é pré-candidato à reeleição, da inauguração do programa Morar Carioca na comunidade do Aço, em Santa Cruz (zona oeste), que fica em frente à comunidade Três Pontes, região de influência do berço da maior milícia do estado.

Lula chegou a comparar a figura de Paes no Rio à de marcas da cidade como Ipanema, Copacabana, Cristo Redentor e Pão de Açúcar. Ele pretende apoiar a reeleição do prefeito na disputa eleitoral deste ano, apesar da resistência de setores petistas no Rio e de Paes não se mostrar disposto por enquanto a ceder a vaga de vice na chapa ao PT. O PSD é comandado nacionalmente por Gilberto Kassab, secretário no governo paulista de Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL).

"Conheço muitos prefeitos e trato todos com muito respeito. Mas eu queria dizer para vocês que hoje estou aqui diante do possível melhor gerente de prefeituras que este país já teve, que é o Eduardo Paes", afirmou Lula.

No sábado (29), Lula chegou a exaltar Marta Suplicy, que foi prefeita de São Paulo pelo PT entre 2001 e 2004 e será candidata a vice na chapa de Boulos, e afirmou que ela não conseguiu se reeleger por haver preconceito contra quem adota políticas sociais a favor dos mais pobres. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que foi prefeito na capital paulista entre 2013 e 2016, também estava no palco.

O PT já chegou ao auge, em 2012, de eleger 650 prefeitos Brasil afora. Em 2020, após retração, ficou no comando de 183 prefeituras.

"O Rio de Janeiro é a cara do Brasil. Em qualquer parte do mundo, quando você fala do Brasil, o pessoal lembra do Rio. Ou lembra de Ipanema, ou de Copacabana, ou do Cristo Redentor, ou do Pão de Açúcar, e agora lembra do Dudu. Não é só o Pão de Açúcar", disse Lula ao exaltar o aliado do PSD.

Paes também exaltou o petista e disse que "é impossível governar sem ajuda do governo central". Quando o cerimonial anunciou a etapa de entrega de chaves de 16 unidades, Paes interrompeu para dizer que "não é esse oba-oba todo para entregar só 16 apartamentos".

"Daqui para frente, a cada semana, a cada 15 dias, vão ter mais 16 famílias se mudando. A gente pegou a área livre que tinha aqui. Fizemos os primeiros prédios, alguns prontos, outros ficando prontos. Na medida em que a gente for dando as casas, a gente vai demolindo as casas entregues lá em 1967, que eram para ser provisórias [após enchentes], e a gente vai fazer mais prédio lá", disse. "A gente vai mudando aos poucos as famílias. Claro que eu adoraria que todo mundo se mudasse amanhã. Mas a gente explicou desde o início que não tem terreno suficiente."

Assim como havia feito nos dois discursos de sábado em São Paulo, o presidente buscou afastar a imagem de "pai dos pobres", na tentativa de reforçar a imagem de atenção também a outros segmentos da sociedade, como a classe média.

"Eu não sou o pai do pobre. Eu, na verdade, sou vocês. Vocês que fizeram com que eu estivesse aqui. [...] Para chegar onde cheguei, não tem explicação, tenho certeza que a mão de Deus me trouxe até aqui."

Lula voltou a falar sobre sua trajetória e as dificuldades enfrentadas pela sua mãe para criar os filhos sem casa própria. "Conto isso para vocês saberem que vocês não têm como presidente da República um estranho no ninho. Foi muita miséria. Mas nunca fiquei chorando as desgraças que eu passei. Sempre acreditei que era possível levantar a cabeça, acreditar muito em Deus, ter fé e a gente vencer na vida."

O presidente também repetiu críticas a Bolsonaro, sem citar o nome do ex-mandatário. "Esse país foi abandonado. Governar não é mentir, não é falar, é fazer."

"O povo mais humilde só é lembrado pelas pessoas na época da eleição. Aí todo mundo gosta de pobre e fala mal de banqueiro. Depois que ganha a eleição, começa a andar de jet ski", disse Lula.

Ao final do seu discurso, o petista disse à plateia que "vocês vão perceber que este país vai melhorar".

"Hoje, a gente não fez tudo ainda. Mas, amanhã, a gente vai fazer", afirmou.

"Muito dinheiro na mão de poucas pessoas significa pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, fome, miséria. Porque é concentração de riqueza. Mas pouco dinheiro na mão de muitos muda o jogo. Todo mundo vai poder comprar um pouquinho, comer melhor. E a economia gira. E é esse país que eu quero fazer e já fiz uma vez", afirmou o presidente, ao acrescentar não querer "tirar nada de ninguém" e que "vocês já estão com a paciência esgotada".

Segundo a Prefeitura do Rio, responsável pelo programa Morar Carioca, foram entregues os três primeiros blocos de um total de 44 que estão sendo construídos na região. Ao todo, o Morar Carioca do Aço prevê 704 unidades residenciais, beneficiando cerca de 4.000 pessoas.

Os investimentos foram de R$ 243 milhões e parte do valor (R$ 45 milhões) foi financiada pelo governo federal, via empréstimo entre a prefeitura e o Banco do Brasil.

O conjunto foi inaugurado próximo à comunidade Três Pontes. O local é considerado o berço da maior milícia do Rio de Janeiro, até dezembro comandada por Luís Antônio da Silva Braga, o Zinho, preso na véspera de Natal.

Em outubro de 2023, o sobrinho de Zinho, Matheus Rezende, o Faustão, havia sido morto em operação policial. Investigadores acreditam que o líder, sabendo estar perto de ser pego, ordenou a maior queima de ônibus da história do Rio, 35 coletivos, para facilitar a fuga.

Entre os presentes no público deste domingo estava o vereador Júnior da Lucinha (PSD), que teve o nome entoado em coro durante os discursos. Ele é filho da deputada estadual Lucinha (PSD-RJ), denunciada pela Promotoria sob acusação de integrar o braço político da milícia de Zinho. Paes, que foi chamado pela Promotoria como testemunha, cumprimentou Junior nominalmente, ao agradecer a presença dos vereadores.

Segurança de candidatos de SP acende alerta em campanhas

Boulos e Marçal reforçaram proteção; especialista aponta risco de violência

Deputado Guilherme Boulos
Mariana Pekin 1.set.23/UOL

GUILHERME BOULOS
O deputado federal pelo PSOL deixou o Celta e circula em carro blindado desde o início do ano, e quase sempre anda com seguranças. Ameaças de morte que recebeu virtualmente são investigadas pela Polícia Federal.

Prefeito Ricardo Nunes
Leon Rodrigues - 30.jun.24/Secom

RICARDO NUNES
Preocupações se ampliaram com a indicação de Ricardo Mello Araújo (PL), ex-chefe da Rota, para vice. Receio de aliados é que a presença do policial dificulte atos de campanha na periferia.

Apresentador José Luiz Datena
Instagram

JOSÉ LUIZ DATENA
O apresentador insinuou que sua pré-candidatura incomoda facções como o PCC. Seu partido, o PSDB, diz que o aparato de proteção será definido mais adiante, mas o apresentador afirmou que fará campanha sem colete

Tabata Amaral na Parada LGBT
Ronny Santos - 2.jun.24/Folhapress

TABATA AMARAL
Ela também adotou medidas de vigilância e segurança em seu escritório político e em eventos de maior porte. Ela relata receber ameaças de violência tanto física quanto sexual desde que se tornou deputada federal, em 2019

Pablo Marçal
Ronny Santos 3.jun.24/Folhapress

PABLO MARÇAL
O influenciador foi outro que acionou autoridades por ameaças de morte. Em junho, ele incorporou à sua equipe o policial militar Edson Melo, de Goiás, que estava na caçada ao serial killer Lázaro Barbosa, em 2021.

Artur Rodrigues e Joelmir Tavares

SÃO PAULO A segurança pessoal se tornou ponto de atenção para pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo após relatos de ameaças que exigiram reforço de escolta. Eles têm falado abertamente sobre riscos a que estão expostos, que vão além da violência enfrentada pela população.

Guilherme Boulos (PSOL) circula em carro blindado desde o início do ano, deixando de lado o Celta que foi incorporado à estética de suas campanhas anteriores, e quase sempre anda com seguranças. Ameaças de morte que recebeu virtualmente são investigadas pela Polícia Federal.

Pablo Marçal (PRTB) foi outro que acionou autoridades por ameaças de morte. Em junho, ele incorporou à sua equipe o policial militar Edson Melo, de Goiás, que estava na caçada ao serial killer Lázaro Barbosa, em 2021. Marçal sugeriu existir uma "fila" de pessoas querendo "pará-lo".

José Luiz Datena (PSDB) insinuou que sua pré-candidatura incomoda facções como o PCC, que ele combate. Seu partido diz que o aparato de proteção será definido mais adiante, mas o apresentador de programa policial afirmou que fará campanha "de peito aberto", sem colete à prova de balas.

"Atira aqui", disse Datena, apontando para o próprio peito, no evento em que o PSDB o lançou pré-candidato. "Se me deixarem de cadeira de rodas, eu termino a campanha de cadeira de rodas e ganho."

Ele reforçou o tom linha-dura na segurança pública em comentários no "Brasil Urgente", da Band, nos últimos dias, reclamando do clima de medo na cidade. Falou que, se eleito, investirá em saúde e educação "para o pobre" e quer "tirar o crime organizado da prefeitura e dos serviços públicos".

A segurança é tema central deste pleito por ser apontada em pesquisas como um dos principais problemas da cidade — embora a área seja de responsabilidade do governo estadual, não da prefeitura.

Para candidatos a prefeito, a legislação não prevê o direito a segurança feita por órgãos públicos, como ocorre com presidenciáveis, protegidos na campanha pela Polícia Federal.

Como está no cargo de prefeito, Ricardo Nunes (MDB) é o único dos pré-candidatos que conta com uma equipe de defesa pertencente à ativa da Polícia Militar. Além disso, em agendas públicas do pré-candidato à reeleição é comum a presença de carros da GCM (Guarda Civil Metropolitana).

As preocupações com segurança se ampliaram no entorno dele com a recente novela da indicação de Ricardo Mello Araújo (PL) para vice. A chance de que o ex-chefe da Rota, batalhão conhecido por sua letalidade, entrasse na chapa provocou alertas de aliados.

O receio levantado por eles é o de que a presença do policial dificulte atos de campanha na periferia. Um dos temores era que o PCC, que atua na venda de drogas em diversas comunidades, vetasse a entrada de políticos ligados ao grupo de Nunes em determinados territórios.

Além do histórico na Rota, Mello Araújo defendeu em 2017 diferença de tratamento a cidadãos em abordagens policiais nos Jardins (área nobre de São Paulo) e na periferia.

Desde que a escolha foi sacramentada, no entanto, auxiliares diretos do prefeito têm minimizado os temores, sustentando que a campanha é de Nunes, não de Mello Araújo. Eles avaliam que rivais como Boulos e Marçal estão capitalizando de maneira oportunista o assunto das ameaças.

A equipe do pré-candidato do PSOL procurou a PF, e não a Secretaria de Estado da Segurança Pública, sob a justificativa de que um dos supostos autores integra força de segurança estadual e poderia não haver isenção do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) para apurar o caso.

A PF informou à Folha que o inquérito está sob sigilo. Boulos já costumava ser alvo de ataques, mas disse em entrevista ao UOL que com a pré-candidatura "começou a ter um nível de ameaça brutal", envolvendo também sua família. O aluguel do carro blindado é pago pelo PSOL.

Marçal também disse ter recebido, por telefone e mensagens de celular, ameaças de sequestro e morte contra ele e familiares, em tentativa de coação para que desista da candidatura. Ele compartilhou os conteúdos com a Polícia Civil ao registrar boletim de ocorrência, em 10 de junho.

O influenciador agora tem um protocolo de segurança mais rígido. Uma equipe avalia riscos em locais onde ele irá e até, eventualmente, o uso de colete à prova de balas, segundo informou sua assessoria.

Marçal, em nota, disse que o tenente-coronel Melo, que começou a atuar em sua segurança, não foi contratado. "Ele é um amigo pessoal de longa data e alguém que eu tenho em alta estima."

Tabata Amaral (PSB) também adotou medidas de vigilância e segurança em seu escritório político e em eventos de maior porte. Ela relata receber ameaças de violência tanto física quanto sexual desde que se tornou deputada federal, em 2019.

A pré-campanha afirma que as intimidações chegam via comentários em redes sociais, emails, telefonemas e até mesmo cartas para a casa dela. Diz ainda que, além dos ataques pela atuação política, ela está sujeita a ameaças que atingem "muitos paulistanos, especialmente mulheres".

Em dezembro, Tabata sofreu uma tentativa de assalto na região central da capital e saiu ferida por estilhaços quando um homem quebrou o vidro do carro e tentou pegar o celular da deputada.

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo diz que "foge da sua competência" a oferta de proteção, mas que "a Justiça Eleitoral tem a preocupação natural com relação à segurança dos candidatos, servidores da Justiça Eleitoral, mesários e todos os envolvidos no processo eleitoral".

"O TRE-SP manifesta sua preocupação no sentido de que o pleito se desenvolva da melhor forma possível, apoiando as ações dos órgãos competentes para a segurança de todos", afirma, em nota.

Para a diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, o quadro é uma combinação da crise de segurança no país com o fenômeno da violência política, acentuado nos últimos ciclos eleitorais. "É muito preocupante para a democracia que exista isso", diz.

Segundo o Observatório da Violência Política e Eleitoral, ligado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, entre janeiro e março deste ano 59 lideranças políticas sofreram algum tipo de violência no Brasil.

Campanha eleitoral não pode ser lei da selva, diz marqueteiro espanhol

Estrategista que trabalhou no México, Colômbia e Argentina defende regulação das redes sociais

Fábio Zanini

SÃO PAULO Estrategista de comunicação política que participou de campanhas em nove países latino-americanos, o marqueteiro espanhol Antoni Gutiérrez-Rubí, 63, defende a regulação das plataformas online para que não virem "a lei da selva" durante eleições. "Na selva, o mais forte ganha sempre, e não pode ser dessa forma", diz, em entrevista à **Folha**.

Segundo ele, "construir normas e obter a autorregulação das redes é um objetivo político e democrático".

Rubí tem no currículo as campanhas do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, da recém-eleita no México, Claudia Sheinbaum, e de Sergio Massa, que foi ao segundo turno na Argentina contra Javier Milei, entre outras.

Ele agora está entrando no mercado brasileiro, com uma parceria com a agência PLTK., de Pablo Nobel, que fez a campanha do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em 2022.

Ambos devem trabalhar juntos na eleição municipal deste ano e conversam com potenciais clientes. Também miram o pleito de 2026, para presidente e governos estaduais.

A entrada de um estrangeiro ao mercado publicitário brasileiro não é algo muito comum. Sua agência, a Ideograma, foi criada há 40 anos, no momento em que a Espanha ainda consolidava sua transição para a democracia.

A "fadiga democrática", título de um dos seus 22 livros sobre comunicação política, é uma das preocupações de Rúbi. Segundo ele, o papel das redes sociais na ascensão do populismo, tanto de direita como de esquerda, é algo que justifica uma regulação mais efetiva.

"A rua real, física, e a rua digital têm que ter as mesmas normas. Se em uma plataforma online você tem um determinado comportamento que seria ilegal fora dela, você tem que ser responsabilizado."

Esse paradigma, diz, é ainda mais verdadeiro num momento em que campanhas eleitorais do mundo todo estão lidando com novas tecnologias, como inteligência artificial e os chamados deepfakes, em que vídeos e áudios são manipulados para que pareçam ser de uma pessoa.

> "A decisão de voto já não é avaliação por uma gestão, é por um mundo de valores. Bons governantes, com boa gestão econômica, podem fracassar

"Me preocupo muitíssimo com a inteligência artificial. Ela tem a capacidade de suplantar uma pessoa. Se substituir a personalidade e a identidade de alguém na rua é um delito, tem que ser também nas redes", afirma.

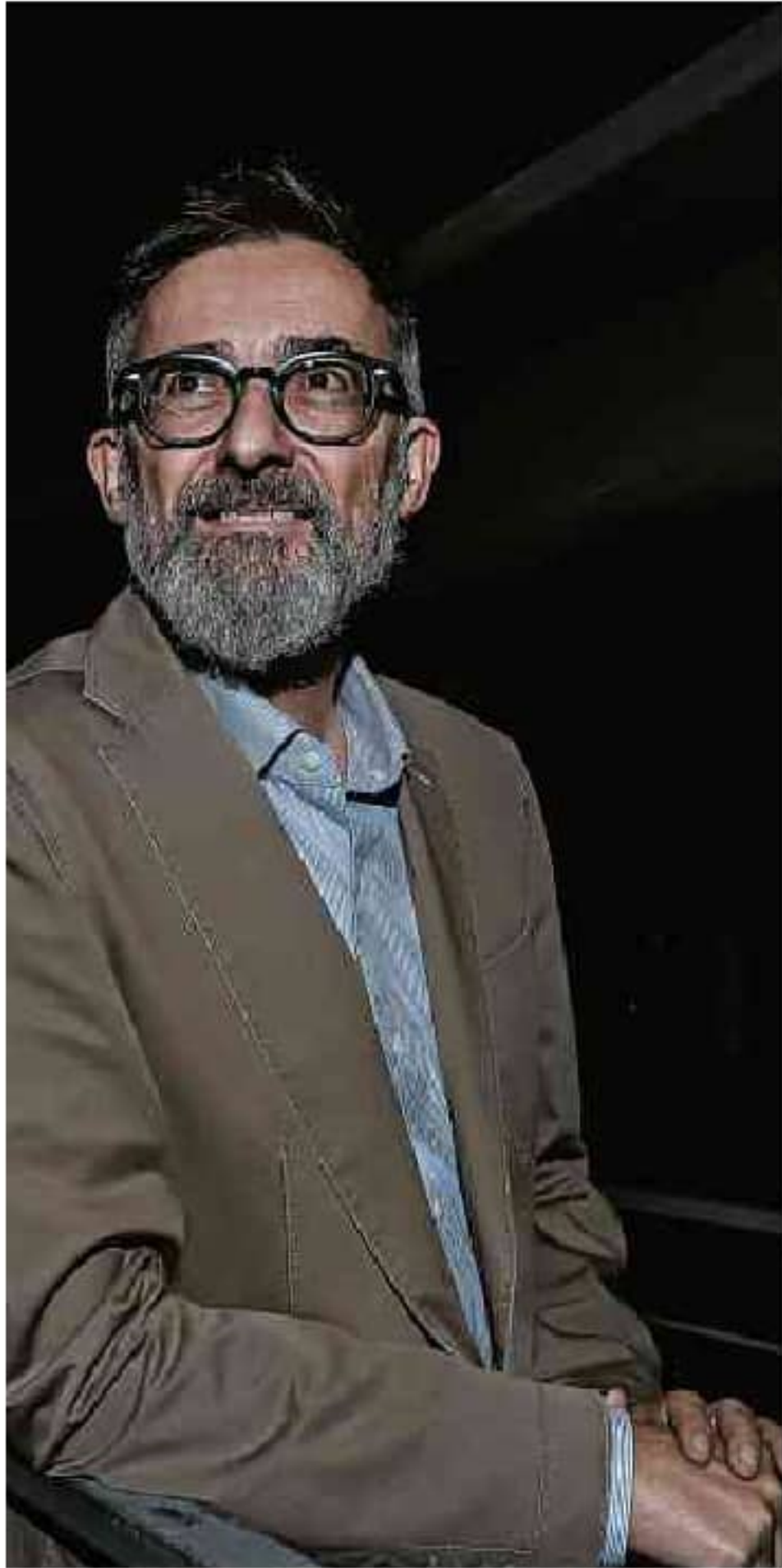
Para ele, "a inteligência artificial é uma força capaz de reduzir os direitos de identidade, propriedade e privacidade".

No Brasil, resoluções do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) foram publicadas impedindo o uso malicioso de deepfake e obrigando que conteúdo com inteligência artificial seja claramente identificado como tal.

As tentativas de controle sobre essas ferramentas, apesar de positivas, ainda estão aquém da velocidade com que novas tecnologias surgem, diz.

"As empresas estão indo muito rápido e a regulação democrática, muito lentamente", diz ele, que enxerga a Europa como o continente onde esses esforços são mais avançados.

Com atuação também no meio acadêmico, Rubí é codiretor do mestrado em comunicação política e social na Universidade Ramon Llull, em Barcelona, onde estuda os efeitos da comunicação sobre a democracia. Um dos seus objetos de análise é a forma como a comunicação em redes sociais e o populismo se reforçam mutuamente.

Segundo Rubí, os populistas têm três características. "A primeira, uma interpretação das emoções da sociedade. A segunda é usar essa interpretação para oferecer uma saída fácil, rápida, direta. Isso quase nunca é possível, porque a maioria dos problemas que nossos cidadãos enfrentam precisa de tempo para serem resolvidos", afirma.

A terceira, e talvez mais séria, é aproveitar-se da fraqueza institucional de sistemas políticos. "Isso permite que outsiders ofereçam uma saída rápida com base nas emoções."

O ambiente emotivo, para ele, é próprio dos algoritmos que hoje distribuem informação nas redes. "O modelo de negócios das plataformas é baseado na atenção. O bem abundante é a informação e o bem escasso é o tempo. Um segundo continua sendo um segundo, um minuto é um minuto, uma hora é uma hora. O tempo não pode aumentar. O que cresce é a informação", diz.

Nesse cenário, acredita Rubí, é preciso que o marketing político entenda melhor como os eleitores respondem a estímulos emotivos.

"Há um certo desprezo, às vezes, por achar que as emoções são um elemento menor. Mas as pessoas acabam pensando no que sentem. Acho que se deve ter um olhar melhor e um entendimento maior do capital cognitivo das emoções."

A resultante, para o espanhol, é a erosão gradual da máxima celebrizada pelo marqueteiro americano James Carville, de que o que importa na decisão de voto do eleitor "é a economia, estúpido".

"A decisão de voto já não é prêmio ou avaliação por uma gestão, mas é o voto com respeito a um mundo de valores, crenças e preconceitos. Bons governantes, com boa gestão econômica, podem fracassar."

Rafaela Araujo/Folhapress

Antoni Gutiérrez-Rubí, 63
Atuou nas campanhas vitoriosas de Alberto Fernández (Argentina), Gustavo Petro (Colômbia) e Claudia Sheinbaum (México).Codiretor do mestrado em comunicação política na Universidade Ramon Llull, em Barcelona, onde nasceu.

Inelegível, Bolsonaro fala em passar por 2024 para chegar a 2026

Catarina Scortecci

CURITIBA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), inelegível até 2030 depois de ter sido condenado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), disse em Belém neste domingo (30) que "vamos vencer e voltar àquele período que experimentamos há pouco, de paz e de prosperidade".

"Mas, para chegar em 2026, temos que passar por 2024. Por todos os municípios do Brasil", disse ele, em referência às eleições deste ano e à próxima disputa presidencial.

Bolsonaro e a ex-primeira-dama Michele Bolsonaro (PL) estiveram em Belém para participar do lançamento da pré-candidatura do deputado federal Delegado Éder Mauro (PL-PA) à prefeitura da cidade. O parlamentar também é o presidente do PL no estado.

Os apoiadores receberam eles no aeroporto e seguiram em motociata até a região da Doca, onde Bolsonaro discursou em caminhão de som.

Condenado pelo TSE e tornado inelegível em dois processos, por mentiras e ataques ao sistema eleitoral e por abuso de poder e campanha com dinheiro público nas comemorações do Dia da Independência, Bolsonaro também entrou na mira da Polícia Federal em diferentes inquéritos —como a investigação sobre os planos golpistas após as eleições de 2022 e a fraude no cartão de vacinação.

Na última semana, a PF analisava dados encontrados em celulares de Frederick Wassef, um dos advogados de Bolsonaro, para concluir nos próximos dias a investigação sobre a venda de joias pelo ex-presidente.

Para a PF, Bolsonaro utilizou a estrutura do governo federal para desviar presentes de alto valor oferecidos a ele por autoridades estrangeiras.

Neste domingo, ele afirmou que, mesmo com "perseguições e ameaças", "prefiro estar do lado do meu povo que nunca me abandonou".

Bolsonaro disse que "algo aconteceu no final de 2022". "Não foram vocês que me tiraram de lá. Foi o sistema. Mas nós vamos vencer o sistema".

"Nosso futuro passa por cada um de nós. Não existe salvador da pátria", continuou.

Depois da passagem por Belém, Bolsonaro anunciou uma série de viagens pelo Pará para apoiar pré-candidatos aliados. Sem citar o nome do presidente Lula (PT), Bolsonaro também disse em Belém que o atual mandatário é "um presidente sem povo" e que "nem o nordestino engole este cara".

O ex-presidente Jair Bolsonaro Flavio Contente/Ato Press/Agência O Globo

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA | *Maria Vitória Ramos e Bruno Morassutti*
folha.com/colunas/transparencia-publica

Como os cidadãos podem participar do combate à corrupção

A corrupção, tema que dominou a discussão política no país na última década, tem como pressuposto o uso abusivo da assimetria de informações entre Estado e sociedade civil. Num Estado opaco, instituições são facilmente capturadas e o acesso a direitos e garantias é frequentemente objeto de negociatas por agentes públicos interessados em criar dificuldades para vender facilidades. Privilégios injustificáveis são concedidos ao alvedrio da opinião pública.

Sozinhos, o Ministério Público e os órgãos de controle jamais serão capazes de identificar e combater todos os casos de pequenas e grandes corrupções em todos os cantos do país. Além da imprensa, é preciso envolver os cidadãos nessa batalha. Para isso, governo aberto e fácil acesso a informações públicas são essenciais.

Nenhum caso ilustra melhor essa necessidade do que o da então estudante Débora Sögur Hous. Em busca de informações sobre a própria bolsa de estudos no Portal da Transparência do governo federal, a universitária percebeu inconsistências em diversos pagamentos. Aos 25 anos, a jovem desvendou um esquema de corrupção de mais de R$ 7 milhões que resultou, em 2017, na prisão de 29 pessoas.

Ou então a história de Matheus Azevedo, servidor de serviços gerais de uma cidade com 3.000 habitantes no interior do Paraná. Consultando gastos no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Ourizona, descobriu que alguns vereadores da cidade estavam triplicando seus salários com diárias de viagens. No podcast da Rádio Novelo ele conta como, com ajuda da cunhada, produziu um dossiê sobre a "farra das diárias" que chegou ao Ministério Público. Os gastos dos vereadores com diárias reduziram drasticamente.

O jornalismo também bebe dessa fonte. Para ficar em dois exemplos: a partir do Portal da Transparência e das informações da agenda oficial das autoridades, reportagens desta **Folha** revelaram em 2022 que a vice-líder em licitações da estatal federal Codevasf vinha utilizando laranjas para participar de concorrências públicas. A apuração foi citada na investigação da Polícia Federal e, mais recentemente, chegou ao ministro das Comunicações, Juscelino Filho.

Já em janeiro de 2023, reportagem do portal Vocativo mostrou como medicamentos adquiridos com recursos públicos para o tratamento de malária de indígenas yanomami estavam sendo desviados e vendidos por garimpeiros, em um esquema de irregularidades que já tinham sido identificadas pelo Ministério Público Federal.

O MPF, inclusive, publicou recomendação aberta sobre o assunto.

Informações disponíveis publicamente apontavam que algo de errado devia mesmo estar acontecendo: pelos portais de transparência, a unidade de saúde indígena para a Terra Indígena Yanomami era uma das que mais recebiam dinheiro do governo e gastava altas somas para comprar remédios em 2021 e 2022. Enquanto isso, reportagens jornalísticas e o próprio Ministério da Saúde revelavam a falta de medicamentos nos postos para os yanomami. Se os recursos necessários estavam chegando, onde estavam os remédios?

Para permitir que a sociedade continue participando ativamente da fiscalização dos recursos públicos, o governo precisa agora avançar em pautas estruturais sobre as relações público-privadas.

No início deste ano, a Receita Federal começou a divulgar no Portal da Transparência do governo federal os primeiros dados referentes às renúncias fiscais —até agora R$ 215 bilhões.

Mas ainda faltam muitos programas, como o ProAgro, e a abertura da caixa-preta das renúncias fiscais com beneficiários desconhecidos.

Nessa linha, também é essencial a divulgação dos beneficiários finais de pessoas jurídicas registradas no Brasil, conforme recomendado internacionalmente, e segundo os critérios do "Padrão de Dados de Propriedade de Beneficiária" (BODS na sigla em inglês), estabelecidos pela organização global Open Ownership.

Agora é a sua vez, querido leitor! Que tal fuçar o Portal da Transparência do seu município e participar da construção coletiva de um Brasil menos corrupto?

Envelhecimento e área de estudo têm papel em salários mais iguais

Diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu nas últimas décadas

Deborah Bizarria

Economista pela UFPE, estudou economia comportamental na Warwick University (Reino Unido); evangélica e coordenadora de Políticas Públicas do Livres

Na maioria dos países com dados disponíveis, a diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu nas últimas duas décadas. Parte dessa redução se deve ao envelhecimento demográfico. Os trabalhadores mais velhos permanecem no mercado por mais tempo, retendo posições de destaque e dificultando a mobilidade ascendente dos homens jovens. Isso resulta em uma redução da disparidade de rendimentos entre os gêneros.

Analisando quatro décadas de dados salariais dos EUA, Reino Unido, Canadá e Itália, Arellano-Bover e seus colegas identificaram que a diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu, com os jovens de ambos os gêneros recebendo salários mais semelhantes. As gerações mais antigas, que apresentavam maiores desigualdades, estão se aposentando, o que reduz o gap salarial geral. Entre 1976 e 1995, a probabilidade de homens de 25 anos trabalharem no décimo superior de grupos empresariais diminuiu, em média, 6 pontos percentuais, enquanto a mesma probabilidade para mulheres caiu apenas 2 pontos percentuais.

Ou seja, a diferença entre os rendimentos médios de uma sociedade não nos informa muito sobre questões ligadas à igualdade de gênero. E mesmo com o envelhecimento demográfico contínuo, é improvável que esse mecanismo reduza ainda mais a diferença salarial de gênero. Já que desde 1995 a diferença entre a classificação salarial média de homens e mulheres jovens é mínima.

As decisões individuais também desempenham um papel importante nessa dinâmica, uma vez que a escolha da graduação está fortemente ligada aos ganhos futuros. Homens jovens em média preferem áreas de estudo ligadas a exatas e tecnologia, que proporcionam altos ganhos. Nos EUA, 63% da diferença salarial de recém formados é devido ao tipo de curso universitário; na Itália, é 51%. Já as mulheres tendem a escolher áreas de trabalho como educação e cuidados, que pagam menos em média.

Além disso, o gap salarial se amplia principalmente após o nascimento do primeiro filho, quando as mulheres sofrem maior pressão social e familiar para priorizar o cuidado com os filhos em detrimento da carreira. Essas expectativas têm outros tipos de custos para os homens: tendência a aceitar horas extras e demonstrar afeto através da provisão, ao custo de quase não ter tempo com familiares. Essa tendência emerge no mundo inteiro, ainda que em graus distintos. Consequentemente, as mulheres estão super-representadas em empregos de baixa remuneração para atender essas responsabilidades, trabalhando com maior flexibilidade e por menos horas.

Alguns argumentam que as diferenças salariais se devem a fatores biológicos e preferências distintas. Embora homens e mulheres se diferenciem em alguns aspectos psicológicos que podem influenciar o mercado de trabalho, essas diferenças explicam apenas uma ínfima parte da disparidade salarial de gênero. Além disso, não há garantia de que a valorização de certas características traga resultados econômicos positivos para as empresas.

Por isso, para aqueles que almejam alcançar a paridade financeira, o progresso está claramente ligado às escolhas educacionais, de carreira e arranjos familiares. Antes de avaliar uma sociedade apenas pela diferença de rendimentos, é crucial analisar outros indicadores de desigualdade de gênero. Exemplos incluem a taxa de matrícula em diferentes níveis educacionais, acesso a financiamento e capital para negócios, disponibilidade e uso de licenças parentais, direitos de propriedade e herança, mobilidade territorial, taxas de violência de gênero e a força das normas sociais. O salário tende a ser uma consequência de todos esses fatores.

Homens e mulheres devem ter maior liberdade para decidir juntos como equilibrar a vida pessoal e profissional. Isso requer tanto um Estado que garanta igualdade de oportunidades com políticas públicas eficientes quanto menos julgamentos das escolhas alheias por parte de todos nós.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | **TER. Joel Pinheiro da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), em cuja gestão começou a ser aplicada lei de regularização Brenno Carvalho - 4.jul.2023/Agência O Globo

Governo Tarcísio pode abrir mão de fazenda de R$ 70 mi ganha na Justiça

Estado não sabe se tem interesse em posse após disputa e diz que regularização movimenta economia

Artur Rodrigues

SÃO PAULO O Governo de São Paulo ganhou na Justiça direito a uma fazenda avaliada em R$ 70 milhões, mas a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) ainda não sabe se tem interesse em tomar posse do imóvel.

O imóvel vinha sendo disputado pelo governo havia décadas. A lei de regularização fundiária que dá descontos a fazendeiros para regularizar imóveis, porém, pode fazer com que, mesmo após ganhar direito ao imóvel gratuitamente, o governo abra mão dele por um valor muito menor do que ele de fato vale.

A lei que dá descontos de até 90% a fazendeiros para regularizar terras foi sancionada pelo por Rodrigo Garcia (na época, no PSDB) em 2022, mas passou a ser aplicada na gestão de Tarcísio, eleito com apoio do agronegócio.

A legislação beneficia aqueles que estão em terras públicas ocupadas de maneira irregular, o que inclui áreas julgadas devolutas ou em vias de serem assim declaradas. Terras devolutas são áreas públicas que nunca receberam destinação específica por parte do poder público e jamais foram propriedade particular.

A área em questão tem 1.551 hectares (equivalente a cerca de dez parques Ibirapuera) em Presidente Venceslau, no Pontal do Paranapanema. O caso dela exemplifica o que pode acontecer em cadeia para que o governo Tarcísio consiga entregar terras equivalentes a quatro vezes a cidade de São Paulo, conforme planeja.

O governo já buscava a propriedade de terras que incluem a fazenda desde a primeira metade do século passado. Em 2003, entrou com ação em que obteve a propriedade da terra sem necessidade de indenização aos possuidores.

O processo transitou em julgado em 2021, segundo a Procuradoria Geral do Estado, mas o governo não agiu para tomar posse do local.

A fazenda acabou invadida por um movimento sem-terra em fevereiro de 2022, o que motivou uma ação de reintegração de posse por parte dos fazendeiros que ocupavam o local, em nome do espólio de Maria Lucília Malheiro Negrão, conforme posicionamento da PGE ao qual a **Folha** teve acesso.

No âmbito da ação, a Procuradoria afirmou não ter o "menor interesse" em ingressar na causa por não ter "qualquer demanda relacionada com a posse do bem".

"E apenas se poderá cogitar de posse —ou de interesse do Estado na posse do imóvel— após a conclusão dos trabalhos preparatórios e da instauração de incidente de cumprimento de sentença em que se pleiteará a entrega da posse do bem ao estado de São Paulo", diz a PGE.

Ainda segundo o órgão, não é possível falar de prazo para isso porque está pendente estudo sobre eventual instalação de projeto de assentamento ou de regularização da posse do imóvel com base na lei.

A Defensoria Pública do Estado atuou no processo, no qual argumentou que, por se tratar de terra devoluta, os possuidores não tinham legitimidade para pleitear a área. Segundo a defensora Taissa Nunes Pinheiro, o posicionamento da Procuradoria pesou para que a Justiça decidisse retirar os sem-terra que invadiram a área, sendo citado na decisão judicial.

A manifestação do órgão era no sentido da avaliação da área para reforma agrária.

O Itesp (Fundação Instituto de Terras) publicou no Diário Oficial aval para a realização de acordos envolvendo três processos envolvendo a Fazenda Santa Maria, que totalizam uma área de 2.828 hectares.

Um argumento do governo em favor da lei de regularização diz respeito à possível economia nos litígios e também ao pagamento de indenizações pelas benfeitorias. No entanto, no caso em questão, com a decisão judicial pelo direito do estado às terras sem pagamento de indenização, o governo indica contrariar o argumento da economia.

Segundo nova avaliação feita pelo instituto em 2023, as três áreas valeriam quase R$ 36 milhões. Os valores de alienação, porém, seriam de R$ 10 milhões —o desconto médio, nesse caso, seria de 70%, total de R$ 25 milhões.

A reportagem obteve, porém, laudo anterior de perito do Itesp, feito em julho de 2022, que estimava que apenas os 1.551 hectares aos quais o estado ganhou direito na Justiça valiam R$ 70 milhões.

A **Folha** perguntou sobre a diferença de valor para o governo, que afirmou que as avaliações relativas aos três processos envolvendo a Fazenda Santa Maria "levam em consideração somente o valor da terra nua", conforme prevê a lei de regularização fundiária que passou a valer em 2022.

"O laudo expedido quanto à área de 1.550,077 hectares apresentou uma avaliação para todo o imóvel, considerando a terra nua e todas as benfeitorias", afirmou o governo.

Apesar do aval positivo do Itesp sobre as três áreas, os acordos do governo para se desfazer delas com desconto não foram adiante pois precisam da concordância da PGE.

Na Justiça, a defesa dos possuidores da Fazenda Santa Maria alegou ter título de domínio legítimo, adquirindo a terra de boa-fé, e invocaram usucapião. Também citou a manifestação da Procuradoria sobre a posse do terreno.

Paulo d'Arce Pinheiro, advogado dos possuidores, afirma que, caso o estado tomasse posse das áreas da Fazenda Santa Maria, haveria "grave violação do direito à regularização", previsto na lei de 2022.

Ele também afirma que o não reconhecimento do direito à indenização pelas benfeitorias na Justiça "representou violação de normas de direito federal, o que está sendo questionado em ações rescisórias", ajuizadas no Tribunal de Justiça de São Paulo e no Superior Tribunal de Justiça.

"Milhares de pessoas, de boa-fé, compraram terras e pagaram por elas, confiando nos registros imobiliários da região, que, aliás, atuam por delegação do próprio estado de São Paulo. Mesmo assim, décadas mais tarde, especialmente a partir dos anos 90 do século passado, em centenas de processos, muitas dessas pessoas tiveram a sua propriedade questionada pelo próprio estado de São Paulo", afirmou o defensor.

Segundo ele, houve divergências de resultados nesses processos, com o estado vencendo ou sendo derrotado nas ações, o que contrariaria o princípio da igualdade.

Questionado, o Governo de São Paulo afirmou que ainda não há parecer jurídico final da Procuradoria Geral do Estado nos processos relativos à Fazenda Santa Maria.

"A lei 17.557/2022 abriu a possibilidade de todos os ocupantes de terras devolutas ou presumivelmente devolutas de solicitarem acordos com o Estado, cabendo a instrução técnica dos processos à Fundação Itesp e análise jurídica à Procuradoria Geral do Estado", diz a gestão Tarcísio.

O governo acrescenta que um dos objetivos da lei é "trazer economia aos cofres públicos, seja diretamente pela obtenção de recursos para investimentos em políticas públicas ou indiretamente por evitar riscos processuais (indenizações e sucumbências), ou até mesmo pela própria regularização fundiária, que movimenta a economia e promove arrecadação de tributos".

> "Milhares de pessoas, de boa-fé, compraram terras e pagaram por elas, confiando nos registros imobiliários da região, que, aliás, atuam por delegação do próprio estado de SP. Mesmo assim, décadas mais tarde, em centenas de processos, muitas dessas pessoas tiveram a sua propriedade questionada pelo próprio estado
>
> **Paulo Eduardo D'Arce Pinheiro**
> advogado dos possuidores das terras

INÊS 249

mundo

Ultradireita vence 1º turno de eleição legislativa na França

Em derrota para Macron, Reunião Nacional deve ter maior bancada parlamentar

André Fontenelle

PARIS A ultradireita está a um passo de chegar ao poder na França, no próximo domingo (7), pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. No primeiro turno, neste domingo (30), o partido mais votado foi o Reunião Nacional (RN), aliado a dissidentes dos Republicanos, de direita. Seus 33% permitem projetar entre 230 e 280 das 577 cadeiras da Assembleia Nacional, perto da maioria absoluta (289). Hoje a RN tem 88 deputados.

Em segundo lugar ficou a Nova Frente Popular (NFP), coalizão de esquerda e extrema-esquerda, com 28% e, por ora, uma projeção de 150 a 180 cadeiras. Atualmente os partidos do bloco de esquerda somam 150 deputados.

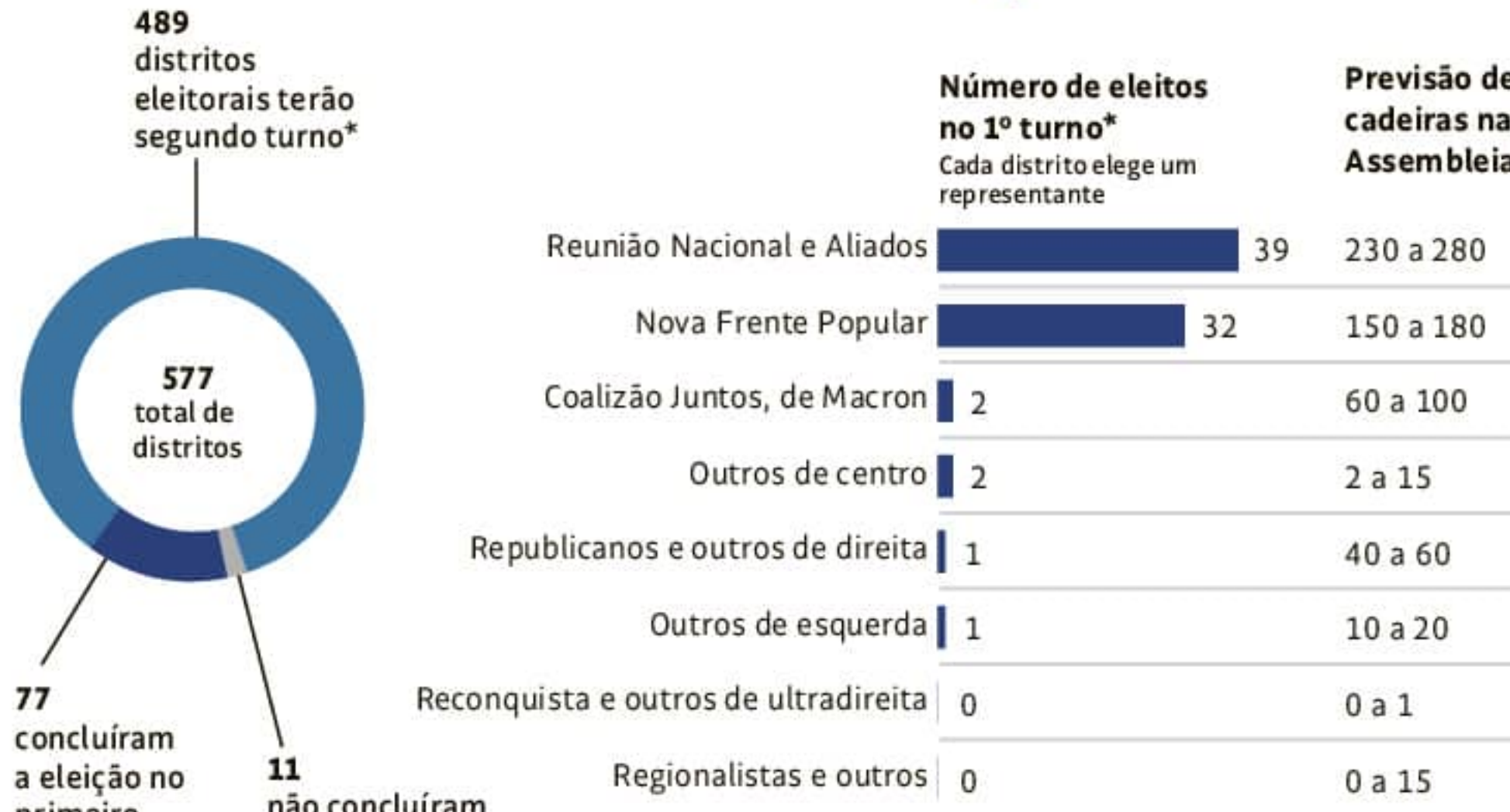
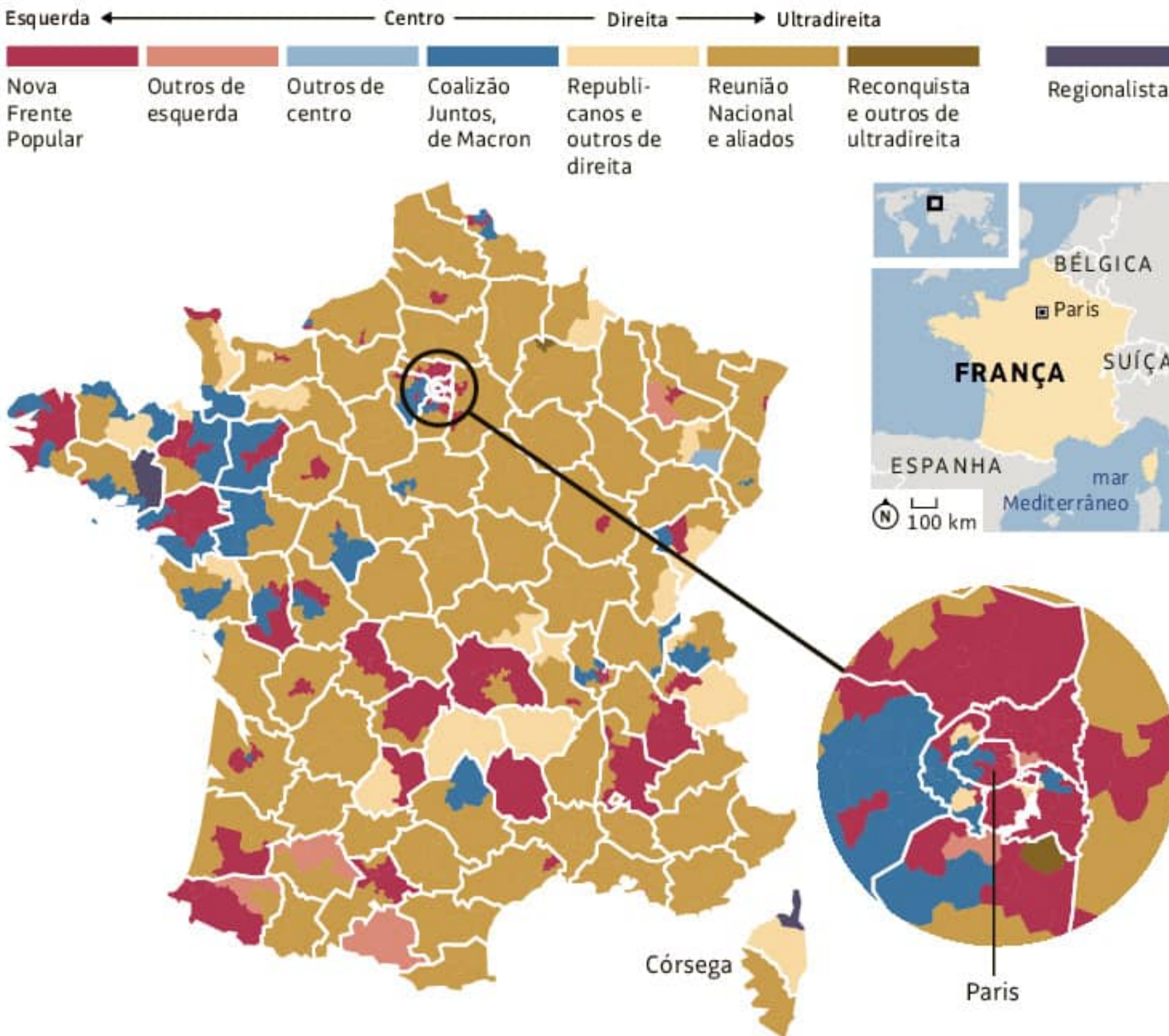
Em terceiro, com 21%, ficou o bloco Juntos, que inclui o Renascimento, partido do presidente Emmanuel Macron, grande derrotado da eleição. A atual maioria governamental deve cair dos atuais 250 deputados para algo entre 60 e 100, pondo fim ao breve gabinete do primeiro-ministro Gabriel Attal, 35, no poder desde janeiro.

O pleito foi marcado por uma elevada participação do eleitorado, de mais de dois terços, a maior do século 21. Na França, o voto não é obrigatório, mas a forte polarização entre direita e esquerda galvanizou boa parte dos 49 milhões de franceses inscritos para votar.

O sistema eleitoral francês é distrital, majoritário e em dois turnos. Porém, uma peculiaridade é que o segundo turno pode ser disputado por mais de dois candidatos, bastando obter uma votação equivalente a 12,5% do total de inscritos. Isso dificulta a projeção da divisão final das cadeiras, já que o resultado depende de possíveis desistências e alianças onde houver três concorrentes no próximo domingo.

Das 577 cadeiras, 77 foram decididas no primeiro turno: 39 delas ficaram com a RN, a maioria no norte e leste da França, contra 32 da NFP, apenas 2 dos macronistas e 4 de outros grupos.

Existe a possibilidade de nenhum bloco obter a maioria absoluta, o que mergulharia a política francesa em um impasse a menos de um mês do início dos Jogos Olímpicos de Paris.

A maioria dos líderes da esquerda pregou união com o centro para derrotar a RN no segundo turno. Os principais nomes do centro, por sua vez, relutam em retribuir, acusando de radicalismo e antissemitismo Jean-Luc Mélenchon, 72, líder da França Insubmissa, maior partido da NFP.

O presidente Emmanuel Macron, 46, que surpreendeu ao dissolver a Assembleia Nacional no último dia 9 após o mau resultado do governo na eleição para o Parlamento Europeu, deverá suportar uma "coabitação" com um primeiro-ministro de oposição. O maior candidato ao cargo é o carismático Jordan Bardella, 28, presidente da RN.

Coabitações entre um presidente de um grupo político e um primeiro-ministro de outro já ocorreram três vezes na chamada "Quinta República" francesa, o regime político em vigor desde 1958. O segundo mandato de cinco anos de Macron termina em 2027, e ele não pode se candidatar de novo. Durante a campanha, Macron negou que renunciaria ao cargo em caso de derrota.

Bardella prometeu, caso se torne primeiro-ministro, respeitar "as funções do presidente da República". Mas ressalvou: "Serei intransigente em relação às políticas que aplicaremos." Ele procurou se mostrar conciliador no discurso pós-eleitoral. "A vitória é possível, e a alternância no poder está ao alcance da mão. Pretendo ser o primeiro-ministro de todos os franceses, respeitoso das oposições, aberto ao diálogo."

Macron limitou-se a enviar à imprensa uma declaração após a divulgação dos primeiros resultados. "Diante da RN, a hora é de uma grande aliança claramente democrata e republicana para o segundo turno", afirmou, sem chegar a anunciar apoio a candidatos da NFP.

O primeiro-ministro Attal foi mais explícito que Macron e conclamou os candidatos do governo a desistirem em favor da esquerda nos distritos onde esta ficou à frente. "A extrema-direita está às portas do poder", advertiu. Homossexual declarado, Attal citou sua história pessoal como razão para a decisão que anunciou publicamente.

Uma maioria absoluta da RN seria impensável poucos anos atrás, devido às raízes do partido, fundado pelo neofascista Jean-Marie Le Pen em 1972 com o nome de Frente Nacional. A filha de Le Pen, Marine, 55, rompeu publicamente com o pai e se dedicou a uma operação de "desdiabolização" do partido, que incluiu a mudança de nome para Reunião Nacional em 2018.

Derrotada por Macron no segundo turno das eleições presidenciais de 2017 e 2022, Marine Le Pen lidera as pesquisas para o pleito de 2027. Neste domingo, foi reeleita deputada já no primeiro turno.

A ascensão da RN se deve, segundo analistas, à conquista de um eleitorado apreensivo com o poder aquisitivo, a criminalidade e a imigração, problemas que aparecem nas pesquisas como os que mais preocupam os franceses.

Atento ao que dizem esses levantamentos, Bardella prometeu medidas imediatas, como a supressão da taxa sobre valor agregado de produtos essenciais e o endurecimento contra o crime e a imigração. Causou polêmica ao propor que franceses com dupla nacionalidade sejam impedidos de exercer cargos públicos "sensíveis".

A **Folha** ouviu eleitores na saída de uma seção eleitoral no centro de Paris. Suas opiniões refletem bem as razões por trás dos votos na esquerda, no centro e na ultradireita.

"Há estrangeiros demais. Os muçulmanos dizem que o Corão está acima das leis da República. É inadmissível", disse Pierre (nome alterado a pedido do entrevistado), 83, magistrado aposentado e eleitor da RN.

Anne-Charlotte, 39, economista desempregada, era eleitora de Macron, mas desta vez votou na NFP: "Macron cometeu um erro grave ao dissolver a Assembleia. Estou traumatizada com o que ele está nos fazendo sofrer."

"Votei no centro, diante de dois blocos extremistas que não queremos ver no poder", afirmou Romain, 33, diretor de estratégia de uma grande empresa.

François Hollande, 69, que presidiu a França entre 2012 e 2017, candidatou-se a deputado pela NFP e vai disputar o segundo turno contra uma candidata da RN. Ele é o primeiro ex-presidente a disputar uma cadeira na Assembleia desde Valéry Giscard d'Estaing (1926-2020), que foi deputado (1993-2002) depois de ter sido presidente. de 1974 a 1981.

Ultradireita sai vencedora no 1º turno das eleições legislativas da França

Mapa mostra partido ou coalizão cujo candidato foi **o mais votado em cada distrito**, mas maioria das disputas vai para 2º turno

	Número de eleitos no 1º turno* (Cada distrito elege um representante)	Previsão de cadeiras na Assembleia
Reunião Nacional e Aliados	39	230 a 280
Nova Frente Popular	32	150 a 180
Coalizão Juntos, de Macron	2	60 a 100
Outros de centro	2	2 a 15
Republicanos e outros de direita	1	40 a 60
Outros de esquerda	1	10 a 20
Reconquista e outros de ultradireita	0	0 a 1
Regionalistas e outros	0	0 a 15

Triunfo também no Parlamento Europeu

No início de junho, ultradireita venceu eleições europeias por toda a França continental, com exceção de Paris e arredores

Percentual de votos obtidos pela Reunião Nacional (RN)

- Menos de 20% — Únicos departamentos onde a RN não ficou à frente
- 20 a 30%
- 30 a 40%
- Acima de 40%

*Resultados sujeitos a alteração
Fontes: Ministério do Interior da França e Le Monde

> A vitória é possível, e a alternância no poder está ao alcance da mão. Pretendo ser o primeiro-ministro de todos os franceses, respeitoso das oposições, aberto ao diálogo
>
> **Jordan Bardella, 28**
> presidente da RN e favorito para ser o próximo premiê

Le Pen fica mais perto do poder com racha no pacto contra sua sigla

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO O muro de contenção da enchente de ultradireita na França está mais do que rachado. Tem buracos relevantes e pedaços feitos de areia, a julgar por declarações dos líderes dos partidos de centro e das minoritárias centro-direita e direita tradicional. Caso o eleitorado aceite as indicações das lideranças, pode ser que a Reunião Nacional (RN) fique mais perto de uma maioria na Assembleia Legislativa, ainda muito difícil.

Esse é o resultado político mais significativo do primeiro turno da eleição legislativa.

Como previam as pesquisas, a RN, liderada por Marine Le Pen, teve cerca de 33,2% dos votos. A Nova Frente Popular, coalizão de esquerda, 28,1%. O Juntos, coalizão liderada por Emmanuel Macron, presidente da República, ficou com 21%. O Republicanos, da velha direita tradicional, gaullista, teve 10%.

Tais números dizem algo da febre, mas não dão a temperatura precisa do resultado. Na eleição francesa, elege-se um deputado por distrito. Se o candidato não tiver mais de 50% dos votos, vai para um segundo turno com os adversários que tiverem mais de 12,5% dos votos. Quase 500 distritos devem ter segundo turno, no domingo que vem.

Em eleições para presidente ou para a Assembleia Nacional, desde 2002 forma-se uma "frente republicana" a fim de barrar a vitória da ultradireita. No caso das eleições legislativas, o plano de barragem é fazer com que os candidatos que tenham chegado em terceiro lugar em seu distrito desistam da disputa e apoiem o adversário com mais chance de vencer a ultradireita.

Neste 2024, a situação se complicou.

Macron e seu primeiro-ministro, Gabriel Attal, disseram que os candidatos do Juntos que chegaram em terceiro lugar devem desistir em nome de alguém que "defenda como nós os valores da república" (contra a ultradireita, contra o RN). Mas não deixam claro se o apoio deve se estender aos candidatos da França Insubmissa (LFI), partido majoritário e mais radical da coalizão de esquerda (que inclui o Partido Socialista, partidos ecologistas e o ora suave Partido Comunista).

Os partidos aliados de Macron, da pequena centro-direita, pedem também votos "republicanos", mas excluem explicitamente os candidatos da LFI.

O Republicanos declarou que o "macronismo morreu", mas não recomendou voto. Aliás, assim que Macron dissolveu a Assembleia e, pois, convocou eleições, parte do Republicanos se bandeou para a RN, da ultradireita.

A Reunião Nacional não apenas teve mais votos totais como seus candidatos lideram na maioria dos distritos. Até o fim da noite de domingo, com resultados para 566 dos 577 distritos, os nomes da RN estavam à frente de 297. A França Insubmissa, em 154. O Juntos, coalizão macronista, em 65. O Republicanos, em 19. Outros partidos de esquerda, em 12.

A recusa do voto na Nova Frente Popular se deve ao fato de que essa salada esquerdista é dominada pela França Insubmissa (LFI). A LFI é, por sua vez, liderada por Jean-Luc Mélenchon, ex-trotskista, ex-socialista e fundador do partido de esquerda de mais sucesso (embora não muito grande) deste século. A fim de evitar rejeição, os líderes dos demais partidos coligados vêm dizendo que Mélenchon, figura controversa e "radical", não seria líder de nada em um eventual governo da esquerda.

O programa da Nova Frente Popular é esquerda padrão, ora algo chocante para a maioria da França: aumento de gastos, de impostos sobre ricos, de benefícios sociais e do salário mínimo, estatizações, revogação das reformas previdenciárias.

Por outro lado, com um eleitorado ora mais conservador e mais preocupado com imigração e segurança, a ultradireita se torna mais palatável. A RN é uma mutação da Frente Nacional, partido filonazista do pai de Marine, Jean-Marie Le Pen. Marine mudou o nome do partido, excluiu filonazistas e antissemitas mais vocais, o pai inclusive, e baixou o tom contra a União Europeia.

Ainda que recomendações de voto evitem a formação de uma maioria da ultradireita, é muito provável que o Parlamento fique ao menos rachado em terços. O governo seria, pois, minoritário. A instabilidade deve prosseguir, a perder de vista.

> [...]
>
> Com um eleitorado ora mais preocupado com imigração e segurança, a ultradireita fica mais palatável

Subexplorado, lítio volta a ser tema na Bolívia após levante

Rumor de que interesse no mineral estaria por trás de golpe fracassado ganha força; país tem maiores reservas

Mayara Paixão

LA PAZ Chamado de "ouro branco", o lítio voltou ao centro do debate na Bolívia, país que possui as maiores reservas mundiais desse mineral usado na fabricação de baterias, com estimados 23 milhões de toneladas. A produção é inexpressiva, porém, e a participação boliviana nesse mercado é muito pequena. Ainda assim, ressurgiram especulações de que o interesse internacional no lítio poderia estar por trás da tentativa frustrada de golpe militar recém-conduzida em La Paz.

A especulação, aliás, partiu do próprio governo. O presidente Luis Arce deu a entender que concorda com essa hipótese. Reservadamente, um membro do alto escalão da gestão declarou que não descartaria essa possibilidade, ainda que mesmo o governo esteja tomado de incertezas quanto aos reais motivos do levante militar.

O discurso ecoa, de certo modo, o que o ex-presidente Evo Morales e o governista MAS (Movimento ao Socialismo) bradaram em 2019, ano no qual o ex-sindicalista se viu obrigado a renunciar ao cargo em meio a fortes protestos, à pressão das Forças Armadas e da polícia boliviana. À época, disseram que o lítio estava na raiz da motivação.

Alguns dos protestos contra Evo tinham justamente o mineral como bandeira. Ocorreram em Potosí, região no centro-sul do país onde estão as maiores reservas bolivianas, no chamado salar de Uyuni, e contestavam o modelo de exploração que se estava implementando.

Há ainda muitas outras narrativas sobre a sublevação da semana passada, uma delas a de que teria sido uma espécie de autogolpe forjada por Arce para alavancar sua popularidade, em queda devido a dificuldades econômicas. Lucho, como é conhecido, nega.

Seja como for, não há dúvidas da relevância da exploração desse mineral para o futuro da Bolívia. O país está em um momento decisivo, pois vive o fim do ciclo do gás natural.

"Houve uma deterioração significativa do principal excedente da economia boliviana", diz o economista Gonzalo Chávez em referência ao recurso. "Passamos de US$ 6,6 bilhões de exportações nos anos de pico, como 2014, para US$ 2,3 bilhões em 2023. E de 60 milhões para 30 milhões de metros cúbicos produzidos por dia."

Arce foi o arquiteto dos anos de glória do gás —ele era, afinal, ministro da Economia de Evo. Mas agora afirma que houve um erro dos governos anteriores ao apostar todas as fichas nesse recurso, tirando o corpo de um jogo do qual era um dos protagonistas.

Ele afirma querer diversificar a economia e industrializar o país, promessa que a população vê nas centenas de outdoors espalhados em La Paz prometendo que este é o governo da industrialização, com um Arce sorridente usando capacete de proteção.

A população sente no bolso as dificuldades econômicas. O acumulado da inflação dos últimos 12 meses em maio ficou em 3,5%, com destaque para os alimentos (5,2%). Muitos acreditam que esteja no lítio a salvação do país. Analistas apontam, porém, que o governo tem fracassado em sua exploração.

No ano passado, a Bolívia produziu 0,52% de todo o carbonato de lítio em nível global. O produto é obtido da extração e tratamento do lítio e comercializado para fabricantes de baterias.

Arce afirma que em breve, com um investimento de 760 milhões de bolivianos (R$ 615 milhões), vai elevar a produção a 100 mil toneladas em 2025, ano do bicentenário da Bolívia. Mesmo com essa injeção de capital, o lítio ainda não compensará a perda de receita com o gás natural. Recente pesquisa conduzida por Mauricio e Sergio Medinaceli para a ONG Oxfam mostrou que, em seu melhor cenário, o mineral pode injetar US$ 1,6 bilhão anual na economia do país. Bem distante dos US$ 6,6 bilhões dos tempos áureos do gás.

A lei boliviana, fortemente nacionalista, prevê que o Estado seja responsável por explorar, industrializar e comercializar o lítio. Mas há a chance de convênios internacionais, e neste sentido Rússia e China vêm ganhando destaque.

Em recente viagem a Moscou no último mês, Arce anunciou, de mãos dadas com Vladimir Putin, que estabeleceu um cronograma com a estatal russa Rosatom para acelerar a instalação de uma fábrica de carbonato de lítio no salar de Uyuni. Antes, em janeiro, divulgou um convênio semelhante com a China, também em Potosí.

Para o analista em temas de energia boliviano Álvaro Ríos, a questão fundamental é que não há um pacto social para exploração do lítio, com definição sobre como os recursos serão utilizados nas regiões produtoras. "Enquanto não houver isso, a a extração seguirá sem gerar riqueza."

A disputa pelo valor das chamadas "regalias" para essas regiões foi o que levou muitos às ruas em 2019 contra Evo. Também por isso, o tema deve ser central nas eleições de 2025. Arce não confirma que tentará reeleição.

O próprio interlocutor do governo que falou à reportagem diz que essa disputa política é peça-chave. E contou que ao menos 11 municípios de Potosí, localizados nos arredores da região do salar de Uyuni, estão se articulando para formar uma região autônoma, algo previsto na Constituição e que confere maior poder de controle dos recursos às administrações locais. O conflito parece bem longe de acabar.

General deu ordem não cumprida de disparo, diz ministro

O ministro de Governo da Bolívia, Eduardo Del Castillo, afirmou neste domingo (30) que o general Juan José Zúñiga, apontado como líder da tentativa de golpe contra o presidente Luis Arce, ordenou que os militares atirassem, mas que um subordinado se negou. "Zúñiga deu a instrução de atirar nas pessoas que estavam nas imediações do Palácio Quemado [sede do governo] e da Casa Grande [residência presidencial]. O comandante da oitava divisão, de acordo com algumas apurações, disse a ele que não iria acatar essa ordem", afirmou o ministro a uma rádio local. Segundo ele, a insurgência estava sendo planejada desde maio.

O lítio boliviano

Rússia e China são principais compradores do lítio boliviano

Mercado do carbonato de lítio, em %

80 Rússia
15 China
4 Emirados Árabes Unidos
1 Outros

Fontes: Pesquisa Geológica e Resumos de Commodities Minerais do governo dos EUA e Yacimientos de Litio Bolivianos; dados referentes a 2023

Morto há 50 anos, Perón ainda é central na política argentina

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Contam os relatos daqueles poucos que passaram os últimos momentos de Perón a seu lado que o silêncio era total naquela fria manhã de 1º de julho de 1974, num dos quartos da Quinta de Olivos, a residência presidencial. Desde cedo, os médicos que atendiam ao general tentavam estabilizar seu coração, que já tinha tido algumas paradas. Por volta do meio-dia, ele bateu pela última vez.

Uma hora depois, María Estela Martínez de Perón (conhecida como Isabelita), sua terceira mulher e vice-presidente, tomou o poder, seguindo o procedimento constitucional. As ruas das principais cidades do país foram tomadas de gente, muitos chorando. Debaixo de uma tromba d'água e no inverno, mais de 500 mil argentinos caminharam atrás do féretro, apenas em Buenos Aires.

Definir o peronismo, que há décadas permeia a história da Argentina, não é tarefa fácil. Geralmente provoca risos nas rodas entre os locais quando um estrangeiro aparece com essa pergunta. Talvez quem tenha dado a melhor resposta tenha sido o próprio Perón. Entrevistado por um jornalista espanhol durante seu exílio em Madri, explicou: "Veja, na Argentina há uns 30% de radicais, que vocês entendem aqui como liberais, uns 30% de conservadores e outro tanto de socialistas". O jornalista, surpreendido, perguntou, então: "Mas e os peronistas?". Perón riu e disse: "Peronistas somos todos".

Juan Domingo Perón e Evita, sua segunda mulher, no dia do casamento, em 1945 AFP/Clarín

De um ponto de vista mais objetivo, o peronismo é um movimento político nascido na década de 1940, quando o general Juan Domingo Perón (1895-1974) governou o país pela primeira vez, em dois mandatos seguidos (1946-1955). Teve projeção ao defender os trabalhadores e seus direitos, mesmo sendo ele, Perón, um dos homens que participaram de um golpe de Estado, em 1943, para derrubar um governo democraticamente eleito e impor também uma ditadura.

Fazer ouvir a voz dos mais pobres e acolher suas demandas foram as principais chaves para abrir o coração dos argentinos. Seus primeiros seguidores eram funcionários de fábricas, transportadores de trem, metrô e ônibus, comerciantes e construtores. A massa de peronistas foi crescendo, apoiada no carisma de sua segunda mulher, Eva Perón (1919-1952), que vinha do mundo das artes e se tornaria uma líder estridente. Evita era a rainha dos jovens, crianças e mulheres.

Os dois períodos dessa primeira gestão Perón marcaram positivamente a memória de muitos argentinos. Foram regulamentados a jornada de trabalho, as férias remuneradas, os planos de saúde e as aposentadorias. Foi também, com Perón, que pela primeira vez na história da Argentina as mulheres passaram a poder votar.

Claro que tantas mudanças deixariam irritados os acostumados a ter poder e dinheiro distribuídos no tradicional circuito. É por isso que o antiperonismo nasce praticamente junto com o peronismo.

A primeira passagem de Perón pelo poder teve um fim turbulento, com outro golpe militar, em 1955. A situação econômica tinha degringolado, e o presidente perdia aliados no Congresso e no gabinete. Ele teve, ainda, de conviver com a doença de Evita, que morreria de um câncer fulminante em 1952.

Depois do golpe, o general se exilou na Espanha, onde ficaria por 18 anos. Deixou uma Argentina em crise econômica, com a deterioração dos benefícios que ele tinha trazido à vida das pessoas. O clima entre o Exército repressor e as organizações guerrilheiras urbanas, algumas delas vinculadas ao peronismo, começava a assustar a sociedade.

Em 1973, um Perón doente volta a seu país, que tinha recém-eleito um leal servidor seu, Héctor Cámpora. A estratégia era que Cámpora desistisse do cargo e convocasse eleições para reconduzir o líder populista. Foi o que ocorreu, mas sob circunstâncias difíceis. Perón abandonou os guerrilheiros montoneros e preferiu ser protegido pelos sindicalistas, passando a perseguir o primeiro grupo.

A morte de Perón, logo depois, só agravou a situação política. Escolhida para ser sua candidata a vice no retorno do exílio, Isabelita assumiu e demonstrou despreparo para lidar com o caos social. Adveio o golpe militar de 1976 e começaram os piores anos da história argentina, até 1983.

Para o analista político argentino Federico Finchelstein, professor de história da New School, em Nova York, a sobrevivência do peronismo ao longo de décadas tem vários componentes. "É um fenômeno populista, demagógico, ultranacionalista, que fala e dá um sentimento de pertencimento a muitos que estão perdidos. Isso atravessa gerações com facilidade."

Do peronismo cresceram vários ramos, e presidentes com perfis bastante distintos se reconheciam como herdeiros do movimento: do liberal Carlos Menem (1989-1999) à esquerda kichnerista de Néstor (2003-2007) e Cristina (2007-2015), passando por mais moderados, como Alberto Fernández (2019-2023).

Na noite do último sábado (29), jovens na faixa de 25 a 30 anos obedeceram a uma convocação para entrar no bar Perón Perón, em Palermo. Todo o local estava decorado com memorabilia peronista.

À meia-noite, puxado pelo dono do restaurante, chegou o grande momento. Todos cantaram juntos a letra de "A Marcha Peronista": Los muchachos peronistas/Todos unidos triunfaremos/Y como siempre daremos/Un grito de corazón: "¡Viva Perón, viva Perón!"

Pedro Malan

Brasil precisa adotar revisão de gastos para concluir Plano Real

Para ex-ministro da Fazenda, país assimilou controle da inflação e câmbio flutuante, mas não conseguiu estruturar regime fiscal

Eduardo Knapp/Folhapress

Pedro Malan, 81
Natural de Petrópolis (RJ), cursou engenharia e economia, área em que tem doutorado pela Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA). Foi professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e teve intensa vida pública. Foi negociador-chefe da dívida externa (1991-1993), presidente do Banco Central (1993-1994) e ministro da Fazenda (1995-2002). Autor de vários textos, publicou o livro 'Uma certa ideia do Brasil: Entre passado e futuro' (Intrínseca, 2018), e foi também coorganizador do '130 anos em busca da República' (Intrínseca, 2019), vencedor do Prêmio Jabuti em 2020

MERCADO

Alexa Salomão

SÃO PAULO O Plano Real deixou como herança pilares importantes para a gestão da economia que persistem até hoje, mas um deles não consegue ficar de pé, o regime fiscal, afirma Pedro Malan, que presidiu o Banco Central e o Ministério da Fazenda durante a criação e implantação do programa de reformas que venceu a hiperinflação.

"Ao longo desses últimos 25, 30 anos, nós definimos que o regime cambial que mais serve ao país é o regime de taxa de câmbio flutuante. Eu espero que ele seja preservado, tenho razões para acreditar que o será. Definimos um regime de metas de inflação que, acho, vem sendo útil ao país, e espero que seja preservado", afirma Malan.

"Tentamos definir um regime fiscal com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas isso continua sendo, a meu ver, um grande desafio."

Em retrospecto, entre os muitos elementos que permitiram o sucesso da nova moeda, Malan destaca o fator humano. Fez diferença, acredita, o processo ter sido conduzido por um articulador hábil com credibilidade.

"Fernando Henrique era um político com a experiência e com o trânsito, tanto na Câmara quanto no Senado, com a sociedade em seu conjunto. Uma pessoa conhecida, respeitada que fortaleceu o Ministério da Fazenda. Ele reuniu uma massa crítica. Pessoas envolvidas nessa discussão."

*

Faço essa pergunta sempre, e a resposta não vem igual. Por que o Real deu certo depois de planos sucessivos fracassados? São várias razões. Primeiro, tem um aprendizado com a experiência. Alguns dos participantes do Real, como o André Laura Resende, o Pérsio Arida, o Edmar Baixa, se envolveram no Cruzado 1, não no Cruzado 2. Depois, tivemos o Plano Bresser em 1987, o Plano Verão em 1988, Collor 1 em 1990, Collor 2 em 1991. Eu acho que sempre fica algum aprendizado com a experiência.

Foi assim também com a dívida externa. Tivemos muitas dificuldades nos anos de 1980. Depois, acho que o sucesso nessa negociação ajudou em muito na criação de um clima favorável em relação ao Brasil por parte da comunidade internacional.

A segunda razão para o sucesso, estou convencido disso, é Fernando Henrique Cardoso. Conseguimos criar ao longo do tempo um clima de que havia ali um propósito a partir do momento que ele assumiu o Ministério da Fazenda, sendo o quarto ministro da Fazenda, antes que o governo Itamar Franco chegasse aos seus primeiros oito meses.

Fernando Henrique era um político com a experiência e com o trânsito, tanto na Câmara quanto no Senado, com a sociedade em seu conjunto. Uma pessoa conhecida, respeitada que fortaleceu o Ministério da Fazenda. Ele reuniu uma massa crítica. Pessoas envolvidas nessa discussão.

> Uma sociedade e um governo que não têm o mínimo de compromisso com a responsabilidade fiscal encontrarão formas de expandir os gastos, independentemente do estatuto jurídico do seu Banco Central. Esse é negócio que me preocupa

Fernando Henrique conhecia a todos, todos o conheciam, todos o respeitavam e vice-versa. Não tinha ninguém ali disputando poder, não tinha ninguém ali interessado em posições. Estavam comprometidos com a tentativa de fazer um ataque que pudesse ser bem-sucedido em relação à inflação.

Falando dos preparativos que levaram ao sucesso do Plano Real, lembro que ele assumiu na terceira semana de maio e, no dia 13 ou 14 de junho daquele ano, o Ministério da Fazenda divulgou um documento ao qual eu atribuí uma grande importância, o PAI, o Programa de Ação Imediata [que sinalizou o que viria a ser o fio condutor dos oito anos de governo Fernando Henrique: corte de gastos públicos e recuperação de receitas de União, estados e municípios; ajuste nos bancos estaduais e federais e também privatizações].

O PAI dava a entender que o governo tinha um rumo, um sentido de direção, um propósito, e que ia além do combate à hiperinflação, que estava preocupado com o contexto maior, com medidas de reformas. Isso aí foi muito importante. Também chamou a atenção para a desordem das contas públicas no Brasil.

Na questão de finanças de estados e municípios, e o equacionamento de suas dívidas, eu achei que a Lei de Responsabilidade Fiscal teria vindo para resolver o problema na perspectiva mais de longo prazo. Não foi o caso. Continua sendo um grande desafio para o atual governo, e os futuros governos terão que enfrentar.

Podia explicar melhor o que o preocupa? Então, o Brasil tem um regime de facto, ainda que não de jure [na lei] de taxa de câmbio flutuante que começou em janeiro de 1999. Completou 25 anos em janeiro desse ano. O regime de metas de inflação veio em junho de 1994. Está comemorando 25 anos. A Lei de Responsabilidade Fiscal comemorou no dia 4 de maio deste ano seu 24º aniversário.

Ao longo desses últimos 25, 30 anos, nós definimos que o regime cambial que mais serve ao país é o regime de taxa de câmbio flutuante. Eu espero que ele seja preservado, tenho razões para acreditar que o será.

Definimos um regime de metas de inflação que, acho, vem sendo útil ao país, e espero que seja preservado. Tentamos definir um regime fiscal com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas isso continua sendo, a meu ver, um grande desafio.

Ela foi contestada desde o início por alguns que acham, no Brasil —uma opinião que eu respeito, mas acho equivocada—, que a responsabilidade fiscal não é compatível com a responsabilidade social e, portanto, um pronunciamento oficial na época de um grande partido político era que ela precisava ser radicalmente modificada, porque a responsabilidade fiscal não podia se dar às expensas da responsabilidade social, o que eu acho um equívoco.

Até para novas gerações, que não conhecem hiperinflação, o sr. podia explicar melhor o papel do fiscal no combate à inflação? As políticas monetária, cambial e fiscal são interligadas e desempenham um papel absolutamente fundamental nas expectativas. É da natureza do processo econômico ser prospectivo —está sempre olhando adiante. Expectativas são formadas por agentes econômicos, consumidores, investidores domésticos e internacionais. Eles formam as suas expectativas quanto ao curso futuro dos eventos em função dos resultados que estão aparecendo no presente, e pela percepção do comprometimento— ou não— de um governo com a responsabilidade fiscal na condução da coisa pública.

A proposta, então, no que se refere ao gasto público, é que todo governo é livre para definir suas prioridades, mas, uma vez que ele definiu a prioridade, pela lei [de Responsabilidade fiscal], é preciso dizer qual imposto, que fatia da carga tributária vão ser utilizados para financiar o novo gasto, ou que outro gasto antigo será limitado para acomodar essa nova prioridade.

Na sua avaliação, não ficou ainda mais difícil fazer a gestão do Orçamento, dado que temos um Congresso mais ativo, fazendo mais política do que política pública, e fatores imprevisíveis, como mudanças climáticas, que tendem a pressionar ainda mais o gasto? Veja o exemplo do Rio Grande do Sul. Temos um arranjo institucional. Somos uma democracia com três Poderes independentes em si, e o Congresso construiu um peso. O atual presidente do Senado definiu, de maneira muito taxativa quando foi questionado, que o nosso regime é semipresidencialista, porque o Congresso tem um poder enorme. Hoje as emendas de bancada, relator, comissão, individuais representam no seu conjunto provavelmente pelo menos um quarto dos 10% que sobram.

Mas eu vou colocar de outra maneira: uma sociedade e um governo que não têm o mínimo de compromisso com a responsabilidade fiscal encontrarão formas de expandir os gastos, independentemente do estatuto jurídico do seu Banco Central. Esse é negócio que me preocupa.

Estou convencido de que a sociedade brasileira hoje dá valor ao controle da inflação. Qualquer governante que dê a entender que não tem preocupação com a inflação, que permita que ela suba além do razoável, será penalizado nas urnas. Também é mais fácil você discutir câmbio e juros. Todo mundo tem opinião a respeito. O fiscal, não. Como dizia o Everardo Maciel, meu secretário da Receita: não tem nenhuma linha no Orçamento que seja órfã. Todas as linhas lá têm um pai, uma mãe, um tio, uma tia, um avô, uma vó, um conjunto de interesses. Você vai mexer na linha, a grita é automática.

Então, nós temos que adotar spending review [revisão de gasto]. Hoje, 17 países da OCDE têm. É um procedimento normal, recorrente, um governo fazer avaliação de seus próprios programas para identificar quando alguns devem ceder lugar a outros que são mais prioritários, porque as prioridades mudam.

Até começo a ver no debate público no Brasil uma defesa pela revisão de gastos. Mas há um complicador: nós não temos uma tradição nisso. Espero que os debates ao longo dos próximos três anos e naqueles que se seguirão permitam que a sociedade reflita um pouco mais sobre isso. Governar é fazer escolhas, definir prioridades, saber que não é possível fazer tudo, e que nem tudo é possível porque seja desejável. Como dizia Marcos Tavares, ministro do Planejamento, o mérito de uma despesa não traz consigo os germes do seu próprio financiamento.

No que se refere ao gasto com mudanças climáticas, eu sou mais esperançoso.

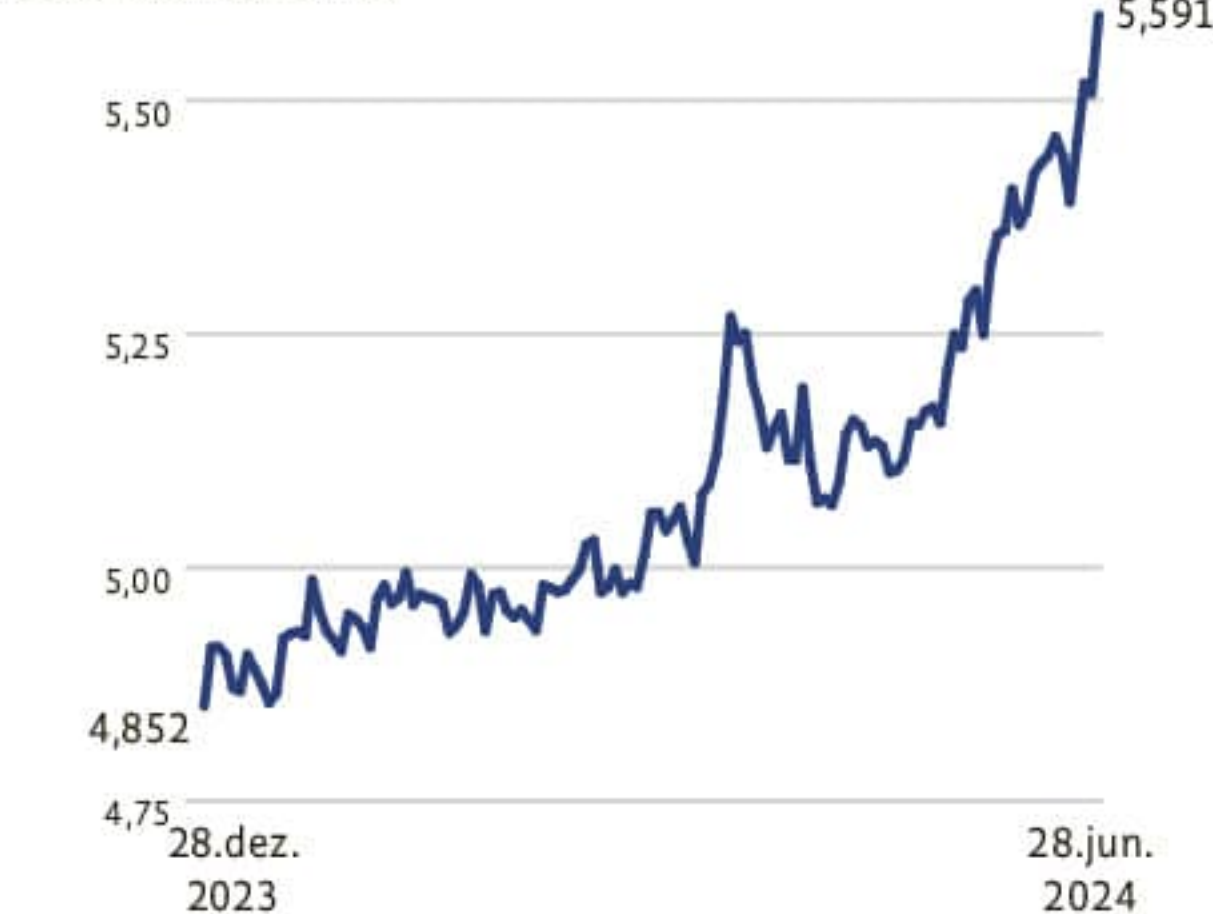
Rio Grande do Sul vive uma tragédia, e vai demorar muito tempo para se recuperar. No entanto, eu espero que agora, nas eleições deste ano —não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o país— os eleitores dediquem mais atenção em quem vão votar para prefeito e vereador e escolham melhor. Acredito ser possível extrair dessa tragédia algumas lições sobre a importância da eficiência na prestação de serviços públicos no âmbito municipal, estadual e federal, até para prevenir as futuras. A escolha das pessoas é fundamental.

Economistas são contra BC intervir no dólar

Na visão de analistas, ação para conter disparada não resolveria questão central, a desconfiança com as contas públicas

BRASÍLIA E SÃO PAULO Economistas consultados pela **Folha** desaconselham uma intervenção pontual do Banco Central no câmbio para conter o dólar, que vive disparada e fechou a sexta-feira (28) cotado a R$ 5,59, maior valor nominal desde janeiro de 2022.

A forte alta da moeda americana ocorre em meio a preocupações sobre o cenário fiscal no Brasil e a ruídos entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o comando da instituição. No ano, a moeda americana registra alta de mais de 15% ante o real, sendo 6,48% só em junho.

Apesar disso, a autarquia não deveria fazer qualquer tipo de intervenção extraordinária no mercado, de acordo com a maioria dos analistas consultados. Para eles, a elevação do dólar está mais relacionado à confiança na política fiscal do país do que com outros fatores. "Não acho que a bola esteja com o BC", diz a economista Zeina Latif.

"Ainda que tenha o fator externo levando à valorização do dólar no mundo, aqui o movimento tem sido mais intenso, estando associado às incertezas em relação à política econômica", afirma.

No regime de taxa de câmbio flutuante, em tese, a instituição intervém para garantir o funcionamento adequado desse mercado, com ações voltadas a conter eventuais movimentos desordenados, evitar restrições de liquidez e assegurar o provimento de mecanismos de proteção.

Em entrevista coletiva na quarta-feira (26), o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que a autoridade monetária opera sob o princípio de separação, atuando via política monetária e medidas macroprudenciais, mas deixando o câmbio livre.

Ele afirmou, ainda, que a desvalorização do real está em linha com algumas outras variáveis que também simbolizam o aumento do risco Brasil. "O objetivo do Banco Central é que o câmbio flutuante sirva como um fator que absorva os choques."

Na sexta, o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, se disse atento ao nível do dólar, mas não indicou intervenção, e reforçou que a instituição não trabalha com uma meta de câmbio.

"A gente vai estar sempre olhando se há algum tipo de descolamento fora daquilo que está acontecendo com os nossos pares e o restante do mercado global, se existem algumas janelas ou questão de disfuncionalidade na curva ou na própria liquidez", disse.

Em 2023, o BC não realizou leilões extras de dólar — o que caracterizou a menor intervenção da autoridade monetária desde a adoção do regime de câmbio flutuante no país, em 1999. Neste ano, em abril, foram vendidos 20 mil contratos de swap cambial ofertados em leilão adicional — o equivalente a US$ 1 bilhão.

Adriana Fernandes, Douglas Gavras, Fábio Pupo e Gustavo Soares

O Banco Central deve fazer uma interferência pontual no câmbio? Veja respostas dos especialistas

Henrique Meirelles
Ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central

Penso que o Banco Central está certo em não intervir no câmbio. Não estamos em crise econômica. O mercado está precificando baseado nas expectativas e riscos percebidos. Intervenção neste momento seria um uso inadequado das reservas.

Arminio Fraga
Ex-presidente do BC (1999 a 2002) e sócio-fundador da gestora Gávea Investimentos

Intervenções tendem a ser ineficazes se a origem do problema não for atacada. No caso, a falta de convicção na responsabilidade fiscal. E mais, em uma situação mais simples, devem ocorrer em conjunto com algum aperto de juros. Exceção feita a um caso de iliquidez extrema no mercado, o que não acontece agora.

Alexandre Schwartsman
Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC e consultor da A.C. Pastore

Como política, seria um tiro no pé tentar vender dólar a essa altura do campeonato. O único caso em que a gente teve intervenção sistemática, tentando segurar o dólar, foi no caso do [presidente do BC de 2011 a 2016, Alexandre] Tombini. E, vamos falar a verdade, não foi um negócio que funcionou muito bem. Gerou um prejuízo gigantesco para o Banco Central e não segurou o dólar, porque não estavam sendo trabalhados os problemas de fundamento.

Mansueto Almeida
Economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro Nacional

Se escutássemos da ala política do governo alguma sinalização, seguida de medidas que mostrassem o compromisso do governo com o respeito ao teto, talvez tivéssemos um forte recuo do dólar. Mas com todo esse ambiente de incerteza fiscal que está se materializando, se o BC tentar segurar o dólar seria um movimento a meu ver errado, porque juros e taxa de câmbio estão refletindo um cenário de maior risco fiscal.

José Roberto Mendonça de Barros
Ex-secretário no Ministério da Fazenda e consultor da MB Associados

Eu não recomendo uma intervenção do Banco Central. Estamos vivendo uma overshooting [desvalorização elevada da moeda no curto prazo], porque o dólar a R$ 5,60, R$ 5,50 não dialoga com o fundamento da área externa brasileira. O saldo comercial, na nossa projeção, vai a US$ 85 bilhões, US$ 90 bilhões.

A perspectiva lá de fora, eu acho que é de ficarmos com juros do patamar atual para menos, do dólar frente às moedas também para menos. Não é consistente [a alta]. Essa sucessão de falas do governo, especialmente do presidente Lula, criticando assertivamente o presidente do BC, só fez aumentar a temperatura do que já vinha mal.

Solange Srour
Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management e colunista da **Folha**

A intervenção deve ser feita apenas quando o mercado não está funcionando e não é este o caso. O que está acontecendo é uma piora de percepção de solvência fiscal e uma incerteza sobre o futuro do BC (quem vai estar lá no ano que vem e como vai atuar). A unanimidade na última reunião do Copom [Comitê de Política Monetária] foi positiva, agora, o mercado vai testar, reunião a reunião, a atuação dos diretores que vão estar lá em 2025 e 2026. Outra coisa que ajudaria seria um anúncio fiscal relevante, mostrar que a meta de 2024 está valendo.

Caio Megale
Economista-chefe da XP e ex-secretário de Desenvolvimento da Indústria e Comércio

Por ora, não faz sentido o BC intervir no mercado. O que está acontecendo com o câmbio é um aumento do prêmio de risco com relação à incerteza da condição de política econômica no Brasil, ruídos etc. Enquanto esses ruídos permanecerem, que inclusive têm a ver com a transição do Banco Central, não adianta fazer intervenção pontual, porque vai gastar bala e não vai mudar o fundamento que está expressando esse aumento de risco. É o momento de tentar diminuir as incertezas fiscais com relação à sustentabilidade do arcabouço fiscal.

Armando Castelar
Pesquisador do FGV-Ibre e professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ

Penso que não deve intervir. Não há sinal de disfuncionalidade, o movimento do câmbio está pleno, com grandes entradas líquidas pelo lado comercial. E se intervir vai apenas atrair os especuladores que vão tentar derrubar mais o câmbio. A desvalorização tem refletido os fundamentos, com o cenário externo ruim para emergentes e o aumento do risco macroeconômico no Brasil, na área fiscal e na incerteza sobre a sucessão no BC.

Samuel Pessôa
Pesquisador do Ibre-FGV e colunista da **Folha**

A desvalorização ocorre por um motivo real: há um déficit fiscal estrutural e não há reconhecimento do Executivo deste fato, nem há um plano crível de sanar o problema em tempo hábil. Ou seja, a desvalorização do câmbio deve-se a um fundamento errado. Nessas circunstâncias, a intervenção no câmbio gera muita saída de capitais e baixo impacto sobre a cotação.

Carlos Kawall
Sócio-fundador da Oriz Partners e ex-economista-chefe do Banco Safra

A intervenção no câmbio seria um erro, certamente ineficaz. Continuo defendendo a tese da necessidade de um ajuste fiscal ser a prioridade. Com o câmbio depreciando, as expectativas de inflação continuarão piorando, o que deverá levar o BC a considerar o balanço de riscos como assimétrico para cima. Assim, aumentou o risco do BC subir juros ainda esse ano. Tomara que eu esteja errado. Não merecemos isso. Mas o governo continua semeando vento.

Zeina Latif
Diretora da Gibraltar Consulting, foi economista-chefe em diferentes bancos

Há justificativa para a intervenção do BC quando há uma situação de liquidez muito baixa no mercado cambial, por demanda muito forte, e/ou um quadro de muitas incertezas. O quadro pode alimentar movimentos de manada, que produzem muita volatilidade. A volatilidade machuca muito o setor produtivo, então ter uma contenção é recomendável. Ainda que tenha o fator externo levando à valorização do dólar no mundo, aqui o movimento tem sido mais intenso. O câmbio, em condições normais, estaria abaixo de R$ 5. Neste caso, o problema é que uma eventual intervenção vai ser pouco efetiva.

Luiz Gonzaga Belluzzo
Professor emérito da Unicamp e docente do Instituto de Economia

O BC pode tomar decisões para conter, atenuar a flutuação do câmbio — o que seria desejável. O que deveria ser feito é tentar impor certas restrições, colocar, por exemplo, um imposto sobre a entrada e saída de capitais. Se isso for colocado em prática, é claro, vai causar uma rebelião, vão dizer que estão fazendo uma coisa artificial, mas tudo é artificial no capitalismo.

Igor Rocha
Economista-chefe da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)

A volatilidade acaba caminhando junto com a abertura das curvas longas de juros, o que é muito ruim do ponto de vista da imprevisibilidade para o investimento. A imprevisibilidade da taxa de câmbio dificulta o planejamento do investimento e é um fator imediato para alta do custo do hedge.

Algumas agendas, de fato, estão sendo postas de uma maneira um pouco mais quadrada, como a MP do PIS/Cofins. Precisaria de um pouco mais de tranquilidade neste momento. Mas precisa ter um encaminhamento por parte do gasto. Está faltando. Não dá para achar que vai fechar a conta só pelo lado da receita.

David Deccache
Doutor em economia (UnB) e assessor parlamentar na Câmara dos Deputados

Há raízes estruturais no movimento cambial que observamos, e por mais necessárias que medidas de intervenção possam ser, ainda assim atuam apenas no sintoma. Por fim, declarações do Banco Central afirmando que vai buscar garantir a estabilidade cambial usando os instrumentos necessários, tenderia a reduzir o movimento atual de desvalorização, volatilidade e incerteza — mesmo que não resolvam o problema original: uma política fiscal organizada tendo com base uma regra que viola princípios matemáticos básicos.

Mínimo impacta Previdência em R$ 100 bi

Despesas previdenciárias são pressionadas por política de valorização do salário, e Lula resiste a mudanças

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Alvo preferencial da revisão de gastos defendida pela equipe econômica, a Previdência Social terá um aumento de ao menos R$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à política de valorização do salário mínimo instituída pelo próprio governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em dez anos, o impacto será ainda maior e chegará a R$ 550 bilhões, segundo cálculos do economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Para ele, o efeito prático da regra de valorização do salário mínimo anula boa parte do ganho conquistado com a reforma da Previdência de 2019.

No ano que vem, as despesas com benefícios previdenciários (sem incluir sentenças judiciais) devem beirar os R$ 972 bilhões, segundo estimativas preliminares do governo. O valor ainda não considera potenciais economias com revisão de benefícios.

Só o ganho real do salário mínimo é responsável por cerca de R$ 12 bilhões do aumento. O impacto da regra é crescente ao longo dos anos e, de acordo com parâmetros do próprio Executivo, pode somar R$ 131 bilhões entre 2025 e 2028.

No ano passado, Lula propôs e o Congresso Nacionl aprovou uma fórmula permanente de correção anual do salário mínimo.

O modelo prevê o reajuste pela inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em 12 meses até novembro do ano anterior, mais a taxa de crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Neste ano, por exemplo, o piso teve uma expansão de 3% acima da inflação. Em 2025, o ganho real será de 2,9%, mesma variação do PIB observada no ano passado.

Trata-se da mesma fórmula adotada em outras gestões do PT e mantida por Michel Temer (MDB). A política de valorização so salário mínimo chegou ao final no governo de Jair Bolsonaro (PL), quando o piso nacional teve reajuste apenas pela inflação.

Lula e integrantes da equipe econômica argumentam que a regra busca ampliar o poder de compra dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, reduzir desigualdades.

Já os economistas e até mesmo alguns integrantes do governo ponderam que é preciso enfrentar o debate da consequência da regra sobre a trajetória de gastos. Dois terços dos benefícios previdenciários equivalem a um salário mínimo. Eles representam quase 44% da despesa total.

Além de criar desafios para a Previdência, a expansão pressiona o limite do novo arcabouço fiscal, que cresce em ritmo mais lento (até 2,5% acima da inflação).

Na visão de um desses integrantes do governo, não se trata de impor soluções extremas, como o fim da valorização real ou a desvinculação dos benefícios, mas discutir saídas intermediárias —como um reajuste real mais moderado.

"Essa mudança da regra tem efeitos absolutamente devastadores para o futuro da Previdência Social", afirma Giambiagi à **Folha**. Segundo ele, a nova regra do salário mínimo desloca para cima a curva de gastos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), que já era crescente mesmo com a reforma da Previdência.

"A reforma de 2019 não foi feita para reduzir a despesa do INSS. Todo mundo sabia que a despesa do INSS continuaria a aumentar", diz o economista. Ele também questiona a eficácia dessa política no atual estágio do mercado de trabalho.

Para ele, o governo terá de recuar mais cedo ou mais tarde e rever o modelo de correção a partir de 2026, apesar do discurso contrário do presidente Lula e da maioria dos integrantes de seu governo.

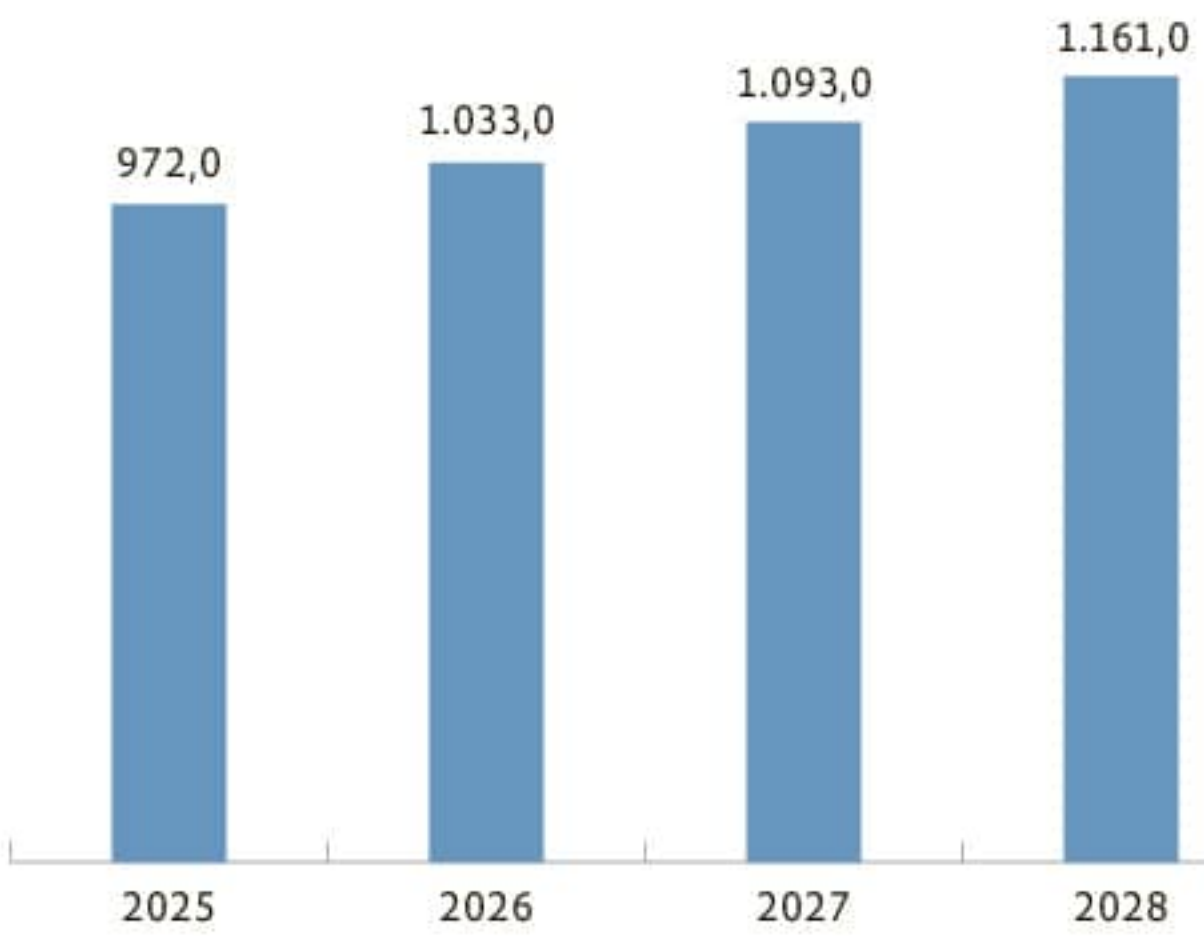
O economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo) entende que a indexação do salário mínimo e da Previdência é importante, mas o ganho real deveria ser menor. "Talvez fosse mais razoável reajustar de acordo com o crescimento do PIB per capita, que está mais próximo da produtividade", diz.

Trajetória das despesas com Previdência

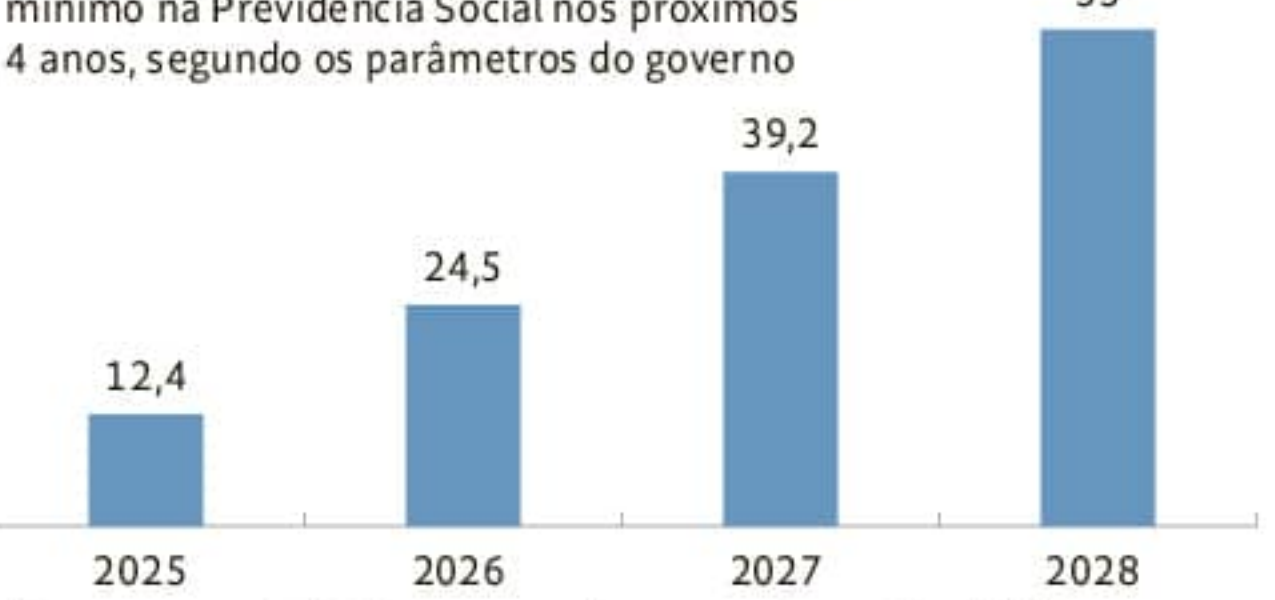
Trajetória das despesas com Previdência
Gastos com benefícios previdenciários, em R$ bilhões (preços de abril/2024)

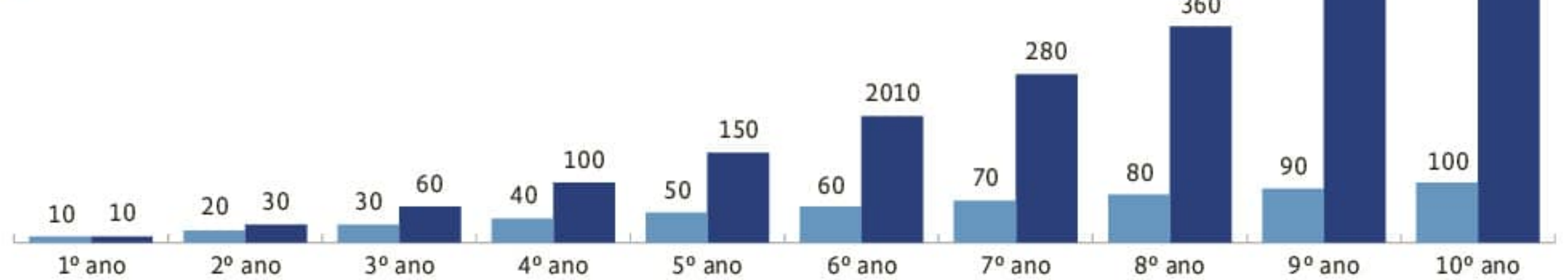
*Inclui cerca de R$ 30 bilhões em precatórios de anos anteriores que foram regularizados por decisão do STF. Mesmo sem esses valores, a alta real da despesa teria passado dos 4% em 2023.

Projeção preliminar de gastos com benefícios previdenciários**

2025	2026	2027	2028
972,0	1.033,0	1.093,0	1.161,0

Impacto do ganho real do salário mínimo nas despesas previdenciárias**
Segundo parâmetros do governo
Valor, em R$ bilhões

R$ 131,1 bi
é a estimativa do impacto do ganho real do salário mínimo na Previdência Social nos próximos 4 anos, segundo os parâmetros do governo

2025	2026	2027	2028
12,4	24,5	39,2	55

**Sem sentenças judiciais e Comprev (compensação previdenciária)

Impacto da valorização do salário mínimo a longo prazo

Fontes: Tesouro Nacional, Orçamento Federal, cálculos do economista Fabio Giambiagi

Lula afirma que não mudará política do mínimo nem fará desvinculação

Lula já avisou aos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) que não aceita mudanças na política de valorização do mínimo, nem desvincular os benefícios da Previdência Social. Ele também manifestou publicamente essa posição nesta quarta-feira (26), em entrevista ao portal UOL. "Eu garanto que o salário mínimo não será mexido enquanto eu for presidente da República", disse.

Integrantes da equipe econômica ecoaram a orientação do presidente. "A despesa pública não é determinada só pela variação do salário mínimo. Obviamente ela é importante, mas é um componente social importante. Dado que o governo entende que ele é um componente central, precisamos adequar a condução da política fiscal a esse pilar", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também na quarta.

Ele negou que, sem mudar a política do salário mínimo, o governo ficará "enxugando gelo" com outras medidas para conter despesas enquanto o piso impulsiona os gastos da Previdência em igual ou maior medida. Depois de passar um ano e meio sem focar na agenda de corte de despesas, as equipes da Fazenda e do Planejamento se uniram para apresentar ao presidente um cardápio de medidas.

Nas últimas reuniões com os ministros da JEO (Junta de Execução Orçamentária), a orientação de Lula a Haddad e Tebet é que as propostas tenham foco na responsabilidade social e não atinjam os mais pobres.

Giambiagi avalia que Lula é vítima do que classifica como restrições autoimpostas. Além de propor a política de valorização do salário mínimo, não aproveitou a PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada na transição de governo para buscar uma solução para a correção dos pisos da saúde e educação.

"[A política de valorização] O salário mínimo simplesmente era um assunto que não estava em pauta. Ninguém tratou do assunto durante seis anos. Bolsonaro, com todas as atrocidades que falou durante quatro anos, teve 49% e tantos de votos sem dar um único aumento real do salário mínimo, fora o período do governo Temer", diz.

O economista avalia que ninguém no futuro deixaria de votar em Lula ou no PT pela questão do salário mínimo. "Era uma não questão que o presidente Lula, preso a uma concepção antiga, colocou gratuitamente na mesa com um efeito devastador", afirma.

Para ele, uma saída seria Lula dizer que cumpriu a palavra com aumentos importantes durante três anos e, daí em diante, mudar a regra.

Giambiagi avalia ainda que a estratégia de Haddad para a revisão de gastos está confusa. Na sua avaliação, falta um roteiro que aponte o caminho de onde o governo está e aonde se quer chegar.

"Em qualquer negociação política, você tem que fazer alguns atalhos, algumas mudanças de rota. Mas tanto ele [Haddad] como a ministra Simone estão soltando assuntos sem a menor base e sem a menor discussão", afirma o economista. Giambiagi chama esse processo de hiperatividade paralisante.

Em recente debate organizado pelo FGV Ibre, o diretor-presidente do IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), Paulo Tafner, chamou a atenção para a trajetória de envelhecimento mais acelerada que o previsto, segundo o censo de 2022. "Teremos pela frente desafios maiores do que aqueles originalmente imaginados quando da reforma de 2019", alertou Tafner.

Para ele, além da questão demográfica, há a erosão do financiamento tradicional da Previdência com a informalidade no mercado de trabalho e queda na arrecadação.

A redução da taxa de fecundidade no Brasil, menor do que a de países da Europa Ocidental, também preocupa. "A população vai entrar em declínio muito antes do que imaginado. Já na década de 30, a população vai começar a atingir o máximo e, depois, começa a declínio." Será sete anos antes que o previsto pelo IBGE.

Lula e Haddad no lançamento do Acredita Gabriela Biló-22.abr.24/Folhapress

FOLHA CARREIRAS | **Gabriela Bonin**
folha.com/folhacarreiras

Catarina Pignato

Como delegar tarefas de forma eficiente

Descentralizar atividades evita sobrecarga e garante mais tempo para ser criativo; veja dicas na newsletter FolhaCarreiras

Delegar é direcionar uma atividade ou função para outro membro da equipe executar. Saber fazer isso corretamente é uma importante habilidade para um gestor, mas colegas também podem fazer essa troca.

POR QUE DELEGAR É IMPORTANTE? Porque evita sobrecarga e garante tempo para criatividade. "Centralizar tarefas e ficar preso em uma rotina rígida traz um grande prejuízo de não sobrar tempo para inovar dentro do setor", explica Paulo Augustinho, especialista em carreira e recolocação.

Temos a tendência de **querer controlar tudo**, acrescenta Bruna Garcia, especialista de carreira e sócia da AB Gestão Virtual. Delegar é **aprender a dar espaço** para o outro fazer de uma forma diferente. E isso dá trabalho.

Há dois tipos de pessoa, de acordo com Garcia: a que tem dificuldade em fazer isso e a que "delarga", ou seja, repassa a atividade para o outro sem dar nenhum tipo de suporte.

COMO APRENDER A DIRECIONAR TAREFAS DA MELHOR MANEIRA? Se delegar é difícil para você... O primeiro passo é olhar para si mesmo. Entenda o que causa esse bloqueio para saber por onde começar.

As principais causas são:

- Falta de confiança no outro, ou seja, medo de que aquela pessoa não execute tão bem quanto você;
- Dificuldade em identificar quais tarefas poderiam ser delegadas.

A partir dessa compreensão, os seguintes passos são:

1. Liste todas as atividades que você tem.
Identifique aquelas com as quais você está gastando tempo desnecessário e defina um grau de complexidade e de prioridade na execução.

As atividades rotineiras ou repetitivas são as mais fáceis de delegar, indica Garcia. "Não é interessante delegar uma atividade que seja muito complexa logo de primeira", complementa Augustinho.

2. Escolha o profissional correto para realizar a tarefa.
Na gestão comportamental, há quatro perfis de pessoas, de acordo com Garcia: executora, comunicativa, analista e planejadora.

Para a tarefa que você escolheu delegar, qual perfil seria ideal? Você precisa de alguém que entregue rápido ou que foque nos detalhes? Identifique em sua equipe qual profissional se encaixa melhor na atividade em questão.

3. Separe um tempo de qualidade para dar instruções.
Especifique qual é a demanda, o prazo de entrega, as ferramentas que devem ser utilizadas, o formato em que deve ser entregue.

"Quanto mais detalhista for a sua comunicação, melhor é para o outro entender e conseguir resolver problemas sozinho", orienta Garcia.

Nunca deixe para delegar em cima da hora, quando você percebe que está sobrecarregado e empurra a atividade para outra pessoa sem ter tempo de explicá-la.

4. Faça registros e dê suporte.
Documentar os processos ajuda muito na hora de distribuir funções. Deixar um tutorial pronto, por exemplo, economiza tempo. "Fica muito mais fácil da pessoa consultar e encontrar qual é o passo a passo", explica Garcia.

"O certo de delegar seria: na primeira vez, você faz e a pessoa observa; na segunda vez, a pessoa faz e você observa; na terceira, ela faz sozinha e você vê o resultado", indica a especialista.

Um cuidado importante
Como falei no início desta edição, essas orientações não são restritas a líderes e gestores.

"Em primeiro momento, a gente sempre coloca a delegação como responsabilidade da liderança. Mas nada impede que você possa, junto aos seus pares no dia a dia de trabalho, fazer essa movimentação de atividade", explica Augustinho.

Porém... Para delegar uma tarefa para um colega do mesmo nível que você, é preciso ter uma comunicação muito direta, assertiva e empática.

POR QUÊ? Para evitar que ele pense que você quer liderá-lo, que está fazendo corpo mole ou que quer deixá-lo sobrecarregado, diz o especialista.

E MAIS: alinhe tudo com seu chefe. É importante que a liderança saiba dessa movimentação de atividades, principalmente se a organização da equipe for mais centralizada.

PERFEITO X FEITO. Delegar ajuda a "baixar a régua" de como as tarefas devem ser feitas, pontua Bruna Garcia. Reconhecer a curva de aprendizado do outro e as diferentes formas de realizar uma mesma tarefa é um aprendizado importante para o desenvolvimento profissional.

ACESSE
folha.com/folhacarreiras e receba a newsletter toda segunda-feira

Dica de carreira

Orientações para seu desenvolvimento pessoal e profissional

Como se preparar para uma transição de carreira?

Veja quatro passos:

1. Investigue a nova área

- Entenda o que essa área envolve, como são os profissionais que atuam nela, o que fazem no dia a dia e quais competências e habilidades são requeridas

2. Expanda seu networking

- Conheça pessoas da área para confirmar essas percepções e até para te ajudar a se movimentar nessa carreira

3. Monte um plano de ação

- Coloque todos os passos importantes para fazer essa transição. Se é preciso fazer uma nova faculdade ou novos cursos, como pós-graduação ou MBA

4. Coloque o plano em ação

- Defina prazos para executar suas metas. Assim você consegue ter controle e gestão desse planejamento

As dicas são de Andrea Trench, consultora de carreira e marca pessoal.

Anna Saicali no aeroporto de Lisboa Deborah Lima/Folhapress

Procurada, ex-executiva da Americanas embarca para o Brasil

Deborah Lima

LISBOA A ex-diretora da Lojas Americanas Anna Saicali embarcou na noite deste domingo (30) em Portugal, com destino ao Brasil, após a revogação do pedido de prisão que havia contra ela, no âmbito das investigações sobre fraudes na companhia.

A executiva, que deve desembarcar em São Paulo nesta segunda, estava acompanhada de duas pessoas que se identificaram como advogados. Nenhum deles se pronunciou, assim como nos dias seguintes à operação da Polícia Federal na semana passada.

No sábado (29), um juiz da 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, decidiu revogar o pedido de prisão contra a executiva.

A condição era que ela se apresentasse no aeroporto de Lisboa e entregasse o passaporte à PF assim que chegasse ao Brasil.

Segundo relatório do MPF (Ministério Público Federal), Saicali é uma das principais responsáveis pelos números falsos da Americanas, tendo "pleno conhecimento" e "ciência inequívoca da construção de resultados fraudulentos" da companhia.

A investigação da PF, que apontou rombo de R$ 25,2 bilhões na varejista, mostrou que as práticas irregulares tinham como finalidade alcançar metas financeiras internas e fomentar bonificações. Além disso, a ação dos investigados manipulava e aumentava de forma ilícita o valor de mercado das ações da companhia.

zilor Energia e Alimentos

UNIÃO SÃO PAULO S.A. AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ nº 43.629.633/0001-76

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#NossaEnergiaTransformaTerra

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

Prezados Senhores:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da União São Paulo S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024. Durante a safra 23/24 a companhia recebeu líquido R$ 191.697, referente 6ª parcela do 1º Precatório, 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório, a Copersucar reteve R$ 22.603 referente a pis/cofins, na safra 22/23 a companhia recebeu líquido R$ 74.077, referente 5ª parcela do 1º Precatório e 4ª parcela do 2º Precatório, a Copersucar reteve R$ 8.514 referente a pis/cofins. A empresa está discutindo judicialmente a incidência dos tributos pis/cofins e imposto de renda e contribuição social.
Considerando a incerteza com relação ao resultado ação rescisória nº 1005090-40.2019.4.01.0000 movida pela União contra a Cooperativa, que, se julgada procedente em favor da União, poderá fazer, nos termos do Instrumento Particular de Obrigações e Outras Avenças firmado entre a Companhia e a Cooperativa, com que a Companhia tenha que devolver para a Cooperativa e está para a União todos os valores já recebidos por intermédio dos precatórios, a Administração da Companhia constituiu reserva de lucro e propõe a AGO deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2024 a aprovação da criação de uma reserva de contingência, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/1976. A proposta da Administração é que tal reserva de contingência seja formada por parte do lucro líquido do exercício, compreendendo também parte dos dividendos mínimos obrigatórios estipulados no Estatuto, de tal forma que o montante total seja de R$ 85.550. Para maiores detalhes consultar a nota 18. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.
Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2024.
A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	335.795	158.469
Contas a receber - cooperativa	11	481	643
Impostos a recuperar		1.611	2.091
Total do ativo circulante		**337.887**	**161.203**
Não circulante			
Aplicações financeiras	10	26.117	29.738
Ativo fiscal diferido	15	1.854	22.825
Depósito judiciais	13	177.775	138.752
Outros investimentos		67	67
Imobilizado	12	520	533
Total do ativo não circulante		**206.333**	**191.915**
Total do ativo		**544.220**	**353.118**

Passivos	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante			
Adiantamento de clientes	14	800	1.484
Impostos e contribuições a recolher	16	823	2.681
Obrigações com a cooperativa	17	5.158	26
Dividendos propostos		5.417	4.230
Total do passivo circulante		**12.198**	**8.421**
Não circulante			
Obrigações com a cooperativa	17	14.682	14.626
Provisões para processos judiciais	18	236.199	138.004
Total do passivo não circulante		**250.881**	**152.630**
Patrimônio líquido			
Capital social	19	25.246	25.246
Reserva de lucros	19	255.895	166.821
Total do patrimônio líquido		**281.141**	**192.067**
Total do passivo e patrimônio líquido		**544.220**	**353.118**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Despesas administrativas e gerais	20	(1.429)	(793)
Outras receitas operacionais líquidas	21	168.150	67.206
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		**166.721**	**66.413**
Receitas financeiras	22	27.121	20.827
Despesas financeiras	23	(1.826)	(1.244)
Receitas financeiras líquidas		**25.295**	**19.583**
Resultado antes dos impostos		**192.016**	**85.996**
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(80.783)	(38.321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(20.971)	22.825
Lucro líquido do exercício		**90.262**	**70.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício	**90.262**	**70.500**
Resultado abrangente do total do exercício	**90.262**	**70.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		**192.016**	**85.996**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Contingências tributárias	18	98.195	42.037
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber - Cooperativa		162	10
Impostos a recuperar		21.451	(21.600)
Depósitos judiciais	13	(39.023)	(42.042)
Adiantamento de clientes		(684)	(595)
Impostos e contribuições a recolher		(101.126)	(11.389)
Obrigações com a Cooperativa		5.214	(16)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**176.205**	**52.401**
Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.795)	(1.891)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**174.410**	**50.510**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	10	3.621	(1.659)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		**3.621**	**(1.659)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(705)	(366)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**2.916**	**(2.025)**
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		**177.326**	**48.485**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	158.469	109.984
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		335.795	158.469
		177.326	**48.485**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal (Reserva de lucros)	Reserva de lucros (Reserva de lucros)	Reserva de contingência (Reserva de lucros)	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de abril 2022		**25.246**	**5.049**	**1.801**	**91.504**	-	**123.600**
Pagamento de dividendos propostos conforme AGO		-	-	-	1.830	366	2.196
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.500	70.500
Destinações:							
Dividendos propostos		-	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Reserva de contingência		-	-	-	66.636	(66.636)	-
Saldos em 31 de março de 2023		**25.246**	**5.049**	**1.801**	**159.970**	-	**192.066**
Pagamento de dividendos propostos conforme AGO	19b	-	-	-	3.525	705	4.230
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.262	90.262
Destinações:							
Dividendos propostos	19b	-	-	-	-	(5.417)	(5.417)
Reserva de contingência	19b	-	-	-	85.550	(85.550)	-
Saldos em 31 de março de 2024		**25.246**	**5.049**	**1.801**	**249.045**	-	**281.141**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A União São Paulo S.A. Agricultura, Indústria e Comércio ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP. Até o ano de 1999, as atividades operacionais consistiam na industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol, açúcar e outros produtos afins, comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. ("Cooperativa"). Em 2000 a Companhia operou com a comercialização de cana-de-açúcar colhida, proveniente da safra anterior e a partir do exercício de 2001 as atividades operacionais compreendiam somente o arrendamento agrícola de terras. Em 2004, a Administração decidiu pelo encerramento das atividades operacionais e tem atualmente como atividade preponderante a administração de bens e direitos resultantes da alienação de ativos, sendo está a única forma de remuneração aos seus acionistas, na proporção de seus investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuídos aos riscos que estão sendo objeto de hedge. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de junho de 2024. Após sua emissão, somente os acionistas têm poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos críticos referentes a políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota explicativa nº 8 - Instrumentos financeiros. b) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 18 - Provisões para processos judiciais. *Mensuração do valor justo*: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados significativos não observáveis e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação apresentadas na nota explicativa 8.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Políticas contábeis: As políticas contábeis vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e estão descritas junto às referidas notas explicativas. b) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: Receita de juros; Despesa de juros; Tributos sobre receitas financeiras. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. c) Outras receitas e despesas: Outras despesas e receitas são gastos e ganhos auferidos durante o exercício referente à provisões/constituições judiciais, PIS/Cofins sobre outras receitas, provisões tributárias, corretagens, tarifas e outras. Estes gastos/ganhos são reconhecidos por meio do regime de competência. d) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia e suas controladas determinaram que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. e) Imobilizado: Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. i) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. f) Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros tenham sido adquiridos. Os instrumentos financeiros são reconhecidos, inicialmente na data em que são originados e desreconhecidos quando os direitos contratuais do instrumento se expirem, ou quando o direito, riscos e benefícios sejam transferidos. Ativo financeiro não classificado como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado, é avaliado em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda no seu valor recuperável. Caso seja evidenciado, as perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado. *Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral*: A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para cumprimento das obrigações. A administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros e risco de crédito. *Risco de crédito*: É o risco que a Companhia incorre em perdas decorrentes de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro, devido à falha destes em cumprir suas obrigações contratuais. Esse risco é proveniente, principalmente de instrumentos financeiros da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia expostos ao risco de crédito são Caixa e equivalentes de caixa, Clientes e outras contas a receber e Contas a receber - Cooperativa. O montante mais relevante exposto a este tipo de risco são Caixa e equivalentes de caixa e para mitigação deste risco a Companhia mantém suas operações com bancos de primeira linha. *Risco de liquidez*: É o risco no qual a Companhia encontra dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. *Risco de mercado*: É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Risco de taxas de juros*: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros expostos ao risco de taxas de juros são Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras e visando à mitigação desse tipo de risco a Companhia conservar suas operações contratadas a taxas superiores às de mercado. *Hierarquia de valor justo*: A Companhia aplica os Pronunciamentos Contábeis referentes aos instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. *Caixa e equivalentes de caixa* - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; *Nível 2* - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e *Nível 3* - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). g) Provisões e depósitos judiciais: As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. A Companhia reconhece depósitos judicias para demandas judiciais, fiscais e regulatórios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6. IMPACTOS DAS NOVAS CPC/IFRS E ICPC/IFRIC NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024). A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

7. NOVAS CPC/IFRS E INTERPRETAÇÕES DO ICPC/IFRIC (COMITÊ DE INTERPRETAÇÕES DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO IASB) APLICÁVEIS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. IFRS 17 - Contratos de Seguro: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12: As alterações ao *IAS 12 Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023), mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023 (no caso da Companhia 31 de março de 2024). A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros tenham sido adquiridos. Os instrumentos financeiros são reconhecidos, inicialmente na data em que são originados e desreconhecidos quando os direitos contratuais do instrumento se expirem, ou quando o direito, riscos e benefícios sejam transferidos. Ativo financeiro não classificado como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado, é avaliado em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda no seu valor recuperável. Caso seja evidenciado, as perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado. *Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral*: A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para cumprimento das obrigações. A administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros e risco de crédito. Nos períodos apresentados a Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos. A seguir é apresentado os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia classificados na respectiva categoria. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. *Risco de crédito*: É o risco que a Companhia incorre em perdas decorrentes de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro, devido à falha destes em cumprir suas obrigações contratuais. Esse risco é proveniente, principalmente de instrumentos financeiros da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia expostos ao risco de crédito são Caixa e equivalentes de caixa, Clientes e outras contas a receber e Contas a receber - Cooperativa. O montante mais relevante exposto a este tipo de risco são Caixa e equivalentes de caixa e para mitigação deste risco a Companhia mantém suas operações com bancos de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco. *Risco de liquidez*: É o risco no qual a Companhia encontra dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo recebimentos e pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31/03/2024	Valor contábil	1 ano ou menos	1 - 2 anos
Passivos			
Contas a pagar - Cooperativa	19.840	5.158	14.682
Total	**19.840**	**5.158**	**14.682**

31/03/2023	Valor contábil	1 ano ou menos	1 - 2 anos
Passivos			
Contas a pagar - Cooperativa	14.652	26	14.626
Total	**14.652**	**26**	**14.626**

Risco de mercado: É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Risco de taxas de juros*: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros expostos ao risco de taxas de juros são Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras e visando à mitigação desse tipo de risco a Companhia conservar suas operações contratadas a taxas superiores às de mercado. *Análise de sensibilidade*: Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível nas taxas de remuneração em 31 de março, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros remunerados por essas taxas e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras:

31/03/2024	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Títulos mobiliários	335.759	5.224	10.447	(5.224)	(10.447)
Exposição líquida	**335.759**	**5.224**	**10.447**	**(5.224)**	**(10.447)**

31/03/2023	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Títulos mobiliários	158.455	2.465	4.930	(2.465)	(4.930)
Exposição líquida	**158.455**	**2.465**	**4.930**	**(2.465)**	**(4.930)**

Hierarquia de valor justo: A Companhia aplica os Pronunciamentos Contábeis referentes aos instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; *Nível 2* - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e *Nível 3* - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil em 31/03/2024	Valor Justo	Outros Passivos
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	36	36	-
Títulos mobiliários	335.759	335.759	-
Total	**335.795**	**335.795**	-
Passivos			
Obrigações com a Cooperativa	19.840	-	19.840
Total	**19.840**	-	**19.840**

	Valor contábil em 31/03/2023	Valor Justo	Outros Passivos
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	14	14	-
Títulos mobiliários	158.455	158.455	-
Total	**158.469**	**158.469**	-
Passivos			
Obrigações com a Cooperativa	14.652	-	14.652
Total	**14.652**	-	**14.652**

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	36	14
Títulos e valores mobiliários	335.759	158.455
	335.795	**158.469**

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2024	31/03/2023
Aplicações financeiras (i)	26.117	29.738
	26.117	**29.738**

(i) Refere-se as aplicações financeiras restritas no valor de R$ 26.117, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 99,16%, esse valor é oriundo de discussão judicial tributária do IRPJ e CSLL, do período de 1994 e 1995. Tal litígio iniciou a via judicial. Em vista disso fez-se necessário a contratação de uma fiança bancária para garantia do débito discutido (garantia real). Na emissão dessa garantia, foi acordado com o banco contratado que seja fixada uma aplicação restrita reduzindo assim as taxas da fiança. Nota explicativa 18. As aplicações financeiras de curto prazo, são de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a títulos compromissados, remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa taxa média ponderada de 99,16% (março de 2023 - 99,77%).

11. CONTAS A RECEBER - COOPERATIVA

Correspondem aos valores de R$ 481 (R$ 643 em março de 2023) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66. a) Outros ativos financeiros: O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento. A empresa recebeu até a data de 31 de março, referente as parcelas de precatório no montante líquido de R$ 461.381 e a Copersucar reteve o valor de R$ 54.343. Na safra 18/19 a companhia recebeu líquido R$ 17.021, referente 1ª parcela do 1º Precatório a Copersucar reteve R$ 2.692 referente a pis/cofins. Na safra 19/20 a companhia recebeu líquido R$ 54.308, referente 2ª parcela do 1º Precatório e 1ª parcela do 2º Precatório, a Copersucar reteve R$ 6.245 referente a pis/cofins. Na safra 20/21 a companhia recebeu líquido R$ 59.638, referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório, a Copersucar reteve R$ 6.858 referente a pis/cofins. Na safra 21/22 a companhia recebeu líquido R$ 64.640, referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório, a Copersucar reteve R$ 7.431 referente a pis/cofins. Na safra 22/23 a companhia recebeu líquido R$ 74.077, referente 5ª parcela do 1º Precatório e 4ª parcela do 2º Precatório, a Copersucar reteve R$ 8.514 referente a pis/cofins. Na safra 23/24 a companhia recebeu líquido R$ 191.697, referente a 6ª e parcela do 1º Precatório, 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório, a Copersucar reteve R$ 22.603 referente a pis/cofins.
A empresa está discutindo judicialmente a incidência dos tributos pis/cofins.

12. IMOBILIZADO

A Companhia possui propriedades rurais no montante de R$ 520 no imobilizado em março de 2024, enquanto em março de 2023 possuía o montante era de R$ 533 em propriedades rurais, a variação do valor é oriunda de depreciação.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	1º de abril de 2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias e Administrativas	138.747	38.864	(86)	245	177.770
Cíveis e ambientais	5	-	-	-	5
(-) Depósitos judiciais	**138.752**	**38.864**	**(86)**	**245**	**177.775**

	1º de abril de 2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2023
Tributárias e Administrativas	96.705	46.151	(4.287)	178	138.747
Cíveis e ambientais	5	-	-	-	5
(-) Depósitos judiciais	**96.710**	**46.151**	**(4.287)**	**178**	**138.752**

(i) Referem-se a depósitos judiciais da ação indenizatória do IAA no valor de R$ 172.325 em 31 de março de 2024.

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/03/2024	31/03/2023
Adiantamento de clientes - vendas de terra (a)	800	1.484
	800	**1.484**

(a) Decorre de instrumento particular de compromisso de venda e compra de imóveis, celebrado entre a Companhia tendo como contraparte a Radar Propriedades Agrícolas S.A. em 26 de janeiro de 2009, cuja operação montou o valor de R$ 252.000.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda 31/03/2024	Contribuição social 31/03/2024	Total 31/03/2024	Imposto de renda 31/03/2023	Contribuição social 31/03/2023	Total 31/03/2023
Resultado antes dos impostos	192.016	192.016	192.016	85.996	85.996	85.996
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(48.004)	**(17.281)**	**(65.285)**	**(21.499)**	**(7.740)**	**(29.239)**
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Outras adições e exclusões permanentes	(26.795)	(9.675)	(36.470)	10.117	3.626	13.743
Tributos no resultado	**(74.799)**	**(26.956)**	**(101.755)**	**(11.382)**	**(4.114)**	**(15.496)**
Corrente	(59.379)	(21.404)	(80.783)	(28.165)	(10.156)	(38.321)
Diferido	(15.420)	(5.552)	(20.972)	16.783	6.042	22.825
Tributos no resultado	**(74.799)**	**(26.956)**	**(101.755)**	**(11.382)**	**(4.114)**	**(15.496)**
Alíquota efetiva	39,0%	14,0%	53,0%	13,2%	4,8%	18,0%

Em 31 de março de 2024 a Companhia não possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante			
Provisão para contingências	22.825	(20.971)	1.854
Total	**22.825**	**(20.971)**	**1.854**
Efeito líquido no resultado e ativo fiscal diferido líquido	**22.825**	**(20.971)**	**1.854**

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	1.854	22.825
Total	**1.854**	**22.825**

16. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

	31/03/2024	31/03/2023
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	527	1.886
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	191	681
Outros	105	114
	823	**2.681**

17. OBRIGAÇÕES COM A COOPERATIVA

	31/03/2024	31/03/2023
Letra de câmbio - outras	5.158	26
Passivo circulante	**5.158**	**26**
Letra de câmbio - repasse de recurso IPI	2.009	1.953
Letra de câmbio - repasse de recurso Marca União	12.045	12.045
Letra de câmbio - outras	628	628
Passivo não circulante	**14.682**	**14.626**
Total	**19.840**	**14.652**

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

Natureza do saldo de provisões

	1º de abril de 2023	Adições	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias e Administrativas	138.004	97.350	845	236.199
	138.004	**97.350**	**845**	**236.199**

	1º de abril de 2022	Adições	Atualização monetária	31 de março de 2023
Tributárias e Administrativas	95.967	42.003	34	138.004
	95.967	**42.003**	**34**	**138.004**

Na linha tributárias está sendo considerado ações indenizatórias do IAA no montante de R$ 172.325 em março de 2024 (R$ 133.636 em março de 2023). A Companhia possui outras contingências passivas relacionadas a questões tributárias em andamento. As avaliações realizadas por seus assessores jurídicos são consideradas como de risco possível. As eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R$ 198.706 (R$ 158.343 em 2023). Esses processos estão vinculados à tributação de impostos: R$ 171.832 referentes ao processo de recebimento dos precatórios e R$ 26.026 referentes a expurgos de correção monetária decorrentes do Plano Verão e R$ 848 referentes a outros processos tributários. A Companhia possui, ainda, processo envolvendo riscos ambientais que de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de ocorrência dessas demandas é possível, mas não provável. Em função do estágio em que se encontram, os desfechos finais dessas ações não puderam ser determinados no momento e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras. Os processos de maior relevância estão apresentados no quadro abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Tributárias (i)	26.026	24.570
Tributárias (ii)	171.832	133.142
Total	**197.858**	**157.712**

(i) Cobrança de IRPJ e CSLL referentes à 1994 e 1995. Aguarda julgamento dos Embargos à Execução Fiscal nº 0000070-55.2008.8.26.0125. (ii) Mandado de segurança preventivo impetrado pela companhia em face de suposto ato ilegal a ser praticado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em Bauru/SP, consistente em submeter às impetrantes ao recolhimento de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre os montantes que lhes cabem em razão do rateio da indenização garantida nos autos de ação ordinária à cooperativa do setor sucroalcooleiro, decorrente da fixação de preços de venda do álcool e do açúcar de forma contrária ao quanto determinava a Lei n.º 4.870/65 entre março de 1985 e outubro de 1989.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social está representado por 163.920.903 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado. b) Dividendos pagos e propostos: Conforme disposto no art. 24 do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, ajustados na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e para este resultado, apurado na forma do art. 191 da Lei 6.404/76. A Administração levará a Assembleia a retenção de parte dos dividendos no montante de R$ 5.417 para que este valor componha a reserva de contingência que também deverá ser aprovada pelos acionistas, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76. *Reserva legal*: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia atingiu na safra 20/21 o limite de 20% da reserva, portanto não foi constituído reserva legal. *Retenção de lucros*: Corresponde ao saldo de lucros após as destinações legais e estatutárias, a disposição dos acionistas. A Administração propõe a criação de uma reserva de contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76 e artigo 14º do Estatuto Social, que deverá ser deliberada pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras. Considerando a incerteza com relação ao resultado da ação rescisória nº 1005090-40.2019.4.01.0000 (Rescisória) movida pela União Federal (União) contra a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar), que, se julgada procedente em favor da União, poderá fazer, nos termos do Instrumento Particular de Obrigações e Outras Avenças n.º DEJR-12091/2018 (Contrato), com que a Companhia tenha que devolver para a Cooperativa e está para a União todos os valores já recebidos por intermédio dos precatórios relativos à ação indenizatória nº 90.0002276-2 da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, movida contra a União em que se discutia a defasagem de preço na venda de etanol e açúcar, é proposto que 94% do lucro líquido apurado neste exercício seja alocado na reserva de contingências. O lucro líquido apurado neste exercício, totalizando um montante de R$ 90.261. Ademais, se aprovada a referida proposta de alocação de parte do lucro líquido junto com a retenção de parte dos dividendos no montante de R$ 5.417, o total da reserva de contingência será de R$ 85.550. Tal reserva tem como objetivo principal proteger a Companhia contra um risco de inadimplemento do Contrato caso a Rescisória tenha êxito, uma vez que (i) a Companhia, por ser uma sociedade inoperante, não tem resultados operacionais que suportem a devolução dos valores recebidos em decorrência dos precatórios, caso eles sejam distribuídos aos acionistas, sendo certo que seus atuais ativos são suficientes para fazer frente às contingências e passivos já existentes, (ii) nos termos da lei societária e de consolidada jurisprudência, dividendos recebidos de boa-fé não podem ser objeto de pedidos de devolução - a Companhia não teria como receber de volta os valores pagos a título de dividendos mas permaneceria com a obrigação contratual de devolver os valores recebidos da Copersucar, (iii) a Companhia possui um capital pulverizado, o que torna pouco provável que eventual chamada de capital para fazer frente à necessidade de devolução dos valores acima mencionados tenha êxito; (iv) a crise provocada pela pandemia e um ambiente de instabilidade econômica e política tornam incerto o resultado final da rescisória; e (iv) os administradores da Companhia tem o dever de atuar no melhor interesse da companhia devendo zelar pela sua saúde financeira e adotar as medidas legais cabíveis que entendam necessário para minimizar os impactos na Companhia.

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31/03/2024	31/03/2023
Despesas com serviços de terceiros	(1.296)	(719)
Impostos, taxas e contribuições	(126)	(70)
Despesas processuais	(1)	(1)
Outras despesas	(6)	(3)
	(1.429)	**(793)**

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/03/2024	31/03/2023
Receita da Cooperativa com Indenizatória IAA (i)	174.253	65.562
Provisão para contingências	(845)	(5.028)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(5.258)	6.672
	168.150	**67.206**

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 11, durante a safra 23/24 a Companhia recebeu o repasse do montante de R$ 191.697, referente a 6ª e parcela do 1º Precatório, 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório, a empresa está discutindo judicialmente a cobrança de PIS/COFINS. Nesta nota explicativa estamos deduzindo as despesas e honorários de 10% no montante de R$ 24.895 (R$ 9.455 em 31 de março de 2023).

22. RECEITAS FINANCEIRAS

	31/03/2024	31/03/2023
Juros sobre aplicações financeiras	26.767	20.504
Outras receitas financeiras	354	323
	27.121	**20.827**

23. DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2024	31/03/2023
Juros sobre tributos a recolher	(4)	(42)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.252)	(849)
Comissões bancárias	(302)	(317)
Outras despesas financeiras	(268)	(36)
	(1.826)	**(1.244)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores
Fabiano José Zillo
Denise Araújo Francisco
Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior - CRC: SP-253903/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
União São Paulo S.A., Agricultura, Indústria e Comércio - Lençóis Paulista - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da União São Paulo S.A., Agricultura, Indústria e Comércio. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC-SP198698/O

Reserva de ações da Sabesp começa nesta 2ª

Oferta pode captar em torno de R$ 16,5 bi, considerando o preço dos papéis já listados; entenda como será a compra

Júlia Moura e Marcelo Azevedo

SÃO PAULO A partir desta segunda-feira (1º) estão abertas as reservas de ações da privatização da Sabesp. Até o dia 15 de julho, investidores pessoas físicas poderão sinalizar, via corretora, a intenção de comprar uma determinada quantia de papéis da empresa de saneamento que estão nas mãos do estado de São Paulo e irão a mercado em 19 de julho.

Serão vendidas até 220,5 milhões de ações, sendo que 15% irão para a Equatorial, o investidor de referência. A companhia foi a única interessada em exercer esse papel na privatização e não poderá vender suas ações até 2030.

O governo paulista ainda terá participação na empresa, de 18% a 22%, a depender da demanda do mercado.

"É importante mencionar que caso o volume de interesse pela operação seja baixo, a oferta será postergada e deverá se materializar apenas em um outro momento", ressaltam os analistas da Genial Investimentos.

Considerando o máximo de ações vendidas, a oferta pode captar em torno de R$ 16,5 bilhões, conforme o preço das ações já listadas na última sexta (28), de R$ 74. Esse volume situaria a oferta secundária, chamada de follow-on, como a 11ª maior do país, empatada com o IPO (oferta pública inicial, na sigla em inglês) da OGX, petroleira de Eike Batista.

Em abril, as ações da Sabesp atingiram sua máxima histórica nominal de R$ 83,69, mas desaceleraram e registram desempenho praticamente estável no acumulado do ano. O processo de privatização, no entanto, ainda tem potencial de impulsionar o papel, segundo analistas.

Projeções da Bloomberg mostram que a maioria das casas de análise mantém recomendação de compra para a ação da companhia, com preço-alvo médio de R$ 97,66 em 12 meses —hoje, o valor é R$ 74, o que seria uma valorização de 32%.

O Citi, banco mais otimista dentre os consultados, projeta R$ 137, o equivalente a um salto de 85% no valor da ação. Já a Genial, mais moderada, tem um preço-alvo de R$ 77, um ganho potencial de apenas 4%.

Em relatório recente, a EQI Research, que iniciou neste mês a cobertura da empresa, também recomendou compra e projetou preço-alvo de R$ 115 para as ações da companhia, uma valorização potencial de 55%.

Para a EQI, a Sabesp tem executado de maneira bem-sucedida uma agenda de ganho de eficiência, reduzindo custos e otimizando investimentos. A privatização, além de dar continuidade a esse movimento, também pode trazer melhorias à governança da companhia, dizem os analistas.

A gestora cita, ainda, que o plano de investimentos da companhia para os próximos anos, de aproximadamente R$ 55 bilhões, pode impulsionar seu crescimento, em especial após a Sabesp ter se comprometido a universalizar o acesso ao saneamento no estado de São Paulo até 2029, antecipando o período previsto pelo novo marco do saneamento.

"A privatização pode ser uma oportunidade muito boa para a empresa ganhar eficiência e se tornar um veículo de consolidação do setor. É um negócio de crescimento muito grande, ela tem que cumprir metas de universalização [de saneamento] num prazo relativamente curto", diz Luís Moran, analista-chefe da EQI Research.

Moran também cita, no entanto, riscos que podem impactar o valor das ações da companhia. Para ele, o principal ponto de alerta é o preço mínimo da ação, que, apesar de já ter sido definido, ainda não foi divulgado pelo governo de São Paulo e pode estar acima do esperado pelo mercado. Segundo o governo, os valores só serão divulgados no fim do processo, como forma de garantir mais segurança à operação e mitigar riscos. Ou seja, o investidor que se inscrever na oferta fica no escuro sobre quanto irá desembolsar de fato.

Além disso, o relatório também aponta riscos de governança, já que o estado de São Paulo ainda terá participação relevante na empresa e pode ter atritos com o investidor de referência, a Equatorial, e os demais acionistas. A gestora cita, ainda, riscos regulatórios e ambientais que podem prejudicar a empresa.

Ele ainda aponta uma possível fragilidade no principal ponto de otimismo sobre a empresa: seu programa de investimentos, que pode não ser plenamente executado, o que impactaria o crescimento projetado para a companhia.

"Num programa de investimentos desse tamanho, o risco de execução está sempre presente. Gastar tanto dinheiro nesse prazo não é algo trivial, é um desafio de engenharia, de logística e de planejamento. Sempre há problemas de execução", diz João Pedro Zanott, auxiliar de análise de investimentos da EQI.

Ele cita, por outro lado, que a nova política de dividendos da companhia condiciona o pagamento da remuneração aos acionistas ao cumprimento das metas de universalização, o que deve colocar a execução do plano de investimentos como uma das prioridades da gestão.

Ações da Sabesp desde julho de 2023

1. 31/07/2023 - Governo define modelo de privatização
2. 16/08/2023 - São Paulo adere à regionalização de serviços de água e esgoto para se adequar ao marco do saneamento
3. 22/11/2023 - Projeto de privatização é aprovado em comissões
4. 06/12/2023 - Privatização é aprovada na Alesp
5. 21/03/2024 - Sabesp divulga alta de 84% no lucro do 4º trimestre
6. 17/04/2024 - Governo define detalhes de processo
7. 02/05/2024 - Câmara de SP aprova e Ricardo Nunes sanciona venda da Sabesp
8. 20/05/2024 - Municípios aprovam novo contrato com a Sabesp
9. 21/06/2024 - Governo inicia processo de oferta de ações
10. 26/06/2024 - Fim do prazo para propostas de acionistas de referência

Fonte: CMA

O que levar em consideração ao investir?

Apesar das projeções de alta e da euforia quanto à privatização da companhia, é preciso levar em conta os riscos de se entrar numa oferta de ações.

O planejador financeiro José Faria Júnior, da Planejar (Associação Brasileira dos Planejadores Financeiros), lembra que, antes de tudo, o investidor deve avaliar se faz sentido ter ações no seu portfólio, já que ativos de renda variável são investimentos de maior risco. Caso seu perfil de investidor seja mais conservador, com maior aversão ao risco de perder dinheiro, o ideal é evitar a compra de ações.

Além disso, ele lembra que as ações da Sabesp já são negociadas em Bolsa e estão próximas de sua máxima histórica. Se, por um lado, a performance da empresa já é sólida e conhecida pelo mercado, por outro, os papéis podem sofrer correções.

O indicador preço/lucro (PL) da empresa está em 14, o que aponta que levariam 14 anos para o investimento nesta ação se pagar apenas com a distribuição de lucro. O P/L de sua compradora, por sua vez, é 10. O da Copasa, de Minas Gerais, é 5,70, e o da Sanepar, do Paraná, é 5,40.

Por isso, é importante avaliar a Sabesp ao lado de outras empresas similares. Quem deseja investir porque vê oportunidades no setor de saneamento, por exemplo, pode comparar as projeções com as de outras grandes companhias do setor. Para quem busca dividendos, é possível comparar a política da Sabesp, já divulgada, com a de boas pagadoras de remuneração a acionistas na B3, como empresas de energia e bancos.

"Há uma excitação no curto prazo, mas depois, passada a euforia, o papel pode cair, em especial se estiver próximo da máxima histórica, como é o caso da Sabesp. Além disso, a ação vai continuar na Bolsa após o follow-on. Para quem não entrar na operação, não acho que será uma oportunidade perdida", diz Júnior.

Segundo analistas, há uma tendência de forte volatilidade de papéis após sua estreia em Bolsa, já que muitos compradores se desfazem da ação assim que possível, buscando atingir um lucro rápido, o que pode assustar investidores e adiar o retorno esperado.

Para se inscrever na oferta de ações, é necessário ter conta em uma corretora. Uma vez logado em sua conta, é preciso ir à seção "ofertas públicas" e, então, selecionar Sabesp (SBSP3).

Em seguida, é necessário reservar a quantidade de papéis mínima e máxima que se deseja comprar. A quantidade executada de fato só será descoberta quando os papéis começarem a negociar em Bolsa, já que a quantia de ações à venda é limitada.

O grupo Equatorial, único que manifestou interesse à privatização da Sabesp tem histórico de atuação no setor de energia, mas é novato no saneamento.

Adquiriu sua primeira concessão no setor em 2021, para prestar serviços de água e esgoto no Amapá, e começou a operar no ano seguinte. Tem entre seus principais acionistas o Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, as gestoras Atmos, Capital World Investors, Squadra Capital e o fundo americano Blackrock. Dantas chegou a ser alvo da Operação Satiagraha.

Mais brasileiros terão INSS como maior fonte de renda na aposentadoria

Vitor Hugo Batista e Cristiane Gercina

SÃO PAULO Metade dos brasileiros que ainda não se aposentaram acreditam que o benefício do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) será sua maior fonte de renda no futuro, e só dois em cada dez já começaram uma reserva para a aposentadoria.

É o que mostra o Raio X do Investidor Brasileiro, pesquisa realizada pela Anbima (Associação Brasileira das Mercados Financeiro e de Capitais) em parceria com o Datafolha. O percentual dos que acreditam que vão viver só com a renda do INSS cresceu seis pontos entre 2022 e 2023, saltando de 44% para 50%.

O levantamento ouviu 5.188 pessoas acima de 16 anos de todas as classes sociais entre os dias 6 e 24 de novembro de 2023, nas cinco regiões do país. A margem de erro é de um ponto percentual para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

O número de cidadãos que acreditam ter como maior fonte de renda a aposentadoria do INSS é mais expressivo nas classes D e E, onde 59% dizem que vão contar com o benefício da Previdência como a renda principal. Nas classes A e B, esse percentual fica em 38% e, na classe C, em 52%.

A pesquisa mostra ainda que o número dos que fazem reserva para a aposentadoria —um evento praticamente certo para qualquer cidadão economicamente ativo— é muito baixo. De cada dez, apenas dois guardam dinheiro para esse momento, seja em aplicações financeiras, poupança ou previdência privada.

O percentual é menor nas classes D e E, em 10%, mas também surpreende nas classes A e B, onde só 32% dizem já ter começado uma reserva e os demais ainda não o fizeram. Na classe C, são 16%.

Entre as principais opções de renda além do benefício do INSS estão o próprio salário (17%), aplicações financeiras, seja renda fixa ou renda variável, com 10% das respostas, e previdência privada, com 3%.

Marcelo Billi, superintendente de sustentabilidade, inovação e educação da Anbima, afirma que a falta de planejamento é uma questão global, que passa por pontos além da renda, envolvendo fatores psicológicos e, até mesmo, pela história da humanidade.

"É uma dificuldade de lidar com questões temporais longas. É um comportamento do nosso cérebro. Há uma dificuldade de planejamento futuro e não é algo que só os brasileiros fazem. Ainda não evoluímos como espécie [neste quesito]", diz.

Conheça opções de investimento para se proteger da inflação

Desde o lançamento do real, alta nos preços supera 700%; especialistas recomendam cesta variada de ativos

REAL, 30

Júlia Moura

SÃO PAULO Economistas costumam dizer que a inflação é o pior imposto que existe, pois onera em maior escala os mais pobres, já que ricos têm mais recursos e ferramentas para se proteger. Também dizem que, para fugir, o único caminho é o investimento.

Mas não é qualquer ativo que vai garantir essa proteção. Não há um ativo único e o ideal é ter uma cesta balanceada, que garanta rentabilidade média acima da inflação.

"Mais importante para se proteger de riscos, incluindo a inflação, é ter uma carteira diversificada para surfar nos momentos de euforia e frustrações [do mercado], diz Álvaro Frasson, do BTG Pactual.

O primeiro passo é garantir a reserva de emergência, que deve equivaler a, no mínimo, seis meses de gastos e pode chegar a um ou dois anos.

Esse montante deve estar alocado em um investimento de renda fixa de liquidez diária, como um CDB de banco grande tradicional ou o Tesouro Selic. Ambos acompanham a taxa básica do Banco Central e tendem a garantir rendimento acima da inflação e da poupança.

O que não vale é deixar dinheiro na conta do banco. Além da tentação de usá-lo, algumas dessas contas remuneram só após 30 dias e, muitas vezes, a remuneração é menor que CDB ou Tesouro Selic.

"Taxas básicas de juros são calculadas para garantir rentabilidade real. Se inflação a superar, é algo pontual", diz Martin Iglesias, especialista em investimentos e alocação de ativos do Itaú Unibanco.

Com o aumento do risco fiscal nos últimos meses, e consequente alta nos juros futuros, o Banco Central interrompeu o ciclo de cortes na taxa, deixando-a em 10,50%. Assim, o juro real está acima de 6%.

"Temos juros bem altos no Brasil, o que torna o investimento em CDI uma boa proteção", afirma Iglesias.

Nos 30 anos do real, o CDI foi a mais vantajosa das aplicações, acumulando uma rentabilidade de 7.927%, um ganho 11,26 vezes maior que a inflação do período, de 704%.

Diversos produtos de investimento têm sua rentabilidade atrelada ao CDI hoje. Além dos CDBs, é o caso de LCAs e LCIs (Letras de Crédito do Agronegócio e Imobiliário) e debêntures.

VEJA DIFERENTES TIPOS DE INVESTIMENTO:

Pós-fixados
Acompanham a taxa de juros. Se ela sobe, a rentabilidade aumenta; se cai, o ganho diminui. São os investimentos mais seguros.
Opções: poupança, CDBs, LCA e LCI, Tesouro Selic e fundos DI. A aplicação é de longo prazo, e o dinheiro fica parado até o vencimento.

Prefixados
Têm uma taxa de juros combinada no momento da aplicação, que não muda mesmo que a Selic seja alterada.
Opções: Tesouro prefixado e CDBs de bancos pequenos

Inflação
São investimentos que pagam uma taxa de juros fixa mais a variação da inflação. Como mudam de preço todo dia, o investidor precisa mantê-los até o vencimento para evitar risco de perdas.
Opções: Tesouro IPCA+ e CDBs de bancos pequenos

Fundos multimercados
Investem em mais de um tipo de ativo. Geralmente combinam aplicações como títulos públicos, ações e dívidas de empresas. Para saber no que um fundo investe, leia o o informativo

Ações
Ações são a menor fração de capital de uma empresa, podendo ser negociada em Bolsa. É possível investir individualmente ou em fundos de ações ou que acompanham um índice (ETFs). É indicado par aos mais arrojados

Inflação até maio

Fonte: IBGE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 33/2024 – Registro de Preço para futura e eventual Locação de banheiro químico individual, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 01/07 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 18/07/2024 as 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 9h15min.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 31/2024 - Aquisição de livros para atender as necessidades dos Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs, Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental - EMEIEFs e Centro Municipal de Atendimento Especializado - CEMAE, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 01/07 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 16/07/2024 as 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 9h10min.

Santander — SOLD

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 12 de julho de 2024, a partir das 10h20min

2º LEILÃO: 15 de julho de 2024, a partir das 14h20min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Amorim de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 0010381783, firmado em 30/06/2022, com o(s) **Fiduciante(s) VINICIUS CARVALHO DE FREITAS**, maior, inscrito no CPF nº 404.031.428-06, no dia **12 de julho de 2024, a partir das 10h20min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 466.417,32 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e dois centavos)**, o imóvel matriculado sob nº 127.034 do Oficial de Registro de Imóveis de Indaiatuba/SP, constituído pelo apartamento nº 23, situado na Rua Pedro Vitilo, nº 185, torre 6 do Condomínio Reserva Vida Verde, em Indaiatuba/SP, com área privativa de 62,72m², área comum de 17,6000m², perfazendo a área total de 80,3200m² correspondendo a fração ideal de terreno de 58,31m² ou 0,00156 ou 0,156%, com [illegible]

Santander — FRAZÃO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 15 de julho de 2024, às 14h30min *.

2º LEILÃO: 17 de julho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

[illegible]

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00322.2024 - RC89353.2023

Objeto: Desenvolvimento de portal eletrônico de conteúdos para gestores públicos municipais e sistemas de gestão de conteúdos (SGC).

Data Final para apresentação de proposta: **03/07/2024 até as 17:00h.**

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ID Contratação no PNCP: 71584833000195-1-000048/2024
Data de Publicação no PNCP: 04/06/2024
Pregão Eletrônico PGE nº 90007/2024
Processo SEI nº 023.00019930/2024-63
Objeto: Constituição do Sistema de Registro de Preços para aquisições futuras e eventuais de papel toalha interfolhada.
Modalidade de Contratação: Pregão Eletrônico
Modo de disputa: Aberto
Fase: Aviso
EXTRATO DE EDITAL

Acha-se aberto no Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, situado à Rua Pamplona, nº 227, 11º andar, bairro Jardim Paulista, nesta Capital, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90007/2024, que visa a constituição do Sistema de Registro de Preços para aquisições futuras e eventuais de papel toalha interfolhada, conforme especificações constantes no Termo de Referência – ANEXO I do Edital, cuja data do início do prazo para envio das propostas eletrônicas será em 01/07/2024 e a realização de abertura da sessão pública, dar-se-á no dia **11/07/2024 às 10h30** (horário de Brasília). O Edital poderá ser obtido pela Internet no sítio www.gov.br/compras/pt-br, www.pge.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Deinter 2 – Campinas
Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista

EXTRATO DE EDITAL
Processo: SEI 058.00034586/2024-90
Pregão Eletrônico nº 02/2024
Compra nº 90002/2024

Encontra-se aberta, na Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, modalidade aberta, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCRITÓRIO, FECHADURA, PNEU, BATERIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA REPOR O ESTOQUE da Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista e suas Unidades Subordinadas, conforme quantidade, características e especificações constantes do Termo de Referência anexo ao Edital. A realização da sessão será dia 15/07/2024, às 10:00, no endereço www.gov.br/compras. Mais informações poderão ser obtidas na UGE – Unidade Gestora Executora 180288 através do telefone (11) 4033-7420 ou e-mail: uge.bpta@policiacivil.sp.gov.br. Edital disponível no site www.gov.br/compras.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 012/2024

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL POR HORA PRODUTIVA"
Processo Administrativo: 824/2024
Data e Hora do Pregão: 29/07/2024 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor valor unitário
Modo de Disputa: Aberta
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Licitação não diferenciada
UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Transportes, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Cultura e Turismo e Secretaria de Meio Ambiente, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.compras.gov.br e www.pncp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 28 de junho de 2024.
ISRAEL LUCAS EVANGELISTA - Secretário de Serviços Urbanos Substituto

COMUNICADO

Urgente o **Alphacampus Cemitério e Crematório** convoca os responsáveis que tiveram seus familiares sepultados entre 10/01/2014 a 10/05/2016, para acompanhamento dos trabalhos de exumação, que serão realizados de 04 de junho de 2024 a 05 de agosto de 2024, informações de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 hs às 17:00 hs. Telefone (11) 4206-5810 ou (11) 93091-4880 segue abaixo a relação com os nomes dos falecidos:

Adelaide Macia; Afonso Eduardo Lima; Aciara Leite do Nascimento; Alex Sandro Barbosa Martins; Alex Sandro Barbosa Norato; Alexandre Alves Pereira; Alexandre Marques Vecchio; Alexandre Rodrigues Portugal; Aline Gisele Silva Ramos; Alvaro Rocha Neto; Alzira Maria de Jesus Dourado; Amarildo Virgílio da Silva; Amaro da Silva; Ana Sousa Rocha; Anesio Lucia Pinto; Antonia Batista dos Santos; Antonio Carlos Felipe; Antonio dos Santos Bertolo; Antonio Luiz dos Santos Conceição; Avelino Nascimento dos Passos; Carlos Alberto A. Teixeira; Cesario Torres Martins; Charles da Silva Pato; Cicera Ertilia Alves Freire; Cileuza Pereira de Souza; Claudenize Rosendo da Silva; Clober Daniel da Silva; Clousa Garcia da Rocha; Clovis Alves de Prado; Cristina Teixeira dos Santos; Daniel da Silva Santos; Darci Almeida Marchado; Delza Costa Azevedo; Descorhecido 1200; Desconhecido 415; Dilma Aparecida Rodrigues; Domingos Rodrigues Santos; Douglas Alves Messuja; Edson Alves dos Santos; Edson Bianco dos Santos; Eduardo dos Santos Oliveira; Edvaldo Ramos de Oliveira; Elisangela Ferreira da S. Vieira; Elzete Costa da Silva Santos; Emeterio Bezerra Machado; Emilio Nobre da Silva; Eunice de Paula Toledo; Fernando Ulicio da Silva; Francisco Alves da Silva; Francisco Valeriano da Silva; Gedeão da Silva de Paula; Genice Domingos; Geraldo de Souza Moraes; Gilberto Gil da Silva; Gregory Castro Brito; Henoch de Souza Rocha; Hermenegildo Gomes Sant anna Neto; Hilton de Araujo; Hugo Celso de Souza; Idalicio Silva da Luz; Irinaldo de Souza Santos; Ivone Reis Santos; Jair Sabino da Silva; Joana Benedita Gonçalves; Jose Benedito de Freitas; João de Jesus Santos; João Ferreira de Souza; Joaquim de Jesus Paula; Joelita de Souza; John Kleber Weldelcin da Silva; José Alves dos Santos; Jose Augusto Queiroz; Jose Carlos Costa Silva; José da Cruz; Jose de Amarante Filho; Jose do Carmo Sousa; Jose dos Anjos Pinheiro Alves; Jose Ferreira Santos; Jose Galdino de Oliveira; Jose Murilo da Silva; Jose Natalion de Araujo; José Passos Mendes; Jose Pereira dos Santos; Josue Moreira Barbosa; Juarez Henrique Inacio da Silva; Judite Lucia dos Santos; Juracy Antonia da Silva Q; Leonel Gomes dos Santos; Lidia Messias de Araujo Leite; Lindaura Pereira Borges; Lucas Mendes da Silva; Lucia Aparecida Almeida; Luzanira Bezerra da Silva; Manoel Barboza dos Santos; Manoel Jose da Silva; Manoel Santilho; Manuel Vicente da Silva; Marcio Eduardo Braz; Marcondes Leite Viana; Marcos Cicero de Souza; Maria Alves Aguiar; Maria Amancio de Jesus Chaves; Maria Aparecida Rosa; Maria da Conceição Silva; Maria Daiane do Nascimento; Maria das Graças da Silva; Maria de Fatima Queiroz dos Santos; Maria de Lourdes da Silva; Maria de Lourdes Barbosa; Maria Diomar dos Santos; Maria Helena da Silva; Maria Helena Machado Mateus; Maria Jose Silva; Maria Julia de Farias; Maria Lucia de Araujo; Maria Marta Ferraz de Barros; Maria Nazareth de Castro; Maria Peran de Assis; Maria Souza Paulo; Maria Teresa de Paula; Maria Vista dos Santos; Marinalva Correia Santos; Mario Dobowski; Martinho Soares Coelho; Naide Alves da Silva; Nara Celi Ribeiro de Souza; Natal Soares de Jesus; Nelson da Mota; Nely Belo da Silva; Neusa Tereza de Oliveira; Nivaldo da Silva; Noberto de Almeida; Noel de Oliveira; Noel Ferreira; Pamela Andressa G. Borbela; Paulo Roberto Vieira Santos; Pedro Bernardo da Silva; Pompilio Francisco de Almeida; Priscila Ribeira Morato; Raimunda Fontes do Nascimento; Renan Barros Santiago; Rita Rosa de Oliveira; Roberto Dubovick; Ronaldo Niculau Ferreira; Roscicleide da Silva; Rosilda Vieira Campos Costa; Rozalina Amador de Souza; Sandra Ribeiro Santana Nunes; Sebastião Cunha; Sergio da Silva Neves; Sidney Silva Rodrigues; Simeão Jose dos Santos; Songale Florencio da Silva; Sonia Maria Ribeiro da Silva dos Reis; Thiane de Araujo; Tiburcio Francisca de Souza; Valdemar Jose dos Santos; Valdemar Pereira da Silva; Valdir Manoel; Valter Oliveira Silva; Vania Souza de Lima; Vicente de Paula Rocha; Victor de Brito; Vilma Oliveira Teixeira; Vitoria Aparecida Aguiar; William Pereira da Silva; Wilson Martins de Brito; Zenaide Gonçalves; Zenaldo Jose Barbosa

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90048/2024

Objeto: Contratação de serviços de desmontagem, carregamento, transporte, descarregamento e remontagem de arquivos deslizantes e estantes fixas, bem como manuseio, transporte e transferência ordenada abrangendo planilhamento do acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Envio das propostas: até 13 horas de 16/07/2024, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 01/07/2024, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 27 de junho de 2024. **Claucio Cristiano Abreu Corrêa - Diretor-Geral.**

HOSPITAL MATERNIDADE INTERLAGOS "WALDEMAR SEYSSEL-ARRELIA"

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2024

Encontra-se aberto no Núcleo de Compras e Gestão de Contratos da Administração do Hospital Maternidade Interlagos "Waldemar Seyssel-Arrelia", o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2024, referente ao processo 024.00097499/2024-68, destinado a **Aquisição de Materiais de Uso Técnico Hospitalar (Sistema de Cânula com Pressão Contínua de Ar)**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 18/07/2024 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.gov.br/compras. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/compras e www.imprensaoficial.com.br, seção "Negócios Públicos".

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR - UGE 180184

Encontra-se aberto na Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo – CorregPM o PREGÃO ELETRÔNICO Nº CorregPM-184/0004/24, Processo nº 20240583218, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a contratação de serviços de fornecimento de estruturas portantes, arquibancadas e palanques para a Corregedoria da Polícia Militar, conforme Termo de Referência 49/2024 – Especificações Técnicas, parte integrante do Edital.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.gov.br/compras**, UASG 180184, nº da compra 90004/2024.

Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 02/07/2024

Abertura da Sessão Pública: 22/07/2024 às 09h00.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 161.00024144/2024-49 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico nº 90004/2024, UASG 990202, que tem como objeto a aquisição peças e reposição e acessórios, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 17/07/2024, às 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 02/07/2024, o endereço eletrônico www.gov.br/compras, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência e www.imprensaoficial.com.br, opção e-negociospublicos.

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
PROCESSO N.º 35/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 04/2024

TIPO: Menor preço global.
OBJETO: Contratação de empresa para execução de projetos de combate a incêndio conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.
INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/07/2024 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 16/07/2024 13:29
INÍCIO DISPUTA: 16/07/2024 14:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO E FECHADO
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Portal BLL Compras – www.bll.org.br
EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no site www.orindiuva.sp.gov.br.
SUPORTE BLL COMPRAS (41) 3097-4600. Para demais informações contato via e-mail: licitacao@orindiuva.sp.gov.br, telefone: (17)38169600 ou acesso pelo link:
Para demais informações contato via e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br, telefone: 1738169600 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DMEofBH17la% 2FUKKxKEGQ4xMf%2FUvyS1Co7veXihGRXJ6bcZ4dgE_MjgNVpnB13Lxvfhf5RFgUT_hTY6vXvo/V61eVkB82C14ufBQvAUxjqD8%3D

Orindiúva - SP, 28 de junho de 2024
Mireli Cristina Leite Ruviéri Martins - **Prefeita Municipal**

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
UASG: 158139

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90017/2024 - Processo nº 23318.000419.2024-79

OBJETO: O objeto da presente licitação é a prestação de serviços contínuos de assistência técnica, instalação, operação diária e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, emprego de ferramentas, e materiais de consumo para aparelhos tipo ar-condicionado, bebedouros de água, refresqueiras, geladeiras e freezers, câmara fria e aquecedores de piscina para atender as demandas dos Campi do IF Fluminense, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Tipo:** Menor Preço **Edital e Anexos:** https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras - **Recurso:** Orçamentário - **Abertura: 11/07/2024 - 09h (nove horas) - Gestor:** Campus Campos Centro do IFF - **Valor Estimado:** R$ 4.312.351,68 (quatro milhões trezentos e doze mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos). O edital encontra-se www.gov.br/compras, através da Consulta informar o nº da Licitação: **Pregão Eletrônico nº 90017/2024** modalidade: **Pregão Eletrônico** e o nº da UASG do IFF: **158139.**

Campos dos Goytacazes (RJ), 27 de junho de 2024.

unesp — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – CÂMPUS DE RIO CLARO

Acha-se aberto no Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro – UASG 102322, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90010/2024 – IB/CRC, objetivando contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de controle de pragas, incluindo dedetização, descupinização, desratização, combate a escorpiões e limpeza e desinfeção de caixas d'água, cujo critério de escolha é o de menor preço. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 15 de julho de 2024 às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico www.compras.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 01 de julho de 2024 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situado à Avenida 24-A nº 1515 – Bairro Bela Vista – Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital na integra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo nº 379/2024 - IB/CRC.

SENAD — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD

EDITAL DO LEILÃO Nº 21 – CONTRATO Nº 5/2023/SP – BENS MÓVEIS ALIENAÇÃO ANTECIPADA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA FEDERAL

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio de Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato repres. p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, torna público **Leilão, dia 31/07/24, horário: Bens Anexo I** (tráfico de drogas), **c/ encerr. a partir das 15:30h.** P/ site **www.hastapublica.com.br**, p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo: 08129.001561/2023-96.** Leiloeiro: **MARCELO VALLAND**, p/ força do **contrato nº 5/2023/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O leiloeiro, SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, será enviado informações por e-mail p/ pgto do valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail juridico@hastapublica.com.br e tel.: (16) 3461-5950 / (16) 99977-2025. **O presente edital, bem como seus anexos, encontra-se disponíveis na integra no site supramencionado**. Em, 01/07/2024.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo
Portaria nº 3012, de 29/05/2023
Amanda Alves Bortoloti – Presidente da Comissão da Polícia Federal

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CARAGUATATUBA, SÃO SEBASTIÃO E ILHABELA - Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária - Negociação Coletiva 2024-2025 - O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** todos os trabalhadores, associados ou não associados do Sindicato, abrangidos pela Lei 12.790/2013, que se ativam nas empresas pertencentes ao comércio varejista ou atacadista, inclusive Comércio de Gênero Alimentício, Empresas varejistas e atacadistas em geral e Concessionárias de veículos, de sua base territorial integrada pelos Municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, no Estado de São Paulo, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária Itinerante**, a ser realizada nos dias de 15 a 31 do mês de Julho do ano de 2024, das 8:00 às 17:00 horas. A assembleia contará com uma urna fixa na sede do sindicato, Av. Frei Pacifico Wagner, nº 260, Centro, Caraguatatuba, e com uma urna fixa na subsede do sindicato, R: Duque de Caxias, 188 - Loja 12 seg. piso, Centro, São Sebastião e urnas itinerantes que percorrerão os estabelecimentos do comércio varejista, atacadista em geral e concessionárias de veículos e comercio de gêneros alimentícios, percorrerão também no Município de Ilhabela nos dias acima mencionado, a fim de deliberar, sobre os assuntos constantes da seguinte **Ordem do Dia: A - Apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações** para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho junto às categorias econômicas representantes do **Comércio Varejista e Atacadista do Estado de São Paulo, com representação específica e geral, Comércio de Gêneros Alimentícios e Sindicato das Concessionárias de Veículos do Estado de São Paulo - SINCODIV**, data base em setembro e outubro, respectivamente, visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional para o biênio 2024-2025; **B - Deliberar e aprovar sobre as formas e meios de custeio das atividades sindicais, bem como a forma e prazo para manifestação do direito de oposição**; **C - Discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva**, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada; **D - Votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade e/ou da Federação dos Empregados no Comércio do** Estado de São Paulo para negociar e firmar a norma coletiva, e, **se for o caso, recorrer a procedimentos de mediação, conciliação, arbitragem ou instaurar** Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente; **E - Discussão e votação da continuação desta Assembleia que se manterá permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias, ficando autorizado o Presidente do Sindicato a convocar sessões e reuniões por qualquer meio de comunicação disponível; F - Outros assuntos de interesse da categoria profissional, especialmente, a autorização para a implementação de um sistema para o tratamento de dados pessoais e informações da categoria profissional** representada, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade referente aos dados coletados por esta entidade, com a finalidade de desenvolver pesquisa, estudo, elaborar propostas que contemple os interesses da categoria profissional, oferecer serviços individuais e coletivos, atender a normativos e regulamentos legais administrativo e judicialmente, aptos a atender ao disposto na Lei 13709/2018, com o quórum estabelecido em consonância com o Estatuto Social da entidade, Art. 612, a AGE somente poderá deliberar, em primeira convocação, com a presença e votação de 2/3 (dois terços) dos sócios e de qualquer número de não sócios, e em segunda convocação, uma hora após, com a presença e votação de 1/3 (um terço) dos sócios e de qualquer número de não sócios. Caraguatatuba, 28 de Junho de 2.024. **Lucelena Aparecida Firmino -** Presidente.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO DESPESA DE ELEIÇÃO Nº 90047/2024

Objeto: Aquisição de impressos destinados às eleições de 2024. Envio das propostas: até 13 horas de 12/07/2024, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 01/07/2024, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 27 de junho de 2024. **Claucio Cristiano Abreu Corrêa - Diretor-Geral.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 34/2024 – contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva em câmaras refrigeradas para conservação de imunobiológicos, incluso peças, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 01/07 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 18/07/2024 as 13h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 13h30min.

MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A

CNPJ nº 61.090.619/0001-29 - NIRE nº 35300019032

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024 ("Assembleia").

(1). TIPO, DATA, HORA E LOCAL: A AGE foi realizada por meio digital e é considerada realizada em 17/06/2024, às 13h30min, na sede da companhia na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, na cidade de SP/SP. **(2). PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da empresa. **(3). COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Sadahiko Haneji, como Presidente da Mesa, e Sr. Mamoru Takeda como Secretário. **(4). PUBLICAÇÃO:** Dispensada a publicação do edital nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº. 6.404/76. **(5). AGENDA:** Eleição do Sr. Hidenori Fujisawa como Diretor Gerente da companhia. **(6). DELIBERAÇÃO POR UNANIMIDADE:** Eleger o Sr. Hidenori Fujisawa, portador da Cédula de Identidade RNM nº. B0969591 e no CPF/MF sob o nº. 036.202.788-90 estabelecido na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, para a posição de Diretor Gerente da companhia. A declaração de desimpedimento do diretor eleito está arquivada na sede da companhia. **(7). ENCERRAMENTO:** Nada Mais.São Paulo, 17/06/2024. Sadahiko Haneji - Presidente da Mesa; Mamoru Takeda - Secretário. Jucesp nº 254.952/24-0 em 26/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PUBLICA

Encontra-se aberta no **HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90112/2024, processo SEI nº 024.00087306/2024-61** destinada a **AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR** a realização da sessão será na data **26/07/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **01/07/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras – www.imprensaoficial.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PUBLICA

Encontra-se aberta no **HOSPITAL GUILHERME ALVARO, EM SANTOS/SP, PREGÃO ELETRÔNICO número 90109/24, Processo SEI nº 024.00032214/2024-43**, destinada a **Aquisição de óleo diesel para gerador**, a realização da sessão será na data **18/07/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **02/07/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.gov.br/compras; www.imprensaoficial.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PUBLICA

Encontra-se aberta no **HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90111/2024, processo SEI nº 024.00078060/2024-36** destinada a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATÓRIO** a realização da sessão será na data **24/07/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **01/07/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras--www.imprensaoficial.com.br

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico Nº 90007 - Penitenciária de Limeira/SP Nº Processo: 006.00202862-2024-91
Objeto: Aquisição de materiais/insumos farmacêuticos - de acordo com as especificações técnicas, condições, qualidade, quantidades e padrões de desempenho estabelecidos no Termo de Referência.
Total de Itens Licitados: 24 (vinte e quatro).
Valor total da licitação: R$ 9.233,58 (nove mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos)
Disponibilidade do edital: 01/07/2024, Horário: das 08h00 às 17h00 Endereço: Rodovia Luis Ometto, s/n Km 32+100m, Zona Rural, Limeira/SP; Link do PNCP: www.pncp.gov.br
Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/07/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

SINDICATO DAS EMPRESAS DE DESMANCHE DE VEICULOS, COMERCIO DE PECAS RECUPERADAS E SUCATAS DE METAIS FERROSOS E NAO FERROSOS EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O Presidente da entidade supra, inscrita no CNPJ sob nº 60.267.218/0001-39, convoca seus associados em condições de votar, para participarem da AGE a ser realizada no dia 05/07/2024 às 09h em 1ª convocação (maioria absoluta), ou meia hora após em 2ª convocação com qualquer número de associados convocados presentes, na Avenida dos Autonomistas, 896, Sala 603, Vila Yara, CEP 06020-010, Osasco/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) desfiliação da Federação de Serviços do Estado de São Paulo (CNPJ: 00.712.157/0001-40) e filiação à Federação de Serviços do Estado de São Paulo - FESERV/SP (CNPJ: 49.138.269/0001-28). Osasco/SP, 01 de julho de 2024, **Veríssimo de Souza Junior** - Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL - SP**, Torna Público estar realizando licitação sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, registrada sob nº 18/2024,** do tipo **Menor Preço Global,** no modo de disputa **ABERTO,** objetivando a contratação de empresa qualificada para execução dos serviços de troca de equipamentos de iluminação pública de várias ruas do Município com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS. CADASTRAR PROPOSTAS E ANEXAR DOCUMENTOS NA PLATAFORMA: A partir das 09h00 do dia 02/07/2024 até às 09h00 do dia 22/07/2024.ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: A partir das: 09h01 até às 09h15, do dia 22/07/2024.INÍCIO PREGÃO (Fase Competitiva): A partir das 09:16min, do dia 22/07/2024, por decisão da Pregoeira.TEMPO DE DISPUTA: Mínimo de 10 (dez) minutos. Se algum lance tiver sido oferecido nos últimos 2 (dois) minutos, o tempo é prorrogado por outros 2 (dois) minutos e assim sucessivamente.LOCAL: Na Plataforma Eletrônica no site: www.bllcompras.org.br**, pela internet, preferencialmente pelo navegador Internet Explorer. **Para todas as referências de tempo será observado o horário Oficial de Brasília (DF)**. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Seção de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, ou encaminhado por meio do e-mail: licita@santafedosul.sp.gov.br, ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. O edital de convocação, que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 28 de junho de 2024. **EVANDRO FARIAS MURA.PREFEITO.**

unesp — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

COMUNICADO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 90001/2024

OBJETO: ***Contratação de Empresa Especializada na execução da Obra da Central de Laboratórios e Observatório***

Data da Sessão Pública: 13/08/2024 – 09:00h

LOCAL: A concorrência será realizado na modalidade eletrônico através da plataforma www.gov.br/compras.

MAIORES INFORMAÇÕES: O Edital na integra encontra-se à disposição dos interessados, na Seção Técnica de Materiais, a partir de **01/07/2024 a 12/08/2024**, sito à Avenida Brasil Centro nº 56, Ilha Solteira/SP – Fones: (18) 3743- 1021 e/ou 18 3743 1295 / 1023 **das 08:30 às 11:30h e das 14:00 às 17:00h,** de segunda a sexta-feira, através dos endereços eletrônicos materiais.feis@unesp.br , e/ou através dos sites https://www.unesp.br/licitacao, www.gov.br/compras.

Processo n. 570/2024 – Concorrência Eletrônica 90001/2024

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os associados deste Sindicato, quites e em gozo dos seus direitos sindicais, para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 11 de julho de 2024 às 18:00 hs, em primeira convocação, com o número de associados estabelecido nos Estatutos Sociais, ou às 19:00 hs, em segunda convocação na Sede Central desta Entidade, situada à Rua Duque de Caxias nº 368, Centro, nesta cidade de Campinas, bem como em todas as subsedes do Sindicato, a saber: **Subsede de Americana:** Rua dos Jequitibás, nº 90, Jd. Gloria; **Subsede de Amparo:** Rua Barão de Cintra, 23, São Judas; **Subsede de Araraquara:** Av. Prudente de Moraes, 872, Centro; **Subsede de Araras:** Rua Santo Antônio, 113, Jd. Belvedere; **Posto Atend. Atibaia:** Rua Maria Cecilia Teixeira Pinto, nº 31; **Posto Atend. Bragança Paulista:** Rua Cel. Leme, 110, Centro; **Subsede de Dracena:** Rua Edison Silveira Campos, 1.299, Centro; **Posto Atend. Garça:** Rua Caramuru, 475, Centro; **Posto Atend. Indaiatuba:** Rua Osvaldo Cruz, 69 - Centro; **Subsede de Itapira:** Rua da Penha, 318, Santo Antônio; **Subsede de Itu:** Rua dos Expedicionários nº 20, Vila Leis; **Subsede de Jundiaí:** Av. Fernando Arens, 1266, Vila Arens II; **Subsede de Limeira:** Rua Luciano Amoedo, 137, São Geraldo; **Subsede de Marília:** Rua Amazonas, 80, Centro; **Posto Atend. Mogi Guaçu:** Rua Pedro Antônio de Arruda, 279, Jd. Cruzeiro; **Posto Atend. Pinhal:** Rua Prudente de Moraes, 595; **Subsede de São João B. Vista:** R. Dom Duarte L. e Silva, 630, Bela Vista; **Subsede de Tupã:** Rua Piratinins, 786, Centro; para discutirem a seguinte ordem do dia: a) leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; b) leitura, discussão e votação do Balanço e Relatório da Diretoria, referente ao ano de 2023, com o parecer do Conselho Fiscal; c) leitura, discussão e votação da Proposta Orçamentária para o ano de 2025, com o parecer do Conselho Fiscal.

Campinas, 27 de junho de 2024
SOFIA RODRIGUES DO NASCIMENTO
Diretora Presidente

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90072/2024- UASG 154003

Número Processo: 23038.005920/2022-14. Objeto: contratação de subscrição de licenças de uso de software Windows Server, com direito de atualização e suporte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Edital 01/07/2024 das 08h00 às 17h00, no endereço SBN Quadra 02, Bloco L, Lote 06, 1º andar, Setor Bancário Norte, ou no https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes. Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/07/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

Vinícius Borges Miatelo
Pregoeiro

INÊS 249

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 32/2024 - aquisição de materiais poliesportivos, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 01/07 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 16/07/2024 as 13h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 13h30min.

UASG: 090160 – HOSPITAL HELIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO em 01/07/2024

Encontra-se aberto no Endereço Eletrônico http://www.compras.gov.br o Pregão Eletrônico nº 90040 /2024 , PROCESSO SEI: 024.00014093/2024-58, tipo MENOR PREÇO, Objeto: Aquisição de reagentes para troponina para o Hospital Heliópolis, data da sessão pública, será no dia 16/07/2024 às 9:00 horas.
O edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site http://www.imprensaoficial.com.br, Seção " Negócios Públicos".

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA – SO
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - CoE 010/2024 – Caesb

Processo nº 00092-00020775/2024-46. Objeto: Serviços de apoio à fiscalização de estudos e projetos e apoio ao gerenciamento de contratos e projetos no âmbito de atuação da Caesb. Valor estimado: R$ 9.894.895,43. Critério de julgamento: Maior desconto (com aplicação de coeficiente multiplicador "K"). Fonte de Recurso: Próprios da Caesb. Prazo de Execução: 730 dias. Prazo de vigência do contrato: 850 dias. Data de abertura: 22/07/2024, às 09 horas no sistema **gov.br/compras**, em (**https://www.gov.br/compras/pt-br - UASG: 974200**). Informações: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites: **www.caesb.df.gov.br** – menu Licitações e **https://www.gov.br/compras/pt-br/**, a partir de 01/07/2024. Fone: (61) 3213-7312, E-mail: **licitacao@caesb.df.gov.br**.

Elisa Teresinha Hammes:
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BARRETOS, ALTAIR, COLINA, COLÔMBIA, GUARACI, JABORANDI, TERRA ROXA E VIRADOURO, ESTADO DE SÃO PAULO - Reconhecido de acordo com o Decreto-Lei n.º 1.402, em 12/09/1941 - Avenida 13 nº 826 - Ruas 20 x 22 - Centro - Barretos/SP - 14.780-270 - Tel.: (17) 3322-5510 ll e-mail: siticom.barretos@hotmail.com - www.siticombarretos.org.br. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** Pelo presente edital, faço saber aos que tiverem conhecimento, ou vierem a ter, que no dia 2 de agosto de 2024, no período das 8h00 às 17h00, na sede do sindicato nesta cidade de Barretos/SP, na Avenida 13 n.º 826, e com a utilização de mesas coletoras itinerantes, em primeira convocação caso haja quórum mínimo e em segunda convocação, caso não tenham atingindo quórum mínimo, será realizada eleição para composição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Representantes Junto a Federação e Diretores Suplentes, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias para o registro de chapas, sendo que em oito de julho de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas e trinta minutos, encerra-se o prazo para a inscrição das mesmas. Os pedidos de registros de chapas deverão ser dirigidos à comissão eleitoral, formalizados em duas vias, com os documentos necessários e apresentados na sede do sindicato, situado nesta cidade de Barretos/SP, na Avenida 13 n.º 826, que durante o prazo de registro funcionará das oito horas e trinta minutos às dezesseis horas e trinta minutos. Deverão comparecer para votar todos os associados devidamente inscritos e quites com suas obrigações estatutárias. O edital de convocação encontra-se afixado na sede do Sindicato. Barretos/SP, 1.º de julho de 2024. **Dedié José dos Santos**. Presidente.

EDITAL DE LEILÃO 2024/000041

Pelo presente edital, fica notificado o devedor fiduciário Soraya Garcia, portadora do CPF 045.974.508-58 e residente à Rua dos Rainúnculos, nº 20, apartamento 33, Bloco A, Edifício Riviera, Condomínio Costa Azul, Vila Alpina – CEP 03147-030, que o imóvel de sua propriedade, localizado na Rua dos Rainúnculos, nº 20, apartamento 33, Bloco A, Edifício Riviera, Condomínio Costa Azul, Vila Alpina – CEP 03147-030, será submetido a leilão nos termos da Lei 9.514/97, para a quitação do débito inadimplente.
O leilão será realizado conforme os procedimentos estabelecidos pela legislação vigente, visando a alienação do referido imóvel para a quitação do débito em questão.
Data do leilão: 1º leilão em 19/07/2024 – 16h
2º leilão em 29/07/2024 – 16h
Local do leilão: www.clebercardosoleiloes.com.br
O devedor fiduciário fica ciente de que é de sua responsabilidade acompanhar os trâmites do leilão, bem como estar ciente das consequências legais decorrentes do não cumprimento das obrigações estabelecidas pela lei.
Este edital tem o propósito de cumprir com as formalidades legais e informar o devedor fiduciário sobre o processo em andamento.
Para mais informações, entrar em contato com o leiloeiro pelo telefone (11) 2978-6710 ou pelo e-mail leiloes@resale.com.br

São Paulo/SP, 26/06/2024
Edna Suely de Paula
Gerente De Alienação De Imóveis Não De Uso
EMGEA – Empresa Gestora de Ativos S.A
www.emgea.gov.br

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 10/07/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 12/07/2024, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **VCI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 16.587.536/0001-95, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1016, TIPO 2, 10º PAVIMENTO DO BLOCO 03 – ED. FOREVER ZEN, EMPREENDIMENTO "FOREVER RESIDENCE RESORT"**, com acesso pela Rua Senhora do Porto, nº 77, Vila Barros, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 61,7700m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,8622m², já incluído o direito ao uso de 01 (uma) vaga indeterminada localizada no primeiro, segundo ou terceiro subsolo da garagem coletiva; Comum de Divisão Proporcional de 20,0078m², sendo 11,8000m² de área padrão de construção do condomínio e 8,2078m² de área descoberta; Total de 107,6399m²; FIT de 14,6243m² e nas demais coisas de uso comum o coeficiente de 0,2925%. Matrícula Imobiliária nº 155.837 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 084.42.99.0001.03.058. Consolidação da Propriedade em 07/06/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 426.229,29. 2º Leilão: R$ 558.576,27. Encargos do Arrematante i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de Condomínio vencidos antes e após as datas dos leilões; **iv)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU vencidos antes dos leilões; **vi)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **vii)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **viii) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **SILVIO ROSA DE OLIVEIRA**, CPF nº 184.759.598-73; e **ROSANGELA NASCIMENTO OLIVEIRA**, CPF nº 221.206.988-05, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail: **contato@pecinileiloes.com.br;** WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DE TODO O MATERIAL DE CONSUMO NECESSÁRIO AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS (EXCETO PAPEL). **Tipo:** Menor preço global. **Recebimento das propostas por meio eletrônico:** A partir das 12h00min do dia 1º/07/2024. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa:** As 08h59min do dia 17/07/2024. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços:** As 09h00min do dia 17/07/2024. **Disputa de lances:** As 10h00min do dia 17/07/2024. **Valor estimado da licitação:** R$ 430.600,00. **Fonte de recursos:** Própria, Estadual e Federal. **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2024 estará disponível a partir das **12h00min do dia 1º/07/2024** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Município de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/;
Portal Nacional de Compras Públicas (**PNCP**), pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br;
Plataforma eletrônica de licitações (**BLL COMPRAS**), pelo link: https://bll.org.br;
Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com. **Igarapava/SP, em 28 de junho de 2024.**
JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTER E INTRA REGIONAL, ACESSO E1 DIGITAL OU SIP TRUNKING, ACESSO DE TERMINAIS ANALÓGICOS, LOCAÇÃO DE PABX HIBRIDOS, CONTEMPLANDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE REMOTO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, NOS TERMOS DAS NORMAS OUTORGADAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. **Tipo:** Menor preço global. **Recebimento das propostas por meio eletrônico:** A partir das 12h00min do dia 1º/07/2024. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa:** As 13h59min do dia 17/07/2024. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços:** As 14h00min do dia 17/07/2024. **Disputa de lances:** As 15h00min do dia 17/07/2024. **Valor estimado da licitação:** R$ 592.632,00. **Fonte de recursos:** Própria, Estadual e Federal. **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 025/2024 estará disponível a partir das **12h00min do dia 1º/07/2024** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Município de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/;
Portal Nacional de Compras Públicas (**PNCP**), pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br;
Plataforma eletrônica de licitações (**BLL COMPRAS**), pelo link: https://bll.org.br;
Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com. **Igarapava/SP, em 28 de junho de 2024.**
JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR - PREFEITO MUNICIPAL

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 31.895.683/0001-16 - NIRE 35300119339

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02/04/2024

Data: 02/04/2024, às 12h. **Local:** Sede Social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Carlos Alberto Mansur. Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães. **Ordem do Dia:** 1. Eleger membro do Conselho de Administração com a fixação de seus honorários e mandato; e 2. Consolidar o quadro de Conselheiros da Instituição. **Deliberações:** Preliminarmente, os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º. "L.S.A." em ato contínuo, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, as seguintes deliberações, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 1. **Eleição do Membro do Conselho de Administração:** 1.1. Eleger o seguinte membro para compor o Conselho de Administração: **Conselheiro: Luiz Castellani Perez**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.703 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-901 - São Paulo-SP, portador da C.I. R.G. nº 8.209.108-0-SSP-SP e do CPF nº 030.634.508-04. 1.2. O mandato do conselheiro ora eleito se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025. 1.3. O conselheiro eleito apresentou a declaração de que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, a qual se encontra arquivada na sede do Banco. 1.4. Foi esclarecido que a declaração constante do item 1.3. supra está em conformidade com o artigo 2º do anexo K, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022. 1.5. Foi ratificada a remuneração global anual dos administradores, dentro do limite estabelecido na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/03/2023 às 10h, aplicável aos administradores do Banco Industrial do Brasil S.A. e da Industrial do Brasil - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 2. **Consolidação do Quadro de Conselheiros:** 2.2. Consolidar o quadro atual do Conselho de Administração do Banco, cujo mandato se estenderá até a posse dos Conselheiros que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025, a saber:

Cargos	Nomes
Carlos Alberto Mansur	Conselheiro Presidente
Eduardo Barcelos Guimarães	Conselheiro Vice-Presidente
Enrique José Zaragoza Dueña	
Nelson Ambra Castro Júnior	Conselheiro Independente
Luiz Castellani Perez	Conselheiro

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 02/04/2024. **Presença:** Acionistas: **Carlos Alberto Mansur**; e **CM - Indústria e Comércio Ltda.**, representada pelo Sr. Carlos Alberto Mansur. **Assinaturas:** Presidente: Carlos Alberto Mansur. Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Carlos Alberto Mansur -** Presidente; **Eduardo Barcelos Guimarães -** Secretário. **JUCESP** nº 209.558/24-6 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na **Fundação Municipal par Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) **ou www.fumec.sp.gov.br o Pregão Eletrônico nº 13/2024, Interessada:** Fundação Municipal para Educação Comunitária **(FUMEC), Processo Administrativo nº FUMEC.2024.00001644-64 Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de kits-lanche destinados ao atendimento dos alunos matriculados no Centro de Educação Profissional de Campinas – CEPROCAMP e suas unidades situadas no Município de Campinas - SP. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 01/07/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/07/2024 - 09:00h. Unidade Compradora: 925256 – Número da Licitação:90013/2024** Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do email: (fumec.licitacoes@educa.fumec.sp.gov.br).

Campinas, 28 de junho de 2.024.
FABIO ALVES CREMASCO – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC

Edital para Conhecimento de Terceiros Interessados, com prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do Proc. nº 1042622-94.2021.8.26.0114. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, Dr(a). Wagner Roby Gidaro, na forma da Lei, etc. **Faz Saber a Terceiros Interessados na Lide** que o(a) **Concessionária Rota das Bandeiras** move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941 de Desapropriação contra **Fabiana Ribeiro de Oliveira e outros**, objetivando Área de 1.047,87m², situada na altura do km 116+950m - Pista Norte, da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332), Campinas/SP, objeto da matrícula nº 114.452, do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Campinas/SP (laudo 008-116-332), declarados de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 66.008, de 14/09/2021, publicado no DOE 15/09/2021 Implantação das vias marginais norte e sul, no trecho entre os km 114+000m e km 121+120m, da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332), nos municípios e Comarcas de Campinas e Paulínia. Decreto Estadual nº 66.008, de 14/09/2021, publicado no DOE 15/09/2021. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **Nada Mais**. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 25 de setembro de 2023.

AVISO DE RETI-RATIFICAÇÃO DE EDITAL

A **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP (UASG 481101)** torna pública a retificação do edital para o Pregão Eletrônico nº 90002/2024, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "**www.gov.br/compras**", cujo objeto é a **contratação de serviços contínuos de Impressão Corporativa por meio de Outsourcing, sob a modalidade de locação de equipamentos mais páginas impressas**: no Edital foi inserido o item 1.2.1 e ao Termo de Referência foi acrescida a redação "aceitando-se variações de até 5% (cinco por cento) a menos" para a especificação de velocidade mínima de impressão em formato A4 dos itens 4.26.1.1. a 4.26.1.6. A nova data de realização do pregão será no dia 17/07/2024, a partir das **09h30min**. O edital retificado na integra estará disponível para consulta nos sites www.gov.br/pncp, www.gov.br/compras e https://fapesp.br/index.php/pregoeseletronicos

São Paulo, 28 de junho de 2024.
Thiago Vasconcellos de Souza
Subscritor do Edital

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230009

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230009, de interesse da Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará – CBMCE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de viatura tipo Auto Bomba Tanque Salvamento – ABTS, com capacidade para 4.000 litros de água e bomba de incêndio de 1000 GPM. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 16362023, até o dia 16/07/2024, às 09h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Junho de 2024 - CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
Secretaria da Saúde | SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2024

Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" - FURP, Fundação Pública de Direito Público, com sede na Rua Endres, número 35, bairro Itapegica, na cidade de Guarulhos - São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 43.640.754/0001-19, doravante denominada de "FURP", por intermédio de seu Superintendente torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO com o objetivo de localizar fontes e métodos de Transferência de Tecnologia para produção e comercialização de medicamentos, nas formas e condições estabelecidas no presente instrumento.
1. Objeto: 1.1. Realização de Chamamento Público para localizar fontes e métodos de Transferência de Tecnologia para produção e comercialização de medicamentos; 1.2. Selecionar parceiros privados para elaboração conjunta de projetos de PDP a ser apresentado ao Ministérios da Saúde e que, se aprovado, poderá ter como consequência a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a FURP para transferência de tecnologia de fabricação e controle de qualidade de medicamentos indicados no item 3 deste instrumento; 1.3. Transferir tecnologia da síntese e produção em escala industrial do Insumo farmacêutico ativo (IFA) para uma indústria farmoquímica nacional.
O texto em apreço encontra-se disponível, também, no endereço **http://www.furp.sp.gov.br/.**
As propostas deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitações da Fundação até às 10:00 horas do dia 22/07/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20200022 - IG No 1072636000

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20200022, de interesse do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades das áreas de Auxiliar Administrativo II (Capital), Auxiliar Administrativo II (Interior) e Copeiro. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 12692020, até o dia 12/07/2024, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Junho de 2024 - MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - LPN - LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL No 20240001 - IG No 1314509000

AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL No 20240001 ORIGINÁRIA DA CASA CIVIL - PROCESSO No 01448149/2024 - A Secretaria da Casa Civil, torna público a Licitação Pública Nacional No 20240001/CASA CIVIL de interesse da Casa Civil - PROJETO: PROGRAMA INTEGRADO DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ – PREVIO - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No: 5237/OC-BR 1. O Governo do Estado do Ceará recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, relativo ao custo do PROGRAMA INTEGRADO DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ – PREVIO, e pretende aplicar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos elegíveis nos termos do Contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DAS MULHERES DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE VIOLÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ – PreVio. 2. O Governo do Estado do Ceará, através da Casa Civil, doravante denominado "Contratante", solicita propostas fechadas de Concorrentes elegíveis para a execução dos Serviços referidos no Item 1 acima e descritos na Seção 6. Escopo dos Serviços - Especificações Técnicas do Edital. 3. A documentação completa relativa à licitação pode ser adquirida gratuitamente pela internet no site www.seplag.ce.gov.br ou na Comissão Central de Concorrências - CCC, situada na Central de Licitações do Estado do Ceará, com endereço à Av. Dr. José Martins Rodrigues, no 150 – Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza - Ceará, Fones: (85) 3459-6374/3459-6376, no horário de 8h às 12h e de 14h às 17h30min mediante apresentação de um pen drive. 4. As propostas deverão ser entregues na Comissão Central de Concorrências - CCC, com endereço à Av. Dr. José Martins Rodrigues no 150 – Bairro Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza - Ceará, Fones: (85) 3459- 6374/3459-6376, até às 9:00h do dia 12 de agosto de 2024 e serão abertas imediatamente após na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura. 5. Os Bens devem ser entregues no Local de Execução, conforme descrito na Seção 6. Do Edital - Escopo dos Serviços e no Dados do Contrato. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 25 de Junho de 2024 - MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE PRESIDENTE DA CCC

CONTRATAÇÃO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre Termo de Referência para contratação de **Prestação de Serviços de Realização de EXAMES LABORATORIAIS**, direcionados ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.
Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br
Telefone: (27) 3016-4031
Data limite para recebimento das propostas: às 09:00h do dia 08/07/2024
Endereço eletrônico para envio das propostas: **http://www.publinexo.com.br/privado**

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.805/2024 – LE.10.011/2024 – CONCESSÃO DO DIREITO DE USO ONEROSA DO ESTÁDIO "GÍGLIO PORTUGAL PICHININ" (ESTÁDIO BAETÃO) NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DA PRÁTICA DESPORTIVA DE FUTEBOL DE CAMPO. – O edital estará disponível para realização de download no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Sistema Eletrônico Compras/SBC (**https://compras.saobernardo.sp.gov.br**), bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de pen-drive. – **PRAZO FINAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 31/07/2024 às 10h00.** – S. B. Campo, 28 de junho de 2024.

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – Encontra-se aberta no **Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP – Campus de São José do Rio Preto/SP – UASG 102324,** a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2024-CSJRP - Processo nº 491/2024-CSJRP,** objetivando a Aquisição de Gás Hélio Liquefeito para resfriamento com abastecimento do equipamento de ressonância magnética nuclear do Centro de Multiusuário e Inovação Biomolecular do Departamento de Física do IBILCE, conforme especificações contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujo critério de escolha é o de Menor Preço. A abertura da sessão pública "online" será no dia 16 de julho de 2024 às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras). As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 01 de julho de 2024 até o dia e horário previsto para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais do IBILCE – Campus de S. J. do Rio Preto, localizado à Rua Cristóvão Colombo, 2265 – Jd. Nazareth, São José do Rio Preto/ SP, fone (17) 3221-2200 ramal 2583. O edital na integra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/.

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA
LFDA/SP
UASG 130102

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

OBJETO: Aquisição de Kits de Extração de Ácidos Nucleicos.
DATA ABERTURA: 12/07/2024 HORÁRIO ABERTURA: 09:00 horas
LOCAL: LFDA/SP. Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras.
O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site www.gov.br/compras ou no LFDA/SP, localizado a Rua Raul Ferrari, s/n - Jd. Santa Marcelina, Campinas/SP.

Yuri Fernandes Feltrin
Coordenador do LFDA-SP

MINISTÉRIO DA TRANSPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico
Edital nº 90193/2024-05

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços para gestão de abastecimento veicular e da manutenção preventiva e corretiva de veículos, além de transporte por guincho e socorro mecânico a cargo do Departamento Nacional De Infraestrutura De Transportes – Dnit, no Estado da Bahia.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17 de julho de 2024, às 10:00 horas

INFORMAÇÕES: Seção de Cadastro e Licitações – Superintendência Regional/BA, Rua Arhur de Azevedo Machado, 01225, Stiep, CEP 41.770-790, Salvador/BA. Tel: 3501-6600 www.dnit.gov.br

Salvador, 28 de junho de 2024
ROBERTO ALCÂNTARA DE SOUZA
Superintendente Regional do DNIT/BA

AVISO DE LICITAÇÃO - LPI - LICITAÇÃO PÚBLICA INTERNACIONAL No 20240011 - IG No 1315441000

A Secretaria da Casa Civil, torna público a Licitação Pública Internacional LPI No 20240011 de interesse da Superintendência de Obras Públicas - SOP. PROJETO: PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ESTADUAL - INFRARODOVIÁRIA CEARÁ - Projeto No: BR-L1589 - EMPRÉSTIMO No: 5541/OC-BR -ADL No 20240011 - Para a Contratação de Obras (Pequenos Contratos) de Pavimentação. 1.O presente Aviso de Licitação dá sequência ao Aviso Geral de Aquisições para esse projeto publicado no U.N. Development Business, n0 IDB390-03/17 de 17 de abril de 2023. 2.O Governo do Estado do Ceará (doravante denominado "Mutuário") solicitou financiamento (doravante denominado "Recursos") do Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado "Banco"), para o custeio do Programa de Qualificação da Infraestrutura Rodoviária - InfraRodoviária Ceará. O Mutuário pretende aplicar uma parcela dos Recursos para pagamentos elegíveis no âmbito dos Contratos para a aquisição de Obras de Pavimentação objeto da Licitação Pública Internacional – LPI No 20240011/CCC/SOP/CE. 3.Pelo presente, a Superintendência de Obras Públicas - SOP/CE, convida Licitantes elegíveis e qualificados a apresentar Propostas/Ofertas lacradas para a execução de Obras, nos seguintes Lotes: Lote Único: Pavimentação da Rodovia CE-496, Trecho: Abaiara – Brejo Santo, com extensão de 17,66 km; 4.A Licitação será realizada mediante os procedimentos de Licitação Pública Internacional (LPI) especificados nas Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID GN 2349-15) aprovada pela Diretoria Executiva no dia 12 de julho de 2019 e efetiva desde o 01 de janeiro de 2020, e está aberta a Licitantes dos países elegíveis, conforme definido nos Documentos de Licitação. 5. Licitantes elegíveis interessados podem obter mais informações com a Superintendência de Obras Públicas – SOP/CE, aos cuidados da Comissão Central de Concorrências e consultar os documentos de licitação no endereço abaixo das 08h às 12h e 14h às 18h, nos dias úteis. 6. Os requisitos de qualificação incluem: comprovação de faturamento anual com obras civis, de experiência em construção, declaração de disponibilidade de equipamentos, indicação de pessoal técnico qualificado para as obras, comprovação de possuir capital de giro líquido, de solidez da situação financeira, e de não incorrência em descumprimento de contratos. Não se aplicará margem de preferência a Empreiteiros ou a parcerias, consórcios ou associações (PCA) nacionais. 7.Um conjunto completo de documentos de licitação em Português pode ser adquirido pelos interessados gratuitamente mediante apresentação de um CD virgem na CCC – Comissão Central de Concorrências no endereço abaixo discriminado ou pela internet no endereço www.seplag.ce.gov.br. Os interessados poderão obter maiores informações no mesmo endereço. A empresa interessada em participar da presente licitação que obtiver o Edital pela internet e/ou meio magnético, deverá formalizar o interesse de participar através de comunicado expresso diretamente à Comissão Central de Concorrências, através do e-mail: ccc@pge.ce.gov.br, ou através do fax 55 85 3459.6379, informando os seguintes dados: No do Edital, Nome da Empresa, CNPJ, Fone, Fax, e-mail e Pessoa de Contato. 8. As Propostas devem ser enviadas acompanhadas de uma Garantia de Manutenção da Proposta nos valores constantes dos Documentos de Licitação, ao endereço (2) abaixo até às 9:00 do dia 27 de agosto de 2024. Serão rejeitadas as propostas entregues com atraso. As propostas serão abertas fisicamente na presença dos representantes de licitantes que decidirem assistir pessoalmente no endereço abaixo às 9:00 do dia 27 de agosto de 2024. 9. Os endereços acima mencionados são: (1)Superintendência de Obras Públicas – SOP/CE - Avenida Alberto Craveiro, 2775, Térreo, Castelão, CEP 60.861-211 – Fortaleza – Ceará – Brasil. (2) Comissão Central de Concorrências (CCC) Endereço: Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Centro Administrativo Bárbara de Alencar, Bairro Edson Queiroz – CEP: 60811-520 – Fortaleza – Ceará – Brasil. Telefone: 55 85 3459.6374, 55 85 3459.6376. Fax: 55 85 3459 6379. Email: ccc@pge.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 25 de Junho de 2024 - MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE PRESIDENTE DA CCC

INÊS 249

A inteligência artificial é pirata?

Acusações de violações de direitos autorais caíram como uma bomba

Ronaldo Lemos
Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Nesta semana, a empresa de inteligência artificial Suno foi processada pela Sony, pela Warner e pela Universal, as três maiores gravadoras. A acusação: violação de direitos autorais, ou para os íntimos, pirataria. A empresa teria se utilizado das músicas controladas pelas gravadoras para construir seus serviços.

O Suno cria músicas com "qualidade de rádio" a partir de comandos de texto. Você pode digitar "uma bossa nova puxada no violão" e magicamente a música é feita, cantada em português ou qualquer outro idioma. Já escrevi um artigo aqui na Folha *contando como ele funciona.*

Essas ações judiciais caíram como uma bomba no mundo da inteligência artificial. Coincidência ou não, o valor de mercado da Nvidia, fabricante dos chips usados para IA, chegou a cair US$ 500 bilhões (R$ 2,795 tri) na mesma semana. Isso pode indicar que existem pedras no caminho da inteligência artificial. E uma delas é o direito autoral.

As gravadoras acusam o Suno de ter usado músicas sem autorização para treinar a IA "em escala quase inimaginável".

Dizem também que as músicas geradas pela plataforma imitam as originais. Por exemplo, ao pedir por uma música "dançante estilo anos 1970" o Suno gerou uma canção chamada "Prancing Queen", que lembra o hit do Abba.

Só para contextualizar, no mês passado o Suno levantou US$ 125 milhões (R$ 698,7 bi) em investimento e tem hoje 12 milhões de usuários pagantes. A pergunta é: a empresa deveria ter pagado antes pelas músicas para treinar sua plataforma? A resposta a essa questão pode afetar todas as empresas de IA. Treinar uma IA com obras autorais seria algo permitido ("fair use")? Ou esse treinamento demandaria a autorização prévia de cada autor? A tendência é que diferentes países irão dar respostas distintas a essa pergunta.

Nos EUA, a aposta das empresas de IA é que os tribunais do país irão dizer que o treinamento com obras autorais é "fair use", e pode ser feito sem autorização. Países como o Japão estão seguindo um caminho semelhante.

Já outros trilham um sentido diametralmente oposto. É o caso do Brasil. No projeto de lei sobre inteligência artificial que está no Senado, o Brasil deixa muito claro que treinar uma IA comercial sem autorização prévia dos autores (e sem o devido pagamento) viola o direito autoral, não tendo nada de "fair use".

Essa disputa poderá ter impacto nas relações comerciais globais, reguladas pela OMC (a Organização Mundial do Comércio). Todos os 164 países membros obrigam-se a proteger os direitos autorais e a seguir a chamada "Convenção de Berna".

Cedo ou tarde poderá surgir a interpretação de que os sistemas de inteligência artificial treinados sem autorização ou o pagamento prévio dos autores das obras usadas teriam sido construídos por meio de um "subsídio": o não pagamento do direito autoral.

Isso seria inconsistente com as regras da OMC e poderia levar a retaliações, tanto locais quanto internacionais.

Essa questão fará parte do grande jogo travado entre os países sobre a inteligência artificial? Como cantava Doris Day no filme "O Homem Que Sabia Demais": "O que será, será".

READER

Já era *— Ignorar o assunto direito autoral no campo da inteligência artificial*

Já é *— O direito autoral se tornando questão central para o tema de inteligência artificial*

Já vem *— Países se dividindo sobre se treinar uma IA com obras autorais é permitido ou não*

Incentivo a renováveis pode custar R$ 113 bi

Projetos com potência equivalente a seis Itaipus se habilitaram a benefício; um quinto do volume é da Casa dos Ventos

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Nicola Pamplona

Torres Eólicas em Dom Inocêncio (PI), um dos locais mais atrativos para a geração desse tipo de energia Eduardo Anizelli/Folhapress

RIO DE JANEIRO A corrida pela manutenção de benefícios em projetos de energias renováveis superou em muito a projeção inicial do governo e pode custar ao consumidor mais de R$ 100 bilhões, segundo projeções de grandes consumidores de energia.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou na última semana que 1.983 usinas manifestaram interesse em aderir à medida provisória 1.212, editada pelo governo federal em abril, que prorroga o prazo para descontos no uso das redes de transmissão e distribuição de energia.

Ao todo, há uma capacidade instalada de 85,4 GW (gigawatts), seis vezes à da hidrelétrica de Itaipu e mais do que o dobro dos 34 GW esperado pelo governo quando editou a MP sob críticas de especialistas e grandes consumidores.

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia estima que, se todos os projetos entrarem em operação, o consumidor brasileiro pagará até R$ 113 bilhões em sua conta de luz pelos próximos 20 anos para sustentar o desconto dado aos geradores.

É pouco provável, porém, que todos eles saiam do papel: muitos empreendedores habilitaram projetos ainda em busca de compradores para a energia. Ainda assim, o setor questiona a prorrogação de subsídios a energias que já se mostram competitivas.

"É um negócio que deixa a gente preocupado, porque o próprio governo insinua que é contra jabutis [em projetos de lei], mas bota [o incentivo] numa medida provisória", diz o presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Eduardo Barata.

O desconto dado às renováveis foi encerrado em 2022, mas o MME (Ministério de Minas e Energia) patrocinou a prorrogação do prazo sob o argumento de que precisa adequar o cronograma ao atraso na construção de linhas de transmissão para o transporte da energia.

Grandes consumidores reclamam que lobbies de segmentos específicos vêm provocando aumento dos subsídios cobrados na conta de luz e podem desorganizar de vez o setor elétrico brasileiro, que já convive com excedentes de energia.

A capacidade total dos projetos que aderiram à MP equivale a quase um quarto da capacidade instalada no Brasil atualmente, de 222,9 GW. Sua energia, em geral, é vendida no mercado livre, pressionando ainda os clientes das distribuidoras, que precisam ratear o custo da sobreoferta.

"A expansão da capacidade de geração garante que não vamos ter crise de energia, mas podemos ter uma baita crise econômico-financeira", alerta Barata. O incentivo prejudica mais pequenos consumidores, que são obrigados a ratear a parcela não paga pelos projetos subsidiados.

A maioria dos projetos que aderiu à MP é da fonte solar. São 1.514 projetos com 65,7 GW de potência. A energia eólica vem em segundo lugar, com 655 projetos e 19 GW. Há ainda pequenas centrais hidrelétricas e térmicas.

A empresa com maior número de projetos é a Casa dos Ventos, que tem quase um quinto de toda a capacidade prevista. Ela protocolou um total de 16,8 GW em usinas eólicas e solares. Os beneficiados terão que dar uma garantia de 5% do valor para assinar o termo de adesão e iniciar as obras em 18 meses.

A companhia disse à **Folha**, por meio de sua assessoria de imprensa, que vai definir, dentro do prazo de 90 dias estabelecido pela medida provisória, quais os projetos em que realizará o aporte de garantias, "considerando o compromisso de iniciar as obras desses projetos em 18 meses".

É a segunda extensão do prazo para a concessão de incentivos a renováveis. Na primeira, em 2020, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu que o país não deveria "taxar o sol" e deu mais tempo para que empresas garantissem o incentivo.

Desde 2023, o setor vem tentando prorrogar novamente o benefício por meio de jabutis em projetos de lei no Congresso Nacional. O tema chegou a ser incluído no projeto de lei das eólicas offshore (no mar), que está parado no Senado Federal pelo excesso de jabutis, mas a medida provisória do governo agilizou o processo de adesão dos projetos.

Para a indústria, a atuação do governo nesse caso vai no sentido contrário à promessa de reduzir os subsídios na conta de luz, que custaram aos brasileiros R$ 40 bilhões em 2023 —R$ 102 bilhões, se a conta considerar as operações financeiras que adiaram aumentos pela pandemia e pela seca de 2021.

Para o consumidores, o peso no bolso pode ser alto. Hoje, já se paga taxa extra quando há necessidade de ligar térmicas, como ocorreu neste mês.

Pesquisa feita pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) apontava que 55% dos empresários industriais brasileiros veem o excesso de subsídios do setor elétrico como um fator que afeta diretamente a competitividade da indústria. O levantamento mostra ainda que 56% dos consumidores industriais não conhecem os subsídios na conta.

O MME não respondeu ao pedido de entrevista

Empresas querem que Japão eleve energia renovável

TÓQUIO | AFP Um coletivo de mais de 430 multinacionais, 87 delas japonesas como a Sony e a Panasonic, entre outras, pediram na última terça-feira (25) que o Japão triplique até 2035 sua capacidade instalada de energia renovável.

"Ao aumentar sua capacidade nas renováveis, o Japão poderia incrementar significativamente sua segurança energética, preservar sua competitividade internacional" e estimular o investimento privado em mais projetos de energia alternativa, indicaram as empresas em comunicado.

O governo japonês deve publicar em setembro seu sétimo plano estratégico sobre energia, que revisa a cada três anos. Segundo o coletivo de empresas chamado RE100, o Japão deve incluir no plano a meta de elevar sua capacidade instalada de energia renovável de 121 gigawatts em 2022 para 363 gigawatts até 2035.

Durante a cúpula climática COP28 em dezembro do ano passado, cerca de 120 países —incluindo o Japão— se comprometeram a triplicar as energias renováveis no mundo nos sete anos seguintes.

O Japão, com 22,6%, e os Estados Unidos são os países do G7 com menor proporção de fontes renováveis em sua matriz energética, segundo dados de 2022 da AIE (Agência Internacional de Energia).

O Japão se propõe a alcançar a neutralidade de carbono até 2050, mas não estabeleceu uma data para eliminar suas usinas de energia movidas a carvão.

O coletivo RE100 foi fundado há dez anos pelo Grupo Clima em associação com a ONG global Carbon Disclosure Project, que monitora e classifica os compromissos climáticos das empresas.

Na COP28, o documento aprovado propõe que comecem a reduzir o consumo global de combustíveis fósseis, para evitar os piores impactos das mudanças climáticas.

O teor do documento sinalizava que a era do petróleo pode estar se encaminhando para o fim, ainda que a linguagem escolhida seja mais fraca do que a necessária para a urgência de conter as mudanças climáticas, segundo especialistas em clima.

O acordo firmado em Dubai (Emirados Árabes) após duas semanas de negociações teve como objetivo enviar um sinal aos investidores e formuladores de políticas públicas de que o mundo agora está unido para dar fim ao uso dos combustíveis fósseis para evitar catástrofe climática.

Campo de futebol no bairro de Sarandi, em Porto Alegre (RS), foi destruído pelas chuvas Carlos Macedo/Folhapress

Maioria dos gaúchos acha que tragédia poderia ser evitada

População de Porto Alegre é a que mais aponta falhas na prevenção contra cheias

Tulio Kruse

SÃO PAULO Sete em cada dez gaúchos afirmam que a destruição provocada pelas enchentes históricas dos últimos dois meses no Rio Grande do Sul poderia ter sido evitada. Além disso, a maioria aponta as três esferas governamentais, parlamentares e a própria população como culpados pela tragédia.

Os dados são de uma pesquisa Datafolha que entrevistou 2.457 brasileiros em todas as regiões do país e, entre eles, 567 moradores do Rio Grande do Sul. A margem de erro para a amostra do estado é de 4 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%. Já para a população brasileira, a margem de erro é de 2 pontos percentuais.

A percepção de que era possível evitar danos causados pelas enchentes é maior entre aqueles que moram na região metropolitana de Porto Alegre —área que foi afetada por falhas em diques que integram o sistema de contenção de inundações da capital—, em comparação aos moradores do interior do estado.

No Brasil como um todo, 72% dizem que a destruição poderia ter sido evitada, enquanto 24% dizem que não e 4% respondem que não sabem.

Já no Rio Grande do Sul, 75% afirmam que era possível evitar a destruição, mesmo com a mesma proporção de entrevistados tenha respondido que não era possível evitá-la (24%). Isso ocorre porque só 1% dos gaúchos diz que não sabe se era possível evitar os danos.

Na região metropolitana da capital, oito em cada dez moradores (81%) afirmam que a destruição era evitável, e 18% dizem que não era. Nos municípios do interior, 67% dizem que os estragos poderiam ser evitados, e 32% dizem que não.

A margem de erro é de 5 pontos na região metropolitana de Porto Alegre, e nas cidades do interior é de 7 pontos.

Para o professor de inglês Luciano Junges, 26, que após quase dois meses ainda não conseguiu voltar para casa na capital gaúcha, a principal responsabilidade pelo tamanho da tragédia recai sobre a prefeitura, comandada por Sebastião Melo (MDB). Ele cita os alertas de engenheiros do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos) de que a situação no sistema de prevenção contra enchentes era crítica.

"Surgem novas notícias e indícios, todos os dias, de que foram negligentes com o sistema de diques, bombas, comportas e contenções da cidade", diz Junges. "Em tese, se ele estivesse 100% [em funcionamento], minha casa não teria sido alagada".

Problemas no sistema de bombeamento e contenção de alagamentos da capital são apontados há mais de uma gestão. Há também indícios de que os diques nas cidades de Canoas e São Leopoldo, que fazem parte da mesma região metropolitana da capital, também se deterioraram com o tempo.

"O que se pode afirmar é que o sistema de Porto Alegre deveria ter funcionado se os governos desde a década de 1970 tivessem realmente se preocupado em manter as estruturas funcionando com protocolos de inspeção e acionamentos de teste frequentes", diz o engenheiro André Luiz Lopes da Silveira, ex-diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Ele diz que seria possível prevenir boa parte dos estragos na região se houvesse "manutenções preventivas dos sistemas de diques, evitando-se falhas estruturais como a erosão de diques, algumas causadas pela leniência de toda a sociedade e poderes que toleraram, em vários casos, a ocupação dos diques por favelas."

A grande maioria dos gaúchos responsabiliza tanto governos locais quanto a instância federal e a própria população pelos estragos, segundo a pesquisa Datafolha. Todos são apontados com alguma parcela de culpa pela destruição por ao menos 80% dos entrevistados no estado.

As prefeituras são citadas com maior frequência: 85%, sendo que 44% falam em "muita culpa", e outros 41% dizem que há "um pouco de culpa".

Em seguida na escala de culpa está a própria população, com 84%. O governo do Rio Grande do Sul é citado por 83%. E o governo federal tem culpa para 80% da população.

Novamente, os moradores de Porto Alegre e região são mais críticos (em relação aos governos, aos parlamentares e à própria população) do que no interior. O governo gaúcho tem alguma culpa pela destruição para 92% da região metropolitana, e as prefeituras são citadas por 93%.

Os gaúchos atribuem culpa aos governos e à população com mais frequência do que os brasileiros em geral. Para 76% da população do país há culpa do governo federal, e 79% a atribuem ao estadual, por exemplo. E 70% dos brasileiros dizem que a própria população tem culpa.

Por outro lado, a avaliação dos mandatários diante da crise é mais equilibrada. Os índices de ótimo e bom, regular, ruim e péssimo em relação à atuação do governador Eduardo Leite (PSDB), segundo os gaúchos, estão empatados dentro da margem de erro, entre 36% e 31%. Os prefeitos gaúchos também tiveram empate técnico nesses índices.

O presidente Lula tem avaliação pior entre os gaúchos, com 40% afirmando que seu desempenho no socorro aos atingidos foi ruim ou péssimo, e 31% afirmando que foi ótimo ou bom. Lula teve avaliação mais equilibrada entre a população brasileira em geral.

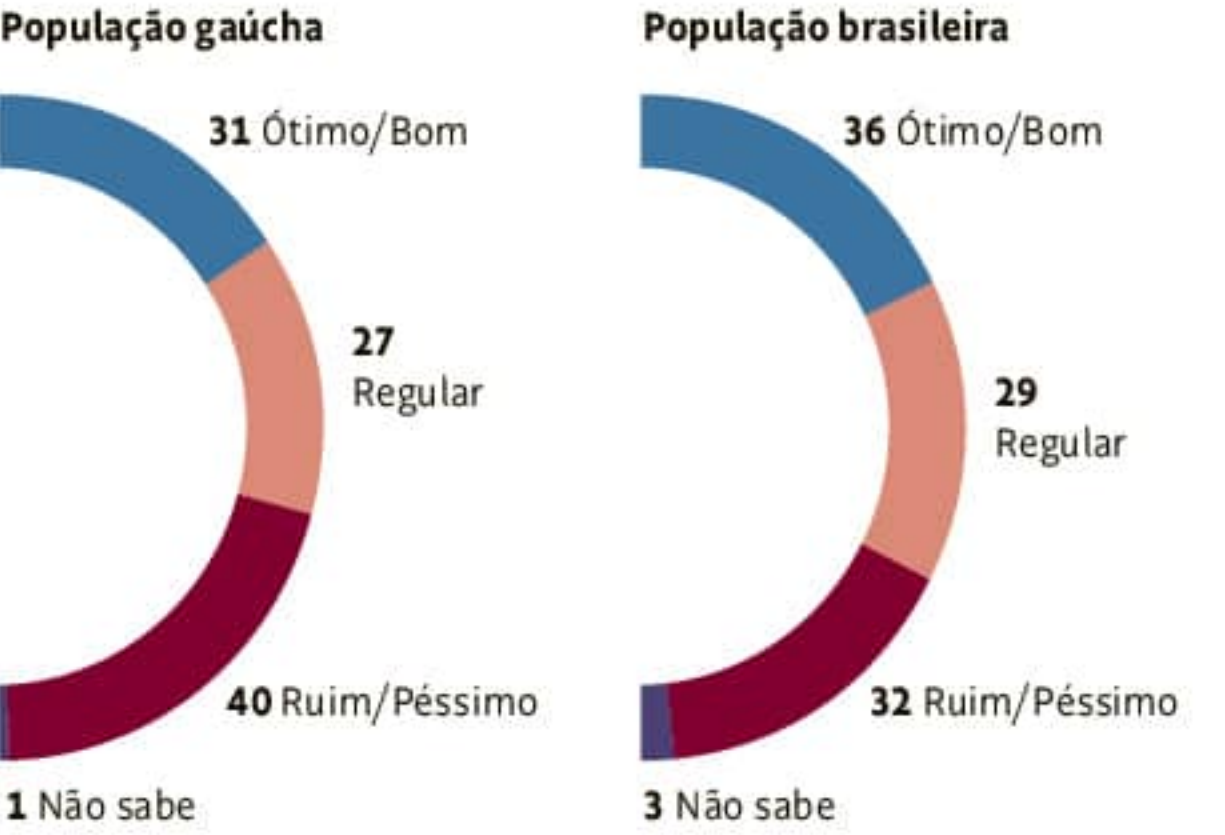
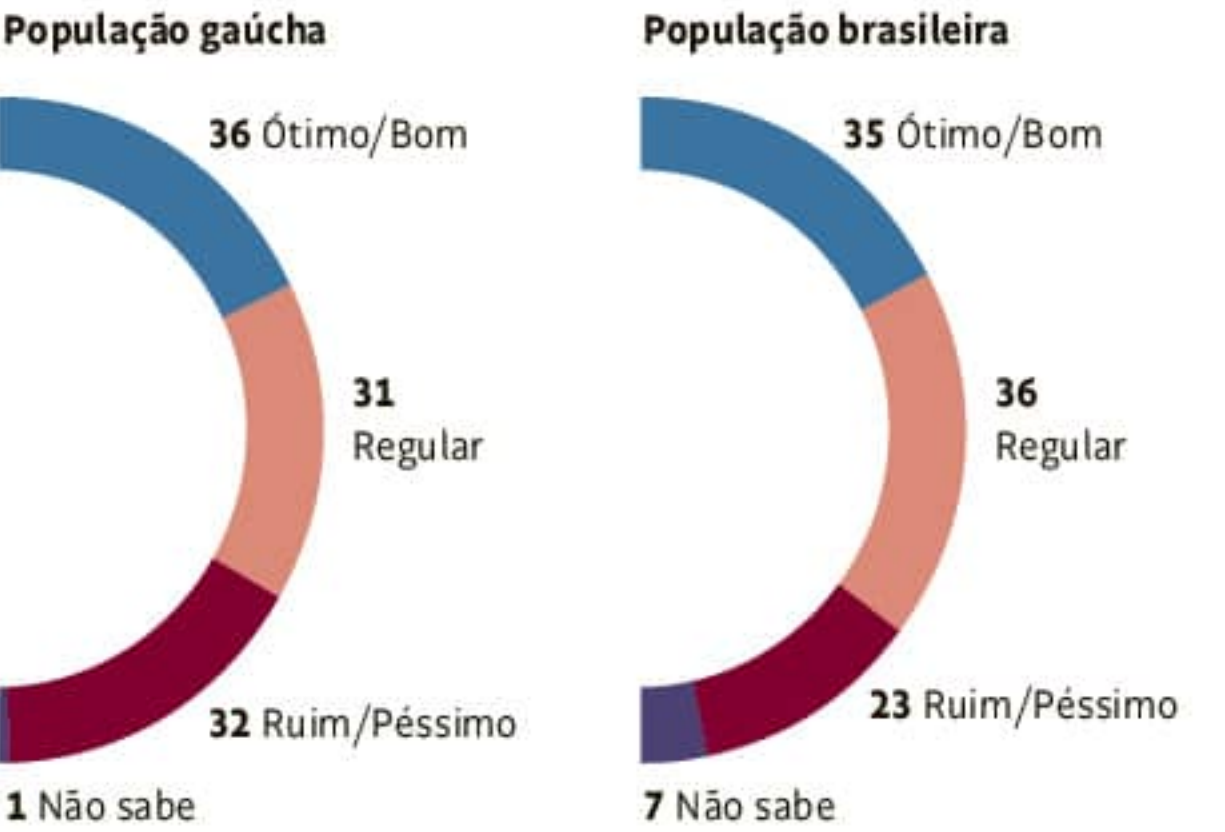
Vítimas das chuvas do RS

A destruição provocada pelas chuvas no RS poderia ter sido evitada ou não poderia ser evitada?
Em %

Gaúchos culpam políticos e a própria população pelas enchentes deste ano
Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha com 567 entrevistados que moram no RS, realizada entre os dias 17 e 22 de junho

Socorro às vítimas do RS

Avaliação do presidente Lula no socorro às vítimas do RS
Em %

Avaliação do governador Eduardo Leite no socorro às vítimas do RS
Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.457 para a população brasileira e 567 entrevistados que moram no RS, realizada entre os dias 17 e 22 de junho

Lula e Eduardo Leite têm aprovação similar no RS, diz Datafolha

Isabella Menon

SÃO PAULO O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite (PSDB) tiveram avaliações semelhantes na condução da tragédia climática gaúcha, que deixou ao menos 179 pessoas mortas em decorrência das fortes chuvas que atingiram a região no mês de maio —o número pode aumentar, uma vez que 33 pessoas ainda estão desaparecidas.

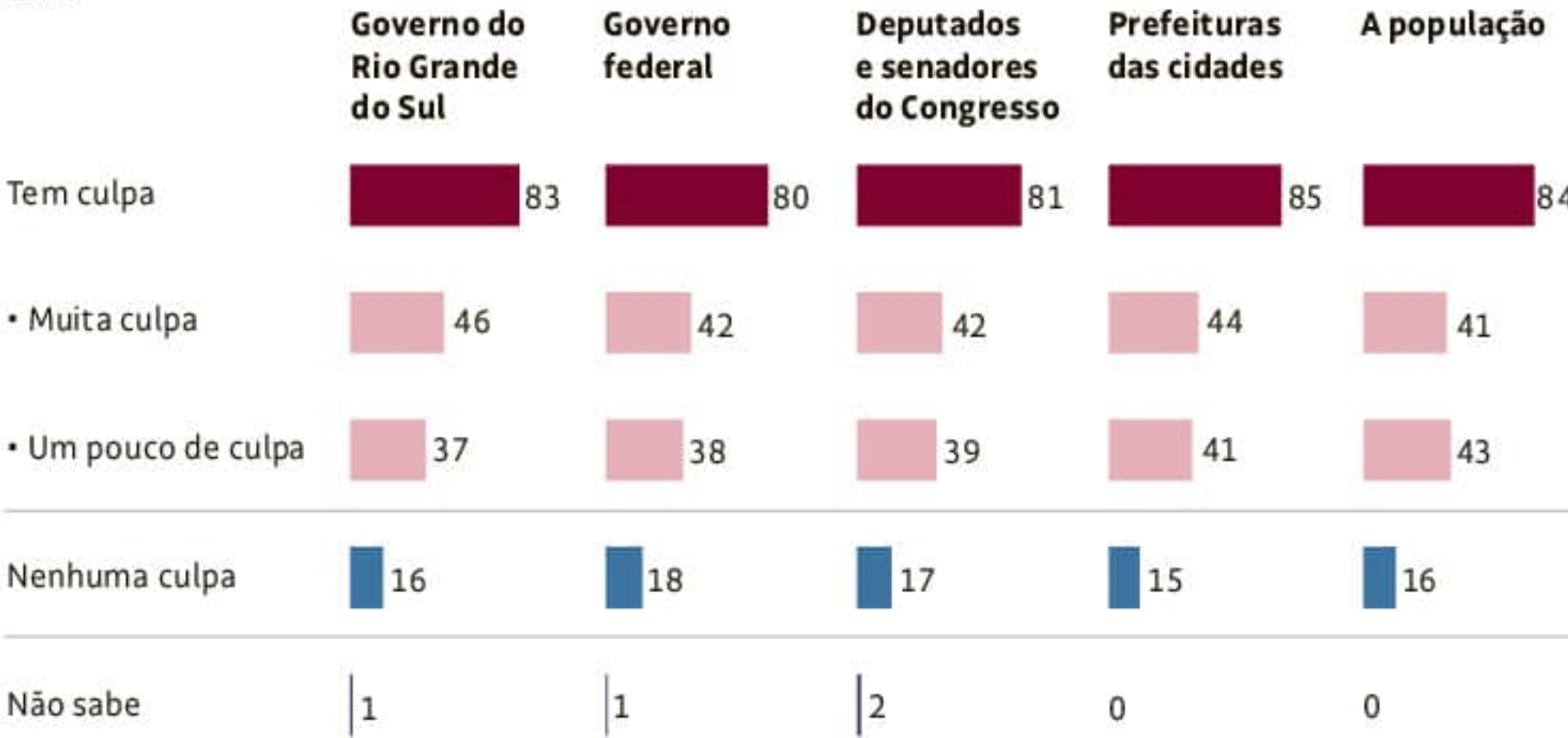
De acordo com a pesquisa Datafolha, a condução do presidente foi considerada ótima ou boa por 36% da população brasileira e o governador gaúcho, por 35%. Já a rejeição, ou seja, a parcela que considera a condução das autoridades ruim ou péssima é pior para Lula (32%) do que para Leite (23%).

O instituto realizou 2.457 entrevistas com pessoas, na faixa de 16 anos ou mais, nos dias 17 a 22 de junho. Eles foram ouvidos em 130 cidades do Brasil. Em relação à amostra do estado do Rio Grande do Sul, foram realizadas 567 entrevistas na capital e em cidades do interior, distribuídas em 24 municípios.

Na amostra nacional, a margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%. Já na amostra gaúcha, a margem é de quatro pontos, dentro do nível de confiança também de 95%.

Quando os políticos são avaliados apenas pelos gaúchos, o resultado muda um pouco. Levando em conta apenas as pessoas entrevistadas no estado, 40% consideram que a condução de Lula na tragédia foi ruim ou péssima, enquanto 31% consideram que foi ótima ou boa.

A avaliação em relação à condução de Leite é mais próxima a do restante do país. Entre os gaúchos, 36% consideram a atuação do governador como ótima ou boa, 31% como regular e 32% como ruim ou péssima.

As enchentes afetaram 478 municípios e deixaram 806 feridos. Na pesquisa Datafolha, 77% dos entrevistados que vivem no Rio Grande do Sul afirmaram que a cidade em que vive sofreu com as enchentes. Para esta parcela da população, foi questionado qual a avaliação da conduta do prefeito de sua cidade. A avaliação em relação às gestões municipais também fica dividida: 34% consideram ótima ou boa; 34% dizem que foi regular. Para 31%, ruim ou péssima.

O presidente Lula e o governador Eduardo Leite em visita à cidade de Cruzeiro do Sul (RS) Silvio Avila - 6.jun.24/AFP

Lei que fundiu Rio de Janeiro e Guanabara completa 50 anos

Junção dos estados na ditadura exigiu adaptação dos deputados; volta da Guanabara nunca teve apoio popular

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO Ernesto Geisel, presidente do Brasil em 1974, assinou sem solenidade no dia 1º de julho a lei que uniu os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Quarto presidente do regime militar, que assumira em março de 1974, Geisel tinha a fusão dos estados como pauta pessoal, mas não conseguiu preparar uma cerimônia em Brasília. O país estava de luto oficial pela morte, horas antes, do presidente da Argentina Juan Domingos Perón.

A população tampouco deu bola para o assunto. O debate nacional era a vitória, no dia anterior, sobre a Argentina na Copa do Mundo da Alemanha. A Seleção seria eliminada logo depois pela Holanda.

O estado da Guanabara tinha apenas um município, a própria cidade do Rio, ex-capital federal — e certa crise existencial por perder a capital para Brasília. O estado do Rio de Janeiro tinha 64 municípios, e a capital era Niterói.

Apenas 11 dias antes de Geisel tomar posse, Emílio Garrastazu Médici inaugurara a ponte Rio-Niterói, ligando as capitais. Era um sinal para a fusão.

A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro foi decretada há 50 anos em rápida manobra política. Pela lei, a partir de março de 1975, os dois estados, com cerca de 4 milhões de habitantes cada um, seriam um só, unificando orçamentos, polícias, tribunais de Justiça, servidores e Assembleias Legislativas.

Um governador nomeado pelo presidente da República comandaria por quatro anos o novo estado. O escolhido foi Floriano Peixoto Faria Lima (Arena), ex-presidente da Petrobras, oficial da Marinha e aprovado pela cúpula das Forças Armadas.

O debate sobre a fusão ganhou força no final da década de 1960, em relatórios da Fieg (Federação das Indústrias da Guanabara). A Guanabara tinha arrecadação três vezes maior do que o Rio de Janeiro.

Especialistas e políticos da época dizem que o objetivo de unir os dois estados era impor à cidade do Rio de Janeiro o estilo administrativo do regime militar. Apesar da ditadura, a Guanabara tinha, segundo políticos da época, debates mais avançados do que o vizinho Rio de Janeiro.

A fusão também caía bem ao projeto nuclear brasileiro. Em 1974 foi criada a Nuclebrás (Empresas Brasileiras Nucleares). A primeira usina entrou em operação comercial em 1985, em Angra dos Reis.

"A fusão possibilitou unidade administrativa onde seria alocado grande investimento nuclear. Com a fusão, o antigo estado do Rio entrou com o território, e a Guanabara entrou com o cérebro no projeto", afirma o professor da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) Helio de Araujo Evangelista, autor do livro "A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro".

"Quem poderia se opor [à lei da fusão] estava morto ou exilado. Houve certa gritaria de gente como Eugênio Gudin [então vice-presidente da FGV], gente da sociedade civil, mas um movimento popular, de jeito nenhum."

Átila Nunes era deputado estadual da Guanabara pelo MDB. A partir de 1975, tornou-se deputado do Rio de Janeiro. Precisou se inteirar dos problemas de infraestrutura de mais de 60 municípios e das demandas do funcionalismo público.

Nunes, recordista absoluto na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) com 14 mandatos, também viu problemas de convivência durante o processo de fusão. A nova assembleia legislativa inchou e chegou a 98 deputados — 41 da Guanabara e 57 do Rio.

Na legislatura seguinte, a partir de 1979, a assembleia passou a ter 70 deputados, como vigora hoje.

"O convívio no início foi muito ruim. Depois nos adaptamos, mas as diferenças eram gritantes. Não conseguíamos ter acesso a nenhuma informação do antigo estado do Rio", diz Nunes. "Era uma política provinciana, baseada em vereadores do interior e prefeitos. Tinha até um pipoqueiro entre os deputados, cujo mandato quem liderava era o assessor."

Havia diferenças também na infraestrutura. Até 1974, a extensão da rede de esgoto da Guanabara era de 759 mil metros, contra 241 mil metros do estado do Rio. Na segurança, a Guanabara tinha 2.421 detetives e investigadores e verba orçamentária sete vezes maior do que o estado do Rio, com 445 investigadores.

O Corpo de Bombeiros da ex-capital federal contava com 192 veículos e embarcações. O Rio, com extensão muito maior, tinha 81 à disposição.

A Guanabara tinha economia baseada em serviços, enquanto o Rio vivia da produção agrícola. A economia do interior ganharia tração na década seguinte da fusão, a partir do petróleo. Em 1985, uma lei federal criou a regra de repartição dos royalties do mar com estados e municípios.

A política do interior passa a ser protagonista na década de 1990. Em 1998, Anthony Garotinho, de Campos dos Goytacazes, norte fluminense, é eleito governador e emplaca, em 2002, a esposa Rosinha no Palácio Laranjeiras. Em 2014, Luiz Fernando Pezão, ex-prefeito de Piraí, no sul fluminense, assume o governo após renúncia de Sérgio Cabral.

Grupos políticos de cidades da região metropolitana têm hoje força nacional, como Waguinho (Republicanos), de Belford Roxo, André Ceciliano (PT), de Paracambi, a família de Washington Reis (MDB), de Duque de Caxias, e Washington Quaquá (PT), em Maricá.

A região metropolitana do Rio foi criada com a lei de julho de 1974, com 14 municípios. Junto a ela criou-se um fundo para o desenvolvimento do Grande Rio. O fundo deixou de existir em 1989. Desde 2018, o Instituto Rio Metrópole, vinculado ao governo estadual, é designado para pensar soluções para a região.

"A cada verão algum município da região metropolitana sofre com os efeitos das mudanças climáticas. Isso faz com que haja muitos problemas comuns, o que requer cooperação. Mas só há condição de funcionar se tiver força política", afirma o economista Marcelo Ribeiro, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e pesquisador do Observatório das Metrópoles.

Ao longo das décadas, pequenos movimentos pelo retorno do estado da Guanabara pipocaram na cidade do Rio. O mais barulhento deles surgiu em 2004 e pedia plebiscito. Era liderado por ex-lideranças do PV como Alfredo Sirkis (1950-2020) e Aspásia Camargo.

Ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a economista Maria Silvia Bastos Marques defendeu, no início dos anos 2000, um desses movimentos. Ela avalia que a transferência da capital para Brasília e a fusão foram mudanças feitas sem planejamento e que tiveram implicações profundas na cidade do Rio, especialmente na economia.

"Não acho que faça sentido debater a separação dos dois estados, mas julgo que continua cabendo a discussão nacional — e o reconhecimento — sobre as consequências que essas duas mudanças não planejadas e disruptivas tiveram sobre a antiga capital", diz a economista. "E também sobre o país, pois o Rio continua sendo a imagem do país no mundo, para o bem e para o mal."

Apostadores do Jockey Club dizem não acreditar no fim das corridas

Leonardo Fuhrmann

SÃO PAULO O eletricista aposentado Roni de Carvalho, 75, descrevia na tarde deste sábado (29) o páreo em que o cavalo que ele apostou não venceu. Apesar da recuperação no final, o animal ficou apenas na terceira colocação. Encarava o resultado com naturalidade. "Turfista não tem ambição de ganhar, apenas de recuperar uma parte do que perdeu", diz.

A resignação deu lugar à indignação quando falou sobre o projeto de lei, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), que proíbe as corridas de cavalo na cidade. O principal ponto de sua revolta é a alegação que os cavalos sofrem maus tratos nas corridas. "Maus tratos mesmo quem sofre é a gente."

Público do Jockey Club assiste à apresentação dos cavalos de disputa na tarde de sábado (29) Allison Sales/Folhapress

Nascido em Itirapuã, no norte de São Paulo, trabalhou na roça desde os cinco anos. Aos 13, fugiu de casa para tentar a vida em São Paulo. Mostra as mãos calejadas de quem trabalhou na construção civil e depois como eletricista com um sorriso de poucos dentes.

"Eu moro atualmente em um albergue, estou no vermelho por dívidas até 2031", diz. É a quinta vez que vai morar em abrigos públicos. "Já caí e levantei outras vezes."

Ele conta que costuma ir de vez em quando ao Jockey Club ver as corridas, fica sentado sozinho ou com algum conhecido nas arquibancadas, com o programa na mão.

"Venho aqui quando estou um pouco melhor de dinheiro", conta. Ele frequenta o local desde a década de 1970. "Pouco antes de eu começar a vir, era possível empenhar o chapéu ou o paletó", diz.

Roni é apenas um dos muitos perfis dos frequentadores do clube na tarde de sábado. Em comum, a convicção que as corridas de cavalo não serão proibidas na cidade e a indignação ao falar sobre os possíveis maus-tratos que justificariam a proibição.

Não faltaram comparações com a situação da cracolândia ou os cuidados com as pessoas em hospitais públicos.

Muitas famílias vivem em torno das atividades das corridas. É o caso do jóquei Jorge Antonio Ricardo, o J. Ricardo, 62. Poucos minutos depois de falar à **Folha** sobre sua trajetória, ele acumulou a sua vitória de número 13.309. Competiu em outros hipódromos no Brasil, Argentina, Chile, Peru, Uruguai, Inglaterra e França. Seu pai e seus tios também foram jóqueis. Já as filhas preferiram a equitação.

Em 48 anos de profissão, diz que acompanhou diversas mudanças para garantir o bem-estar dos animais. A padronização do tamanho dos chicotes, mais curtos, e o limite de golpes que podem ser dados no cavalo na prova: oito.

Também filho de jóquei, Antonio Carlos Bolino, 66, é hoje o chefe dos veterinários do clube. Sua função é garantir o bem-estar dos cavalos na competição, além de evitar que tomem alguma substância ilegal. "Nós temos o poder de excluir os animais de uma corrida se houver qualquer sinal de problema de saúde", afirma. Segundo ele, o clube conta com um centro cirúrgico veterinário que funciona 24 horas por dia.

No dia a dia, o cuidado com os animais fica por conta das equipes de treinadores. Lucas Quintana, 38, é um desses profissionais. Ele começou a trabalhar no clube em 2001, junto com o pai, um antigo jóquei. Em 2006, pouco antes de morrer, seu pai lhe passou a carteira de treinador.

Para o presidente da Associação Brasileira de Criadores e Proprietários de Cavalo de Corridas, Julio Camargo, o fato de a lei ser destinada às corridas de cavalo é uma prova da intenção de atingir especificamente o Jockey Club, alvo de uma disputa com a prefeitura por conta de uma dívida de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Ele lembra que existem outros esportes com cavalos na cidade, como hipismo e polo equestre.

O clube entrou com um mandado de segurança contra a lei. Alega que as corridas de cavalo são regulamentadas por lei federal e que o Ministério da Agricultura fiscaliza a atuação dos hipódromos para garantir o bem-estar animal em todos eles.

Uma gota de esperança no futuro

Decreto de política para a primeira infância é uma semente para o amanhã

Marcia Castro

Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard

Na última quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou o Decreto 12.083, que estabelece as diretrizes para a elaboração da PNIPI (Política Nacional Integrada para a Primeira Infância) e institui o seu Comitê Intersetorial.

O Comitê será composto por um representante da Casa Civil, quatro da sociedade civil, e representantes de 14 ministérios. Em 120 dias o Comitê deverá apresentar a proposta da PNIPI, um conjunto de indicadores referentes à primeira infância, e estratégias de monitoramento e avaliação das ações implementadas pela PNIPI.

Segundo o modelo de Atenção e Cuidado Integral proposto pelo Unicef, há cinco domínios inter-relacionados de cuidado: boa saúde, nutrição adequada, segurança e proteção, cuidados responsivos e oportunidades de aprendizado. Portanto, a implementação de políticas e ações para o cuidado integral na infância demanda a intersetorialidade, tal qual refletido na composição do Comitê.

Os próximos 120 dias serão de muito trabalho.

O PNIPI precisa planejar ações multisetoriais e integradas, que alcancem todas as infâncias, garantindo direitos humanos e de cidadania (saúde, alimentação saudável, assistência social, ambientes seguros para crianças e suas famílias, educação de qualidade, cultura, respeito e dignidade, parentalidade saudável, e cuidado com os cuidadores de crianças).

A importância dessas ações nos primeiros anos de vida foi mensurada pelo professor Heckman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia no ano 2000.

Ele avaliou um programa de pré-escola implementado nos Estados Unidos em 1962 e mostrou que, em média, a cada dólar investido no programa houve um retorno de cerca de 13 dólares. Quanto mais cedo o investimento na criança, maior o retorno.

Além disso, a construção de indicadores será uma tarefa crítica dos próximos 120 dias. O Imapi (Índice Município Amigo da Primeira Infância) utilizou 31 indicadores para medir como municípios brasileiros se encontram em relação ao modelo de cuidado integral do Unicef.

Se observa uma enorme desigualdade, com um Imapi de 74 (sendo 100 o máximo) para o melhor município e 22 para o pior. Porém, alguns domínios do modelo de cuidado integral ainda carecem de dados coletados de forma sistemática. Ou seja, o PNIPI tem duas tarefas importantes no que se refere à proposta de indicadores.

Primeiro, considerando os sistemas de informação que existem em diferentes ministérios, a tarefa crucial é linkar essas bases de tal forma que trajetórias de crianças e famílias possam ser acompanhadas em seus diferentes domínios de cuidado ao longo do ciclo de vida. Geograficamente, é importante considerar bases públicas que facilitem a caracterização de contextos diversos no país (por exemplo, MapBiomas) e permitam identificar áreas vulneráveis.

Segundo, medidas padronizadas sobre desenvolvimento infantil ainda não são coletadas de forma sistemática. Portanto, é preciso definir qual o conjunto mínimo de dados a serem coletados a fim de permitir um monitoramento efetivo do PNIPI.

Esse decreto é uma semente de esperança no futuro. Afinal, as crianças são o futuro de qualquer nação. Todas as crianças. Não há futuro pleno quando parte da infância é privada de um desenvolvimento de qualidade por questões socioeconômicas, étnico-raciais e por iniquidades enraizadas na sociedade.

Em 120 dias saberemos as estratégias propostas. A partir de então, veremos se essa semente florescerá e trará frutos para as crianças e o futuro, ou se secará antes de germinar.

Como disse Nelson Mandela: "Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como ela trata as suas crianças".

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

São Joaquim (SC) tem recorde de frio no ano, com -7,8° C

Baixas temperaturas devem continuar até esta segunda-feira (1º) no Sul; capital paulista também passa frio

Leonardo Fuhrmann

SÃO PAULO A Prefeitura de São Joaquim, no chamado Caminho da Neve, na serra de Santa Catarina, registrou a temperatura mais baixa do ano neste domingo (30). Os termômetros na cidade chegaram a 7,8°C negativos.

Segundo a Climatempo, a temperatura em Urupema, na mesma região serrana, também ficou na faixa dos 7°C abaixo de zero. Lá, o termômetro do Ciram (Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia) chegou a marcar -7,2°C.

Por volta do meio-dia, a temperatura na região estava em torno de -5°C, mas a sensação térmica chegou a -19°C, segundo a agência de informações meteorológicas. As mínimas devem continuar na mesma faixa ao longo da segunda-feira (1º), com a possibilidade de geada em todas as cidades catarinenses situadas a mais de 700 metros do nível do mar, segundo o Ciram.

O Simepar (Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná) emitiu um alerta da possibilidade de geada moderada no sul do estado, que inclui Pato Branco, Guarapuava, Ponta Grossa, Lapa e a capital, Curitiba.

Na capital paulista, o domingo também foi um dos dias mais frios do ano. Ele começou com muita nebulosidade, chuviscos e termômetros oscilando em torno dos 13,6°C durante a madrugada. As estações meteorológicas do CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas) da Prefeitura indicaram que as temperaturas mínimas chegaram aos 11,7°C no extremo sul da cidade, enquanto a região central registrou 14,5°C.

À tarde, o céu permaneceu encoberto e com baixas temperaturas. O CGE registrou a média de 12°C. Em Engenheiro Marsilac, no extremo sul do município, os termômetros apontaram 10°C.

A previsão é que a frente fria se desloque para o mar a partir de terça-feira (2), o que deve fazer com que as temperaturas subam em toda região Sul e no estado de São Paulo.

Esta segunda-feira ainda deve começar gelada e úmida em São Paulo, com chuviscos e termômetros em torno dos 10°C entre a madrugada e o início da manhã. No decorrer do dia, o tempo melhora e o sol pode aparecer rapidamente entre muitas nuvens, mas as temperaturas máximas não devem superar os 18°C.

Na terça, o Sol aparece entre nuvens e favorece a gradativa elevação das temperaturas, que devem variar entre 12°C de manhã e 23°C à tarde.

Luísa (nome fictício) foi estuprada e engravidou aos 10 anos; ela abortou na maternidade de Boa Vista, que não faz mais o procedimento Gabriela Biló/Folhapress

Roraima dificulta realização de abortos legais em meninas

Único hospital habilitado deixou de realizar o procedimento neste ano

TODAS

Luana Lisboa e Gabriela Biló

BOA VISTA, PACARAIMA E AMAJARI (RR) Luísa (nome fictício), 11, sofreu o primeiro abuso sexual aos sete anos. Sob ameaças de morte, as violências aconteciam na casa da sua avó, onde morava. Luísa engravidou do tio aos 10 anos. Com a mesma idade, parou de brincar de boneca.

Ela estava na escola quando a reportagem bateu na porta da casa de seus pais, na comunidade indígena Sabiá, município de Pacaraima, a cerca de 216 km da capital Boa Vista (RR). Chegou com a irmã mais nova e estendeu a mão às visitas pedindo bênção, reproduzindo o costume católico de demonstração de respeito aos mais velhos.

Sua gravidez foi descoberta pela mãe no 4º mês de gestação —entre a 13ª e a 16ª semana—, e a família, da etnia macuxi, decidiu que o aborto legal seria a melhor opção. O casal tem quatro filhos com idades de 5 a 13 anos.

Eles chegaram a perguntar à menina se ela queria ter o bebê, mas a resposta foi negativa, indo também de acordo com a escolha de seus pais. "A vida estaria pior, sinceramente", diz o pai da criança. "Ia prejudicar minha família, minha esposa sofrendo com os filhos, e também tínhamos medo de o Conselho Tutelar tirar ela da gente". O agressor, denunciado, fugiu.

A gravidez de Luísa foi descoberta pela mãe no 4º mês de gestação, entre a 13ª e a 16ª semana

A 65 km dali, em Três Corações, no município de Amajari, vive Amanda (nome fictício), 14, e sua família, também indígenas macuxis. Ela segura no colo, com alguma dificuldade, um bebê de seis meses, fruto de um estupro cometido pelo primo, de 29 anos.

A mãe até hoje não sabe com detalhes o que aconteceu com Amanda. "Ela não fala", diz. Mas conta o que sabe: Amanda não costumava sair de casa quando o primo foi passar um tempo na comunidade.

"Ela estava passando mal, engordou, e por isso levei no postinho de saúde. Estava com sete, seis meses, por aí", afirma a mãe. Diz que talvez tivessem tomado outra decisão, caso a gravidez não estivesse tão avançada.

Casos como o de Amanda são mais comuns do que os de Luísa. Ambas moram no estado com a maior taxa de fecundidade no Brasil para meninas de 10 a 14 anos, conforme levantamento feito pela **Folha** com base no Censo e no Sinasc (Sistema de Informações sobre Nascidos do Ministério da Saúde), com números de 2022, os últimos consolidados. Os dados do Sinasc podem, ainda, conter algum percentual de subnotificações.

No Brasil, o ato sexual antes dos 14 anos é considerado estupro de vulnerável e a gravidez é considerada de risco para a vida da gestante.

Apenas 25 meninas entre 10 e 13 anos fizeram o aborto legal entre os anos de 2019 e 2023 em Roraima. Enquanto isso, houve 300 nascidos vivos de mães nessa faixa etária no período, de acordo com a Secretaria de Saúde do Estado.

Hoje, a legislação permite que o aborto seja feito em três situações: gestação decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia fetal, sem limite da idade gestacional.

O Projeto Antiaborto por Estupro, de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), quer colocar um teto de 22 semanas na realização de qualquer procedimento de aborto em casos de estupro.

Neste ano, no entanto, há mais um empecilho para quem mora no estado e quer ter acesso ao serviço. A única unidade neonatal de Roraima —que está habilitada a fazer o aborto legal— é a Nossa Senhora de Nazareth. No local, a **Folha** foi informada pela administração que o procedimento não tem sido feito desde a resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina), nº 2.378/2024, que veta a assistolia fetal, procedimento que consiste na injeção de produtos químicos no feto para evitar que ele nasça com sinais vitais.

A técnica é recomendada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e é tida como a melhor prática assistencial à mulher em casos de aborto legal acima de 20 semanas.

A reportagem foi informada ainda que a comissão responsável pelo procedimento no estado foi dissolvida após a norma da entidade, mesmo após a resolução do CFM ter sido suspensa por uma liminar do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, em maio.

A situação do local é precária. O hospital funciona em tenda improvisada devido a uma reforma que acontece na estrutura do prédio desde 2021. A conclusão da obra já foi prorrogada e o Ministério Público de Roraima (MP-RR) acompanha a situação através de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Procurada, a Secretaria de Saúde do estado não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

Segundo Dirlene Macuxi, conselheira da Omir (Organização das Mulheres Indígenas de Roraima), os índices de violência e casamentos de jovens são altos em comunidades indígenas, que compõem parcela significativa da população do estado.

Embora muitos casos sejam abafados, a luta da organização, formada por mulheres indígenas desde a década de 1980, é para que casos como esses sejam cada vez menos comuns, o que gera embates entre as lideranças. Além disso, o estado tem um histórico conservador, e o aborto, mesmo em casos de estupro, ainda é um grande tabu. "Por não aceitarmos isso e batermos de frente dentro das comunidades, às vezes recebemos represálias de lideranças que são homens. Mas sempre buscamos reforçar que não é algo cultural, e a lei nos ampara com isso", diz ela.

O quadro da gravidez precoce é especialmente delicado no Norte do país. A OMS (Organização Mundial de Saúde) vê como gravidez na adolescência as gestações dos 10 aos 19 anos. Com 4,72 gestações a cada mil meninas de 10 a 14 anos, a região supera em muito a taxa nacional (2,1) e aparece em situação comparável à dos países da África subsaariana, que estão entre os piores do planeta nesse quesito.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Italiano foi à 2ª Guerra Mundial e viveu até 105 anos

GUIDO COMOLATTI (1919 - 2024)

Isabella Menon

SÃO PAULO "É o Guido!", exclamava Guido Comolatti quando atendia o telefone. A frase se tornou uma espécie de marca registrada dele, a ponto de virar título do livro que sua família escreveu quando completou 90 anos.

Nascido na Itália, ele imigrou para o Brasil aos 40 anos junto com a esposa, com quem foi casado por quase oito décadas, e os dois filhos Athos e Diego. Por aqui, ele se tornou sócio da empresa de um de seus irmãos.

Apesar da mudança já adulto, Guido aprendeu logo a falar português, mas manteve o forte sotaque italiano. Sempre que podiam, ele e a mulher viajavam à terra natal e gostavam de assistir a óperas, de preferência na arena de Verona, com performances ao ar livre no verão.

Guido foi contador de histórias, e uma das que mais gostava era sobre o período em que serviu ao Exército do seu país natal na Líbia, norte da África, durante a Segunda Guerra Mundial. Essa experiência, relembra o filho Athos, pode ter contribuído para que até a mudança para o Brasil fosse mais tranquila. "Depois do que ele passou, nada era mais tão chocante", diz Athos.

Além de contar suas aventuras, ele costumava manifestar a vontade de retornar ao local. Assim, quando já tinha 80 anos, os filhos organizaram uma viagem para o solo africano e o pai conseguiu revisitar locais em que andava fardado nos anos 1940.

Discreto e sem vaidades, Guido gostava de ler jornal diariamente. Quando seus familiares pensaram em cancelar a sua assinatura, ele ficou bravo. Sua esposa, Ersilia, 95, contou aos filhos que foi uma das primeiras vezes que viu o marido perder a calma. A assinatura foi refeita.

O filho relembra que o pai nunca achou que viveria tanto. Quando jovem, Guido achava que não ia passar dos 70 anos. Até que a vida foi passando e ele, superando todas as suas apostas.

Aos 85, deixou documento avisando a médicos e familiares que, no caso de uma internação, não gostaria de ser intubado nem de receber alimentação via sonda. A vontade foi respeitada.

Ao se tornar centenário, foi perguntado até quando viveria. A resposta foi 105. Ironico, ele dizia: "Eu sei que eu vou, mas não tenho pressa". Athos define que o pai foi uma pessoa que tinha confiança nos outros, ao mesmo tempo que sabia da fraqueza humana.

Cumprindo, de certa forma, aquilo que previu, Guido deu entrada no hospital aos 104 anos. No dia seguinte, completou 105 anos e, duas semanas depois, no dia 21 de maio, morreu. Ele deixa a esposa, os dois filhos, cinco netos e três bisnetos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

esporte

ESPORTE AO VIVO

13h França x Bélgica Eurocopa, CAZÉTV

16h Portugal x Eslovênia Eurocopa, CAZÉTV

20h Palmeiras x Corinthians Brasileiro, PREMIERE

Documentário relembra os anos inigualáveis em que Romário foi 'o cara'

Minissérie no streaming acerta ao se restringir às origens e ao auge da carreira do lendário atacante, na Copa de 94

CRÍTICA

Romário - O Cara

★★★☆☆

Onde assistir: Max. Dir. Bruno Maia. Dur.: seis episódios

Sandro Macedo

SÃO PAULO Série disponível no streaming Max, "Romário, o Cara" poderia se chamar também "Quando Romário Foi o Cara". E, durante um certo período do metaverso futebolístico, ali na primeira metade dos anos 1990, poucos foram os caras que se igualaram a ele.

Aliás, o recorte temporal é o grande acerto do diretor Bruno Maia, que desenvolve os seis episódios entre o início da carreira do atacante, em meados dos anos 1980 — quando disputava com a camisa do Vasco os clássicos contra o Flamengo, de Bebeto—, e a consagração na Copa de 1994, ano do tetra —há uma ou outra explicação rápida para os cortes do jogador nos Mundiais de 1998 ou 2002.

Sendo assim, nada da passagem frustrante pelo "dream team" do Flamengo, das briguinhas com Edmundo no Vasco, dos sopapos em torcedor no Fluminense, do milésimo gol e, principalmente, nada de peripécias políticas do senador ou de questões contábeis. É a chamada ausência que preenche.

O primeiro episódio começa justamente com o dia da final da Copa realizada nos EUA, contra a Itália, disputada no Rose Bowl, na Califórnia, com um sol para cada um.

A série recupera a cena famosa do documentário de Murilo Salles, "Todos os Corações do Mundo" (1995): na boca do vestiário, Romário, na fila com os companheiros de seleção, é observado pelo italiano Baggio, principal astro da equipe rival e seu adversário na briga direta pelo título de melhor jogador do mundo.

É quando a série entra em um grande flashback para mostrar o início de carreira, em uma favela do Rio de Janeiro, a medalha de prata em Seul-1988, as virtudes que o levaram para a Europa e os perrengues com colegas e técnicos. A Copa de 1994 volta como destaque no epílogo heroico.

Romário é o cara, mas não é Michael Jordan. No entanto, a extraordinária série "Arremesso Final", da Netflix (curiosamente mais conhecida aqui com a tradução do título original "The Last Dance", que virou muleta até no Desafio ao Galo), foi uma espécie de inspiração e guia para Maia.

O próprio Romário é, evidentemente, o entrevistado principal, um condutor da própria história, que inclui o início fulminante no Vasco e as passagens igualmente vencedoras pelo holandês PSV e pelo espanhol Barcelona. A seleção funciona sempre como importante contraponto.

Entre os entrevistados estão ex-colegas de Barcelona, como Guardiola e Stoichkov, e treinadores, como Guus Hiddink. Do lado brasileiro, há declarações de vários companheiros da Copa de 1994, principalmente Ricardo Rocha. As entrevistas foram feitas entre agosto e novembro de 2021.

Apesar do protagonismo de 94, o atacante colecionava algumas desilusões com a equipe nacional, principalmente perto de Copas. Já poderia ter ido como jovem revelação em 1986, mas foi preterido pelo são-paulino Muller, um desafeto declarado.

Em 1990, depois do gol do título na Copa América de 1989, parecia que formaria a dupla com Bebeto. Antes do Mundial, porém, uma contusão com o PSV fez o atacante chegar à Itália com poucas condições de jogo. Ficou no banco, de onde viu Careca e Muller falharem contra a Argentina na eliminação nas oitavas de final.

Talvez se não fosse tão marrento, Romário tivesse mais chances. Mas se não fosse marrento, não seria Romário. "Eu gosto de paz, mas funciono pra caralho na guerra", diz — além de paz, o Baixinho sempre gostou da noite, do Carnaval, do futevôlei e de regalias.

A marra, diz a ex-mulher Mônica Santoro — que esteve com Romário durante todo o período retratado na série—, ele herdou do pai, muito antes de qualquer fama.

Sua briga com Zagallo é esmiuçada. Romário tinha um prazer especial em saber que os desafetos precisavam dele. A origem da treta com Muller também é lembrada.

A lenda de que não treinava entra na conta. Não é que ele não gostava de treinar, mas não curtia os exercícios sem bola. Assim que conquistava a artilharia e a confiança do técnico, dava um jeito de conseguir algumas regalias.

Se a marra o afastou da seleção mais do que deveria, as voltas sempre ganhavam contornos de salvador da pátria. Foi assim em 1993, no último jogo da eliminatória, contra o Uruguai, no Maracanã. A partida é descrita pelo próprio Romário como sua principal atuação individual da carreira.

Afinal, como ele também gosta de dizer, o mundo ainda não sabia, mas ele já se considerava o melhor do mundo. E em 1994, foi.

BELLINGHAM FAZ DE BICICLETA, INGLATERRA VIRA SOBRE ESLOVÁQUIA NOS ACRÉSCIMOS E AVANÇA

A Inglaterra bateu a Eslováquia por 2 a 1 neste domingo (30), de virada, com dois gols, de Kane e Bellingham, nos acréscimos, e foi às quartas de final da Eurocopa; mais tarde, a Espanha venceu a Geórgia por 4 a 1 e também passou de fase Ina Fassbender/AFP

Conceição Geremias, ouro no Pan de 1983 Arquivo Pessoal

Ouro no Pan, Conceição Geremias, 67, pede ajuda após amputação

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO Conceição Geremias, 67, sempre foi habituada a enfrentar desafios. Em especial no esporte em que fez carreira, o heptatlo, que consiste em sete provas: 100 metros com barreira, salto em altura, arremesso de peso, 200 metros rasos, salto em distância, arremesso de dardo e 800 metros.

Ela nasceu em Campinas, em 23 de julho de 1956, e trabalhou na roça antes de se tornar atleta. Conceição conquistou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Caracas, na Venezuela, em 1983, feito até então inédito para o heptatlo feminino brasileiro. Naquela edição, ainda estabeleceu o recorde sul-americano da modalidade, com 6.017 pontos. O recorde só foi superado em 2008, nas Olimpíadas de Pequim, por Lucimara Silvestre da Silva, que alcançou 6.076 pontos. Além disso, participou das Olimpíadas de Moscou-80, Los Angeles-84 e Seul-88.

Conceição enfrenta, porém, seu maior desafio agora: uma amputação do pé e parte da perna esquerda abaixo do joelho, que a tirou das competições.

A atleta teve síndrome do túnel do tarso, caracterizada por dores no tornozelos, pés, e lesão no nervo que liga o calcanhar e a sola do pé.

"Era uma problema que eu tive na sola dos dois pés, que travavam e eu não conseguia caminhar. Eu estava treinando só pedalada, por exemplo, caminhar não dava. Eu fiz a cirurgia, que era simples, mas deu complicações, tinha pouca circulação. O último recurso era amputar ou perder a vida", conta Conceição.

O desafio da amputação é ainda maior para uma atleta que nunca abandonou as competições. Conceição se manteve ativa, passou a jogar vôlei e continuava competindo no heptatlo na categoria master. Ela se preparava para uma nova disputa antes da operação.

"Eu nunca parei de praticar atletismo. Eu migrei para a categoria master e continuei competindo. Neste ano, por exemplo, em agosto tem o campeonato mundial. A gente já tava pensando nos preparativos para ir, quando eu fui fazer a cirurgia", disse.

A cirurgia foi em 24 de janeiro e, desde então, foram cinco meses de internação. A alta ocorreu no último dia 21, mas ela mora em um prédio sem elevador. Precisou ir para a casa da irmã mais velha, também em Campinas.

A partir de agora a atleta terá custos com os quais não contava.

"Nesse começo tem fisioterapia, reabilitação, para depois pensar em prótese. Também tem cama hospitalar, colchão de bolha, vou precisar de cuidadoras, uma de dia e outra de noite. Tudo isso vai muito dinheiro e eu não tenho nenhum agora", explicou.

Para conseguir ajuda para esse recomeço, foi lançado um financiamento coletivo para arrecadar R$ 50 mil. Criado no dia 8 de junho, até agora pouco mais de R$ 6.900 foram arrecadados.

Apesar de tantas mudanças em tão pouco tempo, Conceição demonstra confiança.

"Acho que vou ter que reaprender uma série de coisas. Mas estou feliz, sem dúvida, eu tenho que fazer essa reabilitação porque a minha vida não pode parar!, afirma ela.

Uma tarde de Ferreirinha

O atacante são-paulino viveu tarde goleadora e com uma jogada espetacular

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Que belo clássico disputaram os tricolores de São Paulo e da Bahia no Morumbi, desequilibrado por Ferreirinha, ex-tricolor gaúcho.

Nada indicava uma vantagem de 2 a 0 para os paulistas no primeiro tempo, tamanho o equilíbrio da partida.

Mas tocaram a bola no Calleri e o argentino fez 1 a 0 para, em seguida, dois minutos depois, Ferreirinha fazer belíssimo tento e ampliar a vantagem.

Visitante ir para o intervalo derrotado por 2 a 0 e reagir não é para qualquer um.

Pois o Bahia não é qualquer um e logo no começo do segundo tempo Gilberto descontou.

O São Paulo sentiu e avisou os quase 50 mil torcedores nas arquibancadas que eles iriam sofrer. E sofreram.

Até que Ferreirinha aprontasse um salseiro na área baiana e permitisse a Luciano, que lhe dera o passe para o gol, fazer o 3 a 1 do alívio, quando o empate parecia iminente. Dessas jogadas que marcam um jogo, que fazem o torcedor se referir ao São Paulo x Bahia do Ferreirinha, o driblador.

Aí o Bahia ruiu e sofreu novo golaço, de Calleri, mas em impedimento.

Não faz mal.

Era jogo de seis pontos entre os baianos em terceiro lugar e os paulistas já costeando o G4.

Pensar que poucos jogos atrás, contra Cuiabá e Vasco, duas derrotas são-paulinas, havia torcedor que fazia cálculos para evitar rebaixamento...

Dérbi redentorPara o Palmeiras, vencer o Corinthians nesta noite é obrigatório e fará esquecer o 3 a 0 sofrido em Fortaleza.

Para o Corinthians, a vitória soará como redenção a tal ponto que mesmo diante do rival todo desfalcado permitirá, ao menos em campo, respirar novos ares.

Porque fora de campo nada dará jeito enquanto estiverem no comando os que estão e os que já estiveram.

Euro de matarPor enquanto, só um papão do futebol mundial, a tetracampeã Itália, 10ª colocada no ranking da Fifa, está fora das quartas de final da Eurocopa, eliminada pela Suíça (19ª) por 2 a 0.

A Alemanha (16ª), também tetra, passou a duras penas pela Dinamarca (21ª), graças ao VAR que pegou o bico da chuteira de atacante dinamarquês para anular o que seria o 1 a 0, e a Inglaterra até agora não sabe bem como eliminou a Eslováquia de virada por 2 a 1.

A Itália, última campeã da Euro, vive tempos surpreendentes, depois de ficar fora das duas últimas Copas do Mundo.

Como escreveu Walter Casagrande Júnior, até o tradicional sistema tático da Azzurra desmilinguiu-se, e o time acabou presa fácil para os suíços.

A Alemanha, em casa, teve a ajuda do VAR porque a lei do impedimento ainda é a mesma de antes do surgimento da ferramenta tecnológica, com o que seu espírito, o de evitar vantagem indevida do atacante, tem sido conspurcado diariamente.

E a Inglaterra, rara leitora e raro leitor, acabou salva graças a um velho veículo de duas rodas, a tal bicicleta com que Jude Bellingham compareceu no derradeiro minuto do jogo com a Eslováquia (45ª).

No minuto seguinte, já na prorrogação, Harry Kane compareceu de cabeça mesmo e virou o resultado para botar ingleses e suíços frente a frente nas quartas de final.

Até a Espanha (8ª), com as melhores atuações até agora, sofreu com a Geórgia (74ª), ao sair atrás e ter de virar para 4 a 1. A Alemanha que se cuide nas quartas.

A Euro emociona desde a fase de grupos, diferentemente da Copa América que esquenta mesmo a partir das quartas de final.

Teremos dias quentes pela frente.

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Juca Kfouri | **TER. Sandro Macedo** | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SÁB. Marina Izidro

Pela primeira vez, cientistas encontram evidência de que borboletas cruzaram um oceano

CIÊNCIA

Monique Brouillette

THE NEW YORK TIMES Certa manhã, no final de outubro de 2013, o entomologista Gerard Talavera, viu algo incomum: um bando de borboletas *Vanessa cardui* encalhadas em uma praia na Guiana Francesa.

A *V. cardui* é uma das borboletas mais amplamente distribuídas no mundo, mas não é encontrada na América do Sul. Porém, lá estavam elas na areia, com suas asas desgastadas e cheias de buracos.

Julgando pela condição delas, Talavera, que trabalha no Instituto de Botânica de Barcelona, na Espanha, supôs que estavam se recuperando de um longo voo.

O inseto é um campeão de viagens de longa distância, cruzando rotineiramente o Saara em uma jornada da Europa para a África subsaariana, cobrindo até 14,5 mil quilômetros. Será que também teriam feito uma jornada de 4.200 quilômetros pelo oceano Atlântico sem nenhum lugar para parar e reabastecer? Talavera queria descobrir.

Seguir os movimentos de longo alcance dos insetos é desafiador. Dispositivos de rastreamento são muito grandes para os pequenos e delicados corpos dos insetos. Os cientistas tiveram que confiar em suposições e observações de cidadãos cientistas para juntar os padrões de viagem.

"Vemos borboletas que aparecem e desaparecem, mas não estamos provando as conexões diretamente, estamos apenas fazendo suposições", disse Talavera.

Em 2018, Talavera desenvolveu uma maneira de usar uma ferramenta de sequenciamento genético para analisar o DNA do pólen—grãos de pólen grudam nos insetos polinizadores, como borboletas, quando eles estão se alimentando de néctar das flores.

Talavera sequenciou o DNA dos polens para determinar de qual planta vieram. Mais tarde, o DNA poderia ser rastreado até a flora geográfica para mapear o caminho do inseto.

Em um artigo publicado na última terça-feira (25) na revista Nature Communications, Talavera e sua equipe descrevem uma pista crucial para desvendar o mistério das borboletas encalhadas: o pólen encontrado nas borboletas na Guiana Francesa correspondia a arbustos em países da África Ocidental.

Vanessa cardui, uma das borboletas mais amplamente distribuídas no mundo Gerard Talavera/via NYT

Esses arbustos florescem de agosto a novembro, o que coincide com a linha do tempo da chegada das borboletas. Isso sugeriu que elas haviam cruzado o Atlântico. A ideia era tentadora. Mas Talavera e sua equipe tiveram o cuidado de não tirar conclusões precipitadas.

Além de estudar o pólen, os pesquisadores sequenciaram os genomas das borboletas para rastrear sua linhagem e descobriram que tinham raízes europeias e africanas. Isso descartou a possibilidade de terem voado sobre a América do Norte.

Em seguida, eles utilizaram uma ferramenta para confirmar que as origens das borboletas estavam na Europa ocidental, norte da África e África ocidental. Ao adicionar dados meteorológicos mostrando ventos favoráveis soprando da África para a América, eles se aproximaram da descoberta.

"Esse é um brilhante trabalho de detetive biológico", disse o ecologista evolutivo David Lohman, no City College de Nova York, que não esteve envolvido no trabalho.

O rastreamento de Talavera apoiou a conclusão de que aquelas borboletas fizeram a primeira jornada transoceânica já registrada por um inseto.

É provável que estivessem em sua rota típica pela África quando foram desviadas por um forte vento. Uma vez sobre o oceano, continuaram voando até chegarem à costa.

As migrações de insetos são o maior movimento de biomassa ao redor do mundo. Somente sobre o sul da Inglaterra, incríveis 3,5 trilhões de insetos migram anualmente. Sua capacidade de transportar pólen, fungos e até mesmo doenças de plantas por vastas distâncias destaca o impacto global dessas pequenas criaturas.

Com a migração oceânica das borboletas *V. cardui*, os especialistas dizem que os cientistas podem ter uma maneira melhor de rastrear essas jornadas.

A descoberta mostrou que as delicadas criaturas conseguiram suportar uma jornada difícil e perigosa, que provavelmente durou entre 5 e 8 dias. Também demonstra o quanto os cientistas ainda têm a aprender.

APRESENTAÇÃO DOS BOIS CAPRICHOSO E GARANTIDO ENCERRAM 57ª EDIÇÃO DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS

Integrantes do Boi Caprichoso se apresentam no Bumbódromo de Parintins, no Amazonas, onde todos os anos milhares de pessoas se reúnem Bruno Kelly/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
1º.jul.1924

Festival de boxe ajudará Benedicto

Realizar um festival de lutas de boxe em São Paulo em favor do pugilista brasileiro Benedicto dos Santos.

Essa é a ideia que o boxeador argentino Carlos Scaglia e o seu representante, Santiago Fanetti, pretendem levar adiante para ajudar o lutador que está em recuperação (Benedicto sofreu duros golpes na cabeça no combate contra o italiano Erminio Spalla, no dia 11 de maio).

Scaglia e Fanetti esperam receber o apoio de outros colegas do esporte para que o evento seja promovido. Os empresários da luta Benedicto x Spalla devem ser procurados para a cessão de um teatro em São Paulo para receber esse festival beneficente de pugilismo.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Webb encontra estranhas galáxias 'velhas' nos primórdios do Universo

Pouco a pouco, o Telescópio Espacial James Webb está mudando a forma como entendemos os primórdios do Universo. Ou melhor, está revelando do que não os entendíamos tão bem quanto se supunha. Três objetos em particular parecem indicar que galáxias e seus buracos negros supermassivos tiveram uma evolução diferente da prevista pelo modelo cosmológico clássico.

Observados de início em julho de 2022, os objetos apareceram aos olhos do Webb como bolotas avermelhadas nos confins do espaço —são galáxias, cuja luz partiu de lá entre 600 milhões e 800 milhões de anos após o Big Bang e só agora chegou até nós. Ou seja, estamos vendo-as como elas eram na primeira infância do Universo, que hoje é um senhor com 13,8 bilhões de anos.

Sua descoberta foi reportada em fevereiro de 2023 por um grupo internacional de pesquisadores em um artigo na Nature, e eles já suspeitavam que elas eram galáxias surpreendentemente maduras, com uma massa estelar comparável à da nossa Via Láctea, a despeito de não terem tido os 13 bilhões de anos que a nossa galáxia teve para crescer.

Ao achado se sucederam observações mais detalhadas com a análise do espectro (a "assinatura" de luz) dessas galáxias, que resultaram em um novo artigo, publicado na quinta-feira (27) no Astrophysical Journal Letter, que revelam ainda mais estranhezas.

A investigação espectral revelou que não só as galáxias já são bem parrudas para sua idade como têm um considerável percentual de estrelas velhas em sua composição, dando a entender que o processo de formação estelar começou centenas de milhões de anos antes. Isso colocaria o nascimento dessas estrelas bem perto do próprio Big Bang —não a ponto de contradizê-lo, mas sugerindo que a evolução de estrelas e galáxias começou bem mais cedo do que antes se pensava.

> [...]
> Nos espectros também foram encontrados sinais claros de enormes buracos negros supermassivos. Esses objetos parecem existir no coração de cada galáxia, e sempre se imaginou que eles crescessem acompanhando o desenvolvimento da própria galáxia

Além disso, nos espectros também foram encontrados sinais claros de enormes buracos negros supermassivos. Esses objetos parecem existir no coração de cada galáxia, e sempre se imaginou que eles crescessem acompanhando o desenvolvimento da própria galáxia, mas aqui é possível que os buracos negros sejam desproporcionalmente grandes em comparação com as galáxias que os circundam. De novo, uma indicação de que ao menos alguns núcleos galácticos evoluíram mais depressa do que antes se imaginava.

"Você pode fazer isso encaixar de forma desconfortável no nosso atual modelo do Universo, mas apenas se evocarmos alguma formação insanamente rápida e exótica no começo dos tempos", diz Joel Leja, astrofísico da Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA) e coautor do trabalho. "Este é, sem dúvida, o conjunto de objetos mais interessante e peculiar que eu já vi em minha carreira."

Os pesquisadores alertam que ainda há mais estudos a serem feitos, com observações por tempo maior, a fim de determinar com mais precisão em que medida os buracos negros supermassivos são exagerados e/ou as galáxias são compostas por estrelas velhas. Mas um novo quadro em que a adolescência cósmica é extremamente rápida está se formando, e os modelos terão de evoluir para explicar como isso se deu.

Cansei de ser sexy

Games aposentam lindas garotas indefesas e heroínas voluptuosas em jogos com mulheres de personalidade, que assustam o fã tradicional

A personagem Joanna Dark da franquia 'Perfect Dark' Divulgação

Tiago Ribas

LOS ANGELES Representação clássica do estereótipo da donzela em apuros nos games, a princesa Zelda protagonizará pela primeira vez sua própria aventura no jogo "The Legend of Zelda: Echoes of Wisdom", anunciado pela Nintendo neste último mês de junho.

Além de marcar uma quebra de paradigma para a franquia, a transformação da personagem indefesa em heroína acompanha um movimento amplo na indústria de games, que vem diminuindo a predominância de reproduções hipersexualizadas de mulheres —símbolo desse meio nos anos 1990 e 2000— para as escalar como protagonistas de suas próprias histórias.

No Summer Game Fest, evento realizado no início de junho em Los Angeles, onde foram apresentados os próximos lançamentos da indústria de games, proliferaram títulos de grande orçamento protagonizados por heroínas de ação —algo que só era frequente entre desenvolvedores independentes, mais propensos a arriscar nas produções.

Os dois maiores lançamentos do gigante francês Ubisoft, por exemplo, tem protagonistas femininas. Os jogadores de "Assassin's Creed Shadows" controlarão a ninja Naoe no esperado capítulo inspirado no Japão feudal da série de jogos de RPG de ação.

Já "Star Wars Outlaws", jogo de ação em mundo aberto que se passa entre os acontecimentos dos filmes "O Império Contra-Ataca" e "O Retorno de Jedi", é protagonizado por Kay Vess, uma contrabandista que busca ascender no submundo da Orla Exterior.

"Queríamos contar uma história diferente, mostrar um caminho diferente para um personagem", diz Julian Gerighty, diretor criativo de "Star Wars Outlaws", sobre a escolha da protagonista. "Ela é desajeitada, não tem tanta confiança, mas é determinada e capaz de consertar tudo até conseguir seu objetivo. É muito fácil se identificar com ela."

A Bandai Namco, conhecida por publicar os dificílimos jogos da série "Dark Souls" e "Elden Ring", também adicionou uma mulher ao seu portfólio de protagonistas com Haroona, personagem principal de "Unknown 9: Awakening", desenvolvido pelo seu estúdio canadense Reflector Entertainment.

> [...]
>
> Salvo raras exceções, os jogos lançados dos anos 1980 até os primeiros anos do século 21 encaixavam as personagens femininas em dois principais perfis. Elas podiam ser 'donzelas em apuros' ou personagens hipersexualizadas

A personagem, criada com base na feição da atriz britânica Anya Chalotra —a Yennefer da série "The Witcher", da Netflix—, é uma paranormal com poderes telecinéticos, capaz de controlar seus inimigos. Ao mesmo tempo em que tenta desvendar os segredos sobre seus dons, ela luta contra uma organização maligna.

A Microsoft também destacou games com protagonistas femininas em sua apresentação, que foi uma das mais celebradas da última temporada de eventos de games.

Continua na pág. C3

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

A VER NAVIOS

O Ecad, escritório que recolhe e distribui direitos autorais no país, entrou com uma ação judicial contra a Prefeitura do Recife para cobrar o pagamento de execuções públicas de músicas tocadas no Réveillon e no Carnaval deste ano. O valor reivindicado é estimado em R$ 5 milhões.

AVISO PRÉVIO A entidade diz que já notificou extrajudicialmente a gestão do prefeito João Campos (PSB) também pelo São João, festa que se encerrou neste domingo (30) e que teria apresentado o mesmo problema. Assim como nos outros casos, o próximo passo do Ecad será ingressar na Justiça para cobrar o pagamento.

TUDO EM ORDEM À coluna, a prefeitura, por meio da Fundação de Cultura Cidade do Recife, órgão responsável pelos eventos, diz não fazer o recolhimento porque as festas "têm fins exclusivamente de cunho social, cultural e simbólico, sem qualquer finalidade de obter rendimentos financeiros". Esse é o mesmo argumento utilizado pelas administrações de outras cidades de PE.

HISTÓRICO A gestão João Campos afirma ainda que segue aberta ao diálogo e que já obteve ganhos judiciais em ações anteriores. O Ecad, por sua vez, tem uma visão diferente e diz que o não pagamento contraria a lei em vigor.

NOS AUTOS O STJ (Superior Tribunal de Justiça) reconheceu, no fim do ano passado, que a cobrança de direitos autorais de músicas executadas em eventos promovidos por entes públicos não está condicionada à obtenção de lucro.

TRATO FEITO Neste ano, em posição contrária à da administração do Recife, a Prefeitura de Caruaru, em Pernambuco, decidiu, pela primeira vez, firmar um acordo com o Ecad para pagar as músicas tocadas durante a festa de São João. A decisão contou com o apoio da governadora do estado, Raquel Lyra (PSDB), que é ex-prefeita de Caruaru e adversária política de João Campos.

FATURA O valor exato do que será cobrado do Recife será definido, segundo o Ecad, pela Justiça. Como os eventos são gratuitos, o montante a ser pago pela execução das canções leva em conta gastos como montagem de palcos e cachês de artistas. O escritório diz que a gestão João Campos não disponibilizou essas informações e que o cálculo só poderá ser feito judicialmente.

EM ALTA Levantamento do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) mostra que a região Norte registrou, no primeiro trimestre deste ano, o maior aumento no índice de pessoas empregadas no setor privado da saúde.

EM ALTA 2 O número de empregados no mês de março foi de 157,2 mil, representando uma alta de 6,9% no período analisado. A média nacional de aumento ficou em 1,5%.

MAPA Na sequência aparecem o Sudeste, com uma alta de 2,3% de empregados, o Nordeste, com 1,2%, e o Centro-Oeste, com 0,4%. Já o Sul registrou uma queda de 1,2%. O Brasil encerrou março com 4,9 milhões de empregos na área.

TRINTÃO

Fotos Ronny Santos/Folhapress

Os economistas Edmar Bacha, Pedro Malan e Gustavo Franco 1 receberam convidados no lançamento do livro "30 Anos do Real: Crônicas no Calor do Momento", na semana passada. O evento, que foi realizado na Livraria da Travessa do Shopping Iguatemi, em São Paulo, contou com a presença dos economistas Persio Arida 2 e Elena Landau 3

SURPRESA Quando Patrícia Abravanel foi sequestrada, em 2001, a atriz Polliana Aleixo tinha apenas cinco anos. A artista afirma não ter qualquer recordação do episódio e conta que só foi saber que a filha de Silvio Santos e o próprio dono do SBT foram vítimas de sequestradores já adulta, quando foi convidada para o filme "Silvio", que reconta o ocorrido.

EM CENA No longa, que estreia em 5 de setembro nos cinemas, ela fará o papel de Patrícia. Ao lado de Rodrigo Faro, que interpreta Silvio, os dois recriam no filme a entrevista que Patrícia deu para a imprensa, da varanda da casa da família após ter sido libertada.

MUITO ROMÂNTICO O cantor Xande de Pilares será uma das atrações do Festival Mada – Música Alimento da Alma, que ocorrerá em Natal entre 18 e 19 de outubro. O sambista apresentará faixas do projeto "Xande Canta Caetano", em que homenageia o artista baiano.

ROMÂNTICO 2 Além do sambista, já estão confirmados no evento artistas como Pitty, Djonga, FBC, Fresno, Ana Frango Elétrico e BaianaSystem.

TABLADO O monólogo "Prima Facie", estrelado por Débora Falabella, já tem data para estrear em São Paulo: 20 de setembro, no Teatro Vivo. No espetáculo, que se tornou um fenômeno em sua temporada no Rio, a atriz vive a bem-sucedida advogada Teresa, que tem entre seus clientes acusados de violência sexual. Ela passa a questionar o sistema jurídico, porém, após ser estuprada.

TABLADO 2 A peça é uma adaptação do texto da dramaturga Suzie Miller, que estreou em Londres em 2022 e provocou debates por mudanças nas leis britânicas. A versão brasileira tem direção de Yara de Novaes.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Feira do Livro debate o aborto e mostra poder da linguagem travesti

Primeiro fim de semana do evento recebeu a escritora Camila Sosa Villada, que lança 'Viagem Inútil' e 'A Namorada de Sandro'

Bárbara Blum e Walter Porto

SÃO PAULO O primeiro final de semana da Feira do Livro se encerrou, na noite deste domingo, com Camila Sosa Villada. A escritor argentina está no Brasil para lançar três livros — "Tese sobre uma Domesticação", "Viagem Inútil" e "A Namorada de Sandro".

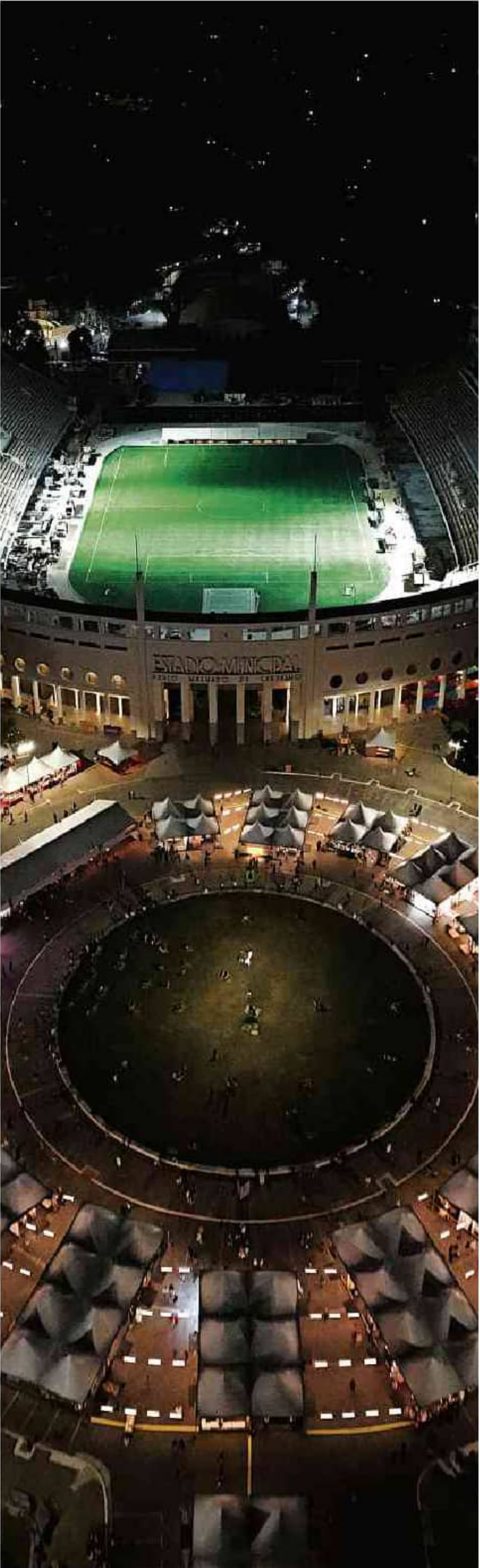
Ela, que é uma mulher trans, fez uma defesa fervorosa da linguagem travesti na literatura, embora não pense que esta deva ser hegemônica. "A linguagem travesti vai enriquecer a palavra", disse. Nos alto-falantes imperou a tradução simultânea, não a voz da autora, algo que repetiu um descompasso geral já presente nas primeiras edições da feira.

As discussões sobre o universo feminino se anunciaram na mesa de Tatiana Salem Levy e da argentina Claudia Piñeiro. Salem Levy lançou "Melhor Não Contar", romance de inspiração autobiográfica sobre o assédio do seu padrasto, e Piñeiro veio ao Brasil para lançar "Catedrais", história da jovem Ana, que decide abortar uma criança.

Mas nem Piñeiro nem Levy tinham intenção de escrever livros sobre a violência contra a mulher quando escreveram as suas obras. A argentina diz, ainda, que não escreveu com a intenção de militar.

No fim da tarde, Rita Lobo esteve na feira e defendeu, em conversa com a colunista deste jornal Isabelle Moreira Lima, a necessidade de todas as pessoas comerem menos carne. Ao mesmo tempo, a chef, que é dona de um pequeno império culinário que inclui livros e cursos, afirmou não ser a favor da imposição do vegetarianismo ou do veganismo, sobretudo nas escolas.

Do mesmo modo, as diferentes formas de criação literária estiveram presentes num debate sobre audiolivro e podcast, com Alice Carvalho, que narra "Coração Apertado", para a Supersônica, e a escritora Beatriz Bracher, uma das idealizadoras da empresa voltada a audiolivros.

No sábado, a mesa mais aguardada teve a presença de Martinho da Vila, que, em 2010, concorreu a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. O cantor afirmou ao público nunca ter tido de fato a intenção de fazer parte da ABL. "Concorri uma vez, uns segmentos do movimento negro vieram e falaram que a ABL tinha sido fundada pelo Machado de Assis e só tinha um negro. Eu concorri, mas não recebi nenhum voto."

Vista aérea da Feira do Livro, em São Paulo Rubens Cavallari/Folhapress

Gilberto Gil anuncia sua aposentadoria dos palcos após série de shows em 2025

SÃO PAULO Gilberto Gil vai se aposentar dos palcos no ano que vem, segundo confirmou sua assessoria de imprensa no último sábado. Aos 82 anos, o cantor e compositor deve encerrar sua rotina de shows depois de se apresentar pelo Brasil e, também, nos Estados Unidos e na Europa.

Sua despedida deve seguir os passos daquela anunciada, em 2022, por Milton Nascimento, outro medalhão da cultura brasileira que se aposentou dos palcos, mas continua trabalhando com música.

Em atividade há mais de seis décadas, Gil é um dos maiores expoentes do tropicalismo. Como os pares Caetano Veloso e Chico Buarque, ganhou projeção nacional com os festivais de música exibidos na televisão nos anos 1960.

Em sua discografia composta por dezenas de álbuns, o baiano mistura ritmos tipicamente brasileiros a influências africanas e caribenhas, ao rock, à música disco e ao funk. Entre os prêmios que já recebeu, estão estatuetas do Grammy e do Grammy Latino.

Gil foi ministro da Cultura nos dois primeiros mandatos de Lula, de 2003 a 2008, e há dois anos tomou posse da cadeira de número 20 da Academia Brasileira de Letras.

A última turnê do artista foi "Nós, A Gente", que percorreu o Brasil e vários países, como Marrocos, França e Suécia. Nela, Gil estava acompanhado de sua família e fez uma homenagem à sua extensa obra. Em 17 shows, a família foi acompanhada pela equipe do Prime Video para as gravações da série "Família Gil".

A personagem Lara Croft da franquia 'Tomb Raider'

Cansei de ser sexy

Continuação da pág. C1

Um dos destaques da Microsoft é "Perfect Dark", que retoma a franquia de jogos de ação dos anos 2000 da espiã Joanna Dark, que ressurgiu após um longo período sem notícias sobre seu desenvolvimento.

Ao menos nessa impressão inicial, a heroína foi apresentada em nova versão, menos erotizada do que a que chegou a estampar a capa da revista masculina britânica FHM em 2005 para promover o lançamento do console Xbox 360.

Salvo raras exceções, os jogos lançados dos anos 1980 até os primeiros anos do século 21 costumavam encaixar as personagens femininas em dois perfis. Elas podiam ser "donzelas em apuros", que precisavam ser salvas pelo protagonista, como Zelda e princesa Peach, ou personagens hipersexualizadas, com roupas reveladoras e corpos voluptuosos. Casos, por exemplo, de Tifa Lockhart, de "Final Fantasy 7", e da maioria das lutadoras de "Mortal Kombat" e "Street Fighter".

Quando elas representavam personagens secundárias, a exploração de personagens femininas costumava ser ainda mais explícita. Em "Duke Nuken 3D", de 1996, o jogador combatia monstros num planeta devastado, mas encontrava pelo caminho strippers que mostravam os peitos caso recebessem uma gorjeta.

Já "God of War" —o original, de 2005— conta com um minigame sexual em que o jogador pode participar de um ménage com outras duas mulheres.

Um dos símbolos da era de hipersexualização nos games depois se tornou marco da mudança dessa cultura. Lara Croft, de "Tomb Raider", representada desde 1996 com um "corpão violão", com cintura fina e peitos exageradamente grandes, passou por um "reboot" em 2013 e ganhou um visual com proporções mais fiéis à realidade e menos sexualizado.

"A Lara Croft é um caso clássico em que se abandonou aquele perfil extremamente sexualizado", afirma Érika Caramello, CEO do estúdio Dyxel, cofundadora da Rede Progressista de Games e professora universitária. "Não que ela ainda não seja bonita ou tenha lá seus atrativos. Querendo ou não, para ser vendável, ela ainda se baseia muito em estereótipos", ela afirma.

Segundo Caramello, o fenômeno atual é resultado tanto de mudanças culturais quanto econômicas. Em meio a uma crise, com dezenas de estúdios fechados, projetos cancelados e milhares de demissões, a indústria de games "AAA" —como são chamadas as grandes produções— busca novos públicos para recuperar seu crescimento. E as mulheres, que já são uma parcela bastante importante dos jogadores em dispositivos móveis, aparecem como alvos prioritários.

"A gente aponta já há muitos anos, até mesmo no Brasil, que mais mulheres consomem jogos do que homens. Obviamente, a indústria está atenta a esses novos nichos para ampliar sua base de consumidores", afirma Caramello.

No caso da Nintendo, que além do novo jogo de Zelda lançou em março "Princess Peach: Showtime!", aventura protagonizada pela princesa Peach, a estratégia parece clara. Mesmo assim, Bill van Zyll, diretor sênior e gerente geral para a América Latina da Nintendo of America, afirma que os jogos da empresa são voltados para todos, ainda que admita um apelo especial às jogadoras.

"Não tenho certeza se esse [ampliar o público consumidor feminino] é necessariamente o principal ou único ponto. Nosso público vai de cinco a 95 anos e temos uma boa mistura, com uma representação alta de jogadoras mulheres. Certamente elas vão curtir esses jogos, mas, para deixar claro, são jogos para todo mundo", ele afirma.

O cuidado na declaração do executivo tem seu motivo. Ainda que a indústria não tenha abandonado por completo sua tradição de heroínas sexy —jogos como "Stellar Blade" e a série "Bayonetta" são a prova disso—, essa mudança de padrão é alvo recorrente de patrulhas misóginas nas redes sociais, que veem essa tendência como uma submissão dos desenvolvedores ao politicamente correto.

Heroínas de ação como Aloy, da série "Horizon", e Abby, de "The Last of Us Part 2", por exemplo, são constantemente lembradas como exemplos de personagens feias ou masculinas demais. A nova Joanna Dark também não escapou das críticas, ainda que a personagem tenha sido criada com base na imagem e nos movimentos da modelo canadense Elissa Bibaud.

Caramello, a professora, reconhece que, apesar das mudanças pelas quais o cenário de games passa nos últimos anos, com uma maior participação de mulheres e pessoas LGBTQIA+, a cultura gamer ainda é em grande parte masculina e tóxica a esses novos públicos. Segundo ela, parte do problema está nas próprias desenvolvedoras, que não se posicionam de modo firme para defender suas protagonistas.

"Se uma empresa tiver como foco o público feminino e ela não está olhando para isso [a toxicidade das redes], aí ela tem um grande problema", diz.

Na visão de Caramello, algumas empresas deixam de tomar providências em relação à toxicidade de suas comunidades por também lucrar com as polêmicas que se espalham pelas redes sociais, criando exposição gratuita para seu jogo. "Quanto mais briga, mais o negócio fica efervescente e mais o algoritmo das redes sociais rende dinheiro para eles."

A professora aponta como solução a regulação das redes. No entanto, enquanto isso não acontece, cabe à comunidade, e em especial às mulheres, cobrar desenvolvedoras e publicadoras de games para que façam uma gestão eficiente da comunidade de seus jogos e deem real importância para a diversidade, tanto nas personagens de seus games quanto internamente, levando mulheres a postos de comando.

Ver a personagem Zelda, por exemplo, como protagonista da sua própria aventura é um grande passo para as jogadoras, mas é só o começo para a conquista do espaço das mulheres no mundo dos games.

O jornalista viajou a convite do evento

A personagem Cammy da franquia 'Street Fighter' Fotos Divulgação

Mergulhador explora o fundo do fictício mar Veiled em 'Endless Ocean Luminous', para Nintendo Switch Fotos Divulgação

Mergulho de 'Endless Ocean Luminous' é raso

Game de exploração oceânica é tão repetitivo que insulta a paixão pela ciência e o próprio filão dos jogos para relaxar

GAMES
Endless Ocean Luminous
★★☆☆☆
Desenvolvedora: Arika. Disponível para Nintendo Switch. R$ 249. Livre

Henrique Artuni

De porto em porto, Charles Darwin coletou e catalogou toda sorte de espécimes. Quase 200 anos e um sem-fim de documentários da Discovery depois, não é mais preciso se arriscar para conhecer os mistérios do mundo animal. Por essas e por outras, "Endless Ocean Luminous", para o Nintendo Switch, beira um insulto à ciência apaixonada.

Nesse simulador de mergulho que promete sete mares de descobertas, a experiência se parece terrivelmente com uma piscina infantil.

O game é o terceiro de uma franquia pequena, que começou no Wii e conquistou um nicho pelo seu aspecto contemplativo. Nele, você é um mergulhador que escaneia as criaturas do fictício mar Veiled.

Ao se deparar com um cardume, pressionamos um botão e os peixes são escaneados, entrando para a lista de descobertas, com seu nome popular, científico e uma breve descrição enciclopédica de suas características e hábitos.

Dos tempos do Wii —os anos 2000 e 2010— para cá, relaxar virou moda entre as produções, sobretudo independentes, a ponto dessa moda ter se exaurido, não sem deixar pérolas como "Journey", "Unpacking" e "Abzû" —este último, uma bela aventura submarina.

Mas, nesse novo "Endless Ocean", é difícil reagir de modo diferente a de um peixe morto. Os visuais simples e coloridos dão conta de gerar uma boa impressão ao reproduzir fielmente as criaturas e o mar. Mas, por trás da maquiagem, paira um estranho comportamento muito pouco realista —cardumes vão e vêm roboticamente, peixes não se assustam com tubarões ou baleias que balançam suas caudas ignorando a presença de um humano curioso.

É claro que o excesso de realismo pode só atrapalhar a experiência, ou oferecer algo mais frenético, como em "Subnautica" ou na complexidade crescente de "Dave the Diver", para citar outros games do subgênero písceo.

Em "Luminous", a jornada pode ser instigante no começo, conforme o jogador tenta escanear mais e mais seres, descobre crustáceos escondidos, se depara com uma solitária baleia jubarte e tira fotografias para guardar de recordação dentro do catálogo do jogo —e da própria galeria de imagens do Switch.

Mas pouco avança —o jogador nada com um botão e, com outro, investiga as criaturas. É preciso segurar o botão até que o processo se conclua, depois navegar pela lista numa interface primária, com tipografia grande e pouco atrativa e com uma narração monótona e computadorizada. Enfim, é preciso se esforçar para encontrar o encanto em meio a tanta repetição.

Tampouco há uma diversidade de modos de jogo —há o de exploração individual, em um mapa de médio porte, onde o jogador obtém pontos para desbloquear os capítulos. Cada um deles traz um breve tutorial e um pedacinho de história, mas as fases são tão curtas (e tão demoradas para desbloquear) que nem compensa chegar ao fim.

O que salva um pouco do marasmo é o modo de exploração "multiplayer" online, em que vários jogadores se reúnem para encontrar a maior quantidade de seres num mapa.

Com a ajuda de outras pessoas, o processo é mais rápido, com recursos de interação e pequenas missões que dão ritmo à jogatina. Mas é preciso insistir, dar mais de uma chance para a coisa engrenar.

Enfim, sem incentivo, variedade nem estofo educativo o suficiente, "Endless Ocean Luminous" parece mais o protótipo de um mar raso, povoado de simulacros. É um desperdício do próprio trabalho técnico louvável de recriar, na tela, um mundo tão misterioso.

Cena do jogo 'Sand Land', baseado em mangá de Akira Toriyama

'Sand Land' honra visual de 'Dragon Ball', mas é um jogo indeciso

GAMES
Sand Land
★★★☆☆
Desenvolvedora: ILCA. Disponível para PC, PS4, PS5 e Xbox Series X|S. De R$ 242,50 (PC) a R$ 299,90 (outros consoles). 12 anos

A adaptação para os videogames de "Sand Land" destaca aquilo que Akira Toriyama, o criador de "Dragon Ball" —que morreu em março, aos 65 anos—, tanto amava desenhar, os veículos. Entendemos por isso veículos futuristas, sobretudo terrestres, como os tanques de guerra, motos e outras geringonças que pilotamos por grande parte do game.

Apesar de vasto e com visuais impressionantes, que traduzem à perfeição o traço de Toriyama para o 3D —talvez mais que qualquer outro jogo de "Dragon Ball", mais próximo do refinamento dos "Dragon Quest"—, o jogo não esconde os ares de um produto licenciado. É um RPG de ação com boas ideias e vícios antigos.

O jogo se apresenta aos poucos, levando duas ou três horas para apresentar todas as facetas da aventura. Em um mundo pós-apocalíptico, controlamos o jovem demônio Beelzebub. Exploramos um mapa desértico vasto, com cara de faroeste americano, ora a pé, ora sobre rodas, navegando entre as missões.

Como é comum nos animes de "porradaria", o maniqueísmo é evidente, bem como estereótipos de personagens e suas construções, em diálogos e gestos exagerados. Tudo é compensado pelo estilo de Toriyama, com suas figuras coloridas e cômicas.

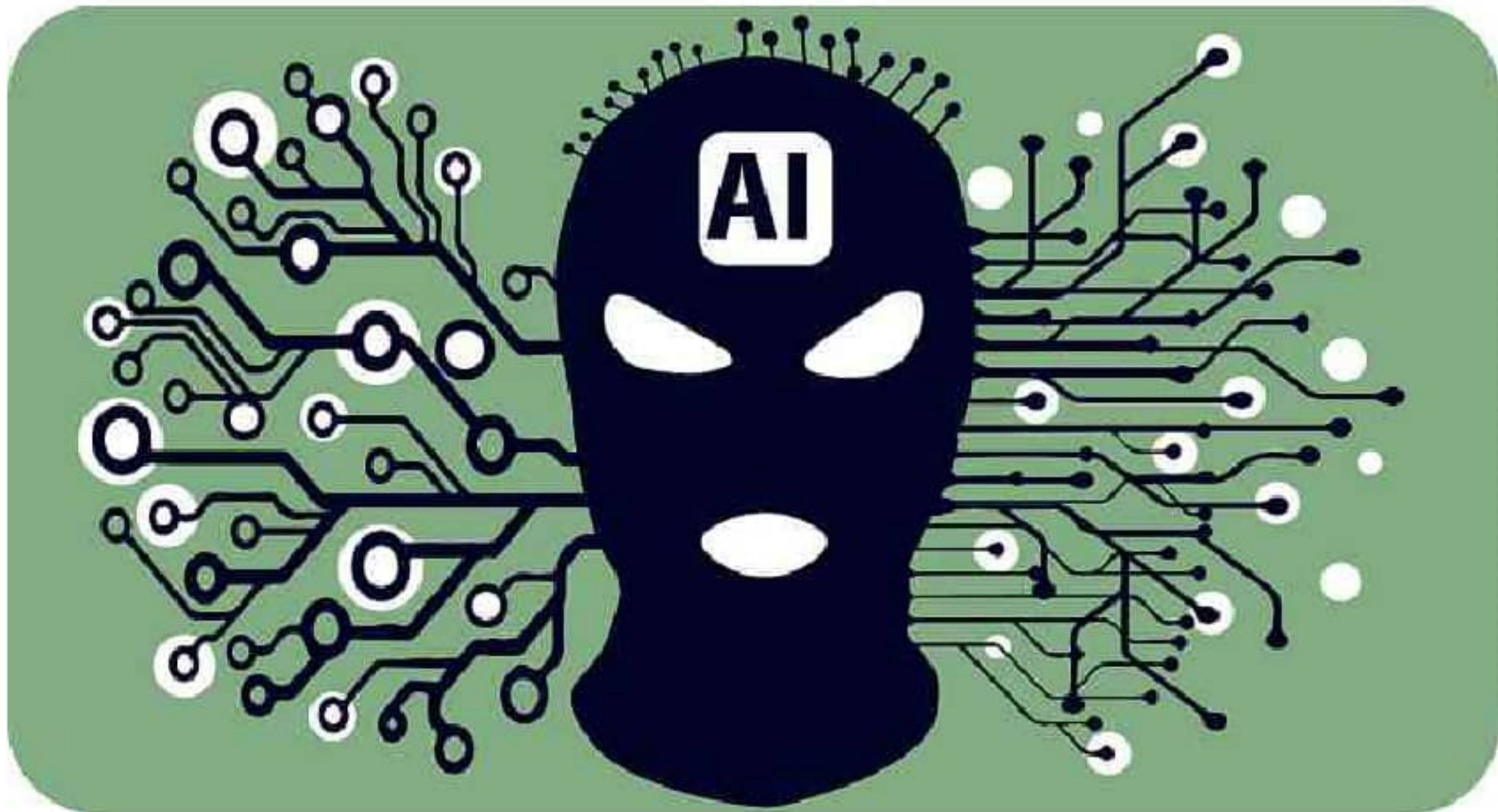
Mas seria mais eficaz se o jogo não embarcasse em encher linguiça com diálogos genéricos e "cut scenes" que imploram para serem ignoradas.

Também é típico dos RPGs japoneses ter missões que apenas consistem em ir e voltar entre lugares e coletar materiais, e essa prática funciona bem quando integrada ao andamento do jogo.

São neles onde ocorrem as batalhas mais interessantes, que consistem em atirar em monstros ou humanos inimigos e seus maquinários enquanto se lida com as limitações de um tanque —sua velocidade, capacidade de mira, munição—, de um veículo saltador —menor e mais rápido—, de um robô kung-fu ou mesmo numa camioneta com lança-mísseis, motos e veículos que flutuam. É uma delícia poder trocar rapidamente entre eles durante as batalhas e, ainda, os personalizar.

Quando se sai dessas armaduras, porém, as lutas perdem a graça pela falta de complexidade. No mano a mano, os botões de ataque são esmagados com uma ou outra habilidade especial dos seus parceiros, e se esquiva de inimigos com ataques previsíveis e fracos.

Com o sistema de experiência, novas habilidades podem ser adquiridas com o tempo, mas esse tipo de luta vai se tornando ocasional, como se o jogo não soubesse decidir entre os dois caminhos que segue.

É um conjunto de jogo que contrasta com o visível esmero plástico e técnico. Os controles são leves e fluidos, e o game está bem otimizado nos PCs. A assinatura de Toriyama é evidente no modelo dos personagens, na dublagem e na concepção geral dos mapas abertos que dão um senso de grandiosidade sem ignorar as opções de viagem rápida. **HA**

Ricardo Cammarota

Promiscuidade

O conceito histórico de Estado moderno não pegou na América Latina

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'A Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo

Saudade do corrupto honesto. Bastava-lhe um punhado de dinheiro e uma gostosa. Hoje, a corrupção é sistêmica, profissional, tem marketing e governança. Logo haverá um MBA.

O Brasil está à deriva. Uma jangada ao sabor das tempestades. Dominado pelos salamaleques de autoridades promíscuas. Antes se tratasse de sexo, mas não, trata-se de simples falta de vergonha na cara regada a muito "blábláblá".

As pautas humanistas, elas em si importantes, quando transformadas em foco das instituições públicas, tornam-se justificativas para a pura inação regada a festas e eventos. Inação diante da principal ameaça à democracia —tema da moda—, do cadafalso dos brasileiros no cotidiano, do desespero com as instituições judiciais: o crime organizado.

O Estado está atravessado pelas acomodações ao crime organizado. O mercado também acomoda-se às demandas dos "novos players" —o capital criminoso.

Claro que esse é um drama mundial. A globalização do capital do crime é muito mais ágil do que a do capital legítimo —não vou entrar no debate sobre essa legitimidade de aqui porque cada vez mais será difícil a separação entre dinheiro limpo e dinheiro sujo no mercado mundial.

Sobre isso, aliás, o filósofo britânico John Gray, autor do excelente "Cachorros de Palha", já disse que sua principal objeção ao mercado da biotecnologia regada a inteligência artificial é que um dos seus patrocinadores "premium" será o crime organizado. Argumento elegante que desvia o foco da crítica do comum debate ético para a incomum consciência de que o mundo, como sempre, capitula —para além dos seus eventos festivos, cada vez mais parecidos com a Disney— diante da violência organizada de cada época.

O conceito histórico de Estado moderno, nascido lentamente na Europa depois de guerras religiosas devastadoras, não pegou na América Latina, com possíveis exceções nalguns países, por algum tempo.

A principal ameaça à democracia no Brasil é o narcotráfico, "player" na vida institucional do país, de lavagem de dinheiro no mercado a incursões sólidas e sustentadas nos agentes públicos de vários graus.

Fala-se muito da incursão das redes e plataformas na soberania do Estado brasileiro, com palavras pomposas, mas, na verdade, quem está destruindo a soberania do Estado brasileiro é o narcotráfico.

Todo mundo sabe disso, inclusive os bonitinhos que fumam um baseado. Fume um baseado, mas não pose de santa gente a rodo, mais do que numa guerra, e tudo que o brilhante presidente faz é posar de papa dos oprimidos.

Mas a promiscuidade do Estado brasileiro não está limitada à participação nos negócios do crime organizado.

O comportamento promíscuo junto a empresários poderosos, suas festas, eventos patrocinados, viagens caras ao exterior para discutir um país ingovernável, onde se morre de fome, onde bandidos matam gente honesta —claro, existe os bonitinhos que acham que bandidos são vítimas sociais—, onde você não pode falar no celular na rua, onde quando você para no trânsito você espera algo pior do que o trânsito em si.

A política sempre se deu bem com a patifaria, o crime, a promiscuidade, porque todos eles transitam pelo poder.

Nas últimas décadas, a corrupção aqui atingiu um nível tal que o paciente parece terminal. O problema é que uma sociedade terminal implica um processo terrível de dissolução.

Afora simpatias ideológicas, oportunismos diversos, vaidades ciclópicas, a confiança nas autoridades do Estado recua. Mas elas continuam brincando de príncipes nos seus castelos financiados sabe-se lá por quem —além, claro, dos nossos impostos pagos para nada.

O problema da erosão da soberania do Estado é que ele precisa, cada vez mais, se tornar violento e autoritário, cercando quem ele considera um risco, para manter a soberania. Perde em legitimidade, mas ganha em aniquilar a liberdade de pensamento. Resumindo a ópera: pune-se o cidadão comum, mas se negocia —o próprio Poder Judiciário— com os bandidos de estimação.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Ei, 'psiuêrs'...

Ninguém te ama, ninguém te quer, ninguém te chama de 'fala, camundongão'

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

O garçom está de costas. Bem como o guarda, o atendente, a mulher do caixa e a vendedora que, ocupada ou distraída, conversa com uma colega enquanto você precisa de ajuda. Não há como ler crachás, nem levantar bracinhos. O ambiente é ensurdecedor. Você precisa, sim, de um aceno em forma de palavra. Qual?

"Hmmm, depende. A 'madrinha' quer ir para onde?", perguntou o taxista simpaticão assim que embarquei. Referia-se ao caminho com menos trânsito, mas foi exemplo perfeito do que acontece quando aguço meus ouvidos e coleciono vocativos.

Eu poderia ser bastante teórica aqui, discorrendo junto a "ô moços" e "moças" sobre significantes e significados, mas passemos à conversinha fiada. Chamar anônimos por termos deliciosamente aleatórios é o que constitui a verdadeira sociedade civil —ou pelo menos era isso que eu pensava.

Numa enquete promovida pelo instituto Data Eu Mesma, assuntei "queridões" de norte a sul do país. E por entre gente despachada e introvertida, conversadora e caladona, boêmia e fóbica social, coletei dados que vão de "bom dia, abençoada" a "e aí, arrombado?" numa virada de esquina.

"Amigo", "amiga", "amigão" e "irmão" são familiares a todos, aparecendo aqui e acolá um "valeu, paizão!". "Mestre", "chefe", "chefia" e "diga aí, diretor!" também bateram ponto, em geral não aplicados a quem está no comando. Vocativo maroto tende a ser mais lúdico e desconectado da realidade, vide o tanto de pós-jovens que registrei carinhosamente referenciados como "a senhorita" e "fala, moleque".

Para toques de realeza, "meu príncipe". De riqueza, "minha joia". "Meu anjo" enquanto imagem de "genteboíce" blasfema. "Um amigo meu só chama garçom de Amadeu". Anotei. "Aprendi com Luis Fernando Verissimo a chamar pela profissão, ele usa 'garçom' mesmo". Invejei, pois Verissimo pode chamar qualquer um de qualquer coisa. Menções honrosas a "camundongão", "dom" e "vereador". Num total de zero "psius".

O saldo final, porém, me surpreendeu. A maioria dos "meus bons" apenas cala. "Chego perto e pronto." "Não chamo de nada, não." Amargurada, me lembrei do compositor Antônio Maria, autor de "ninguém me ama/ ninguém me quer/ ninguém me chama de meu amor" —justamente, meu vocativo predileto.

Nada me conforta mais do que assistir a completos desconhecidos, em atos de gentileza gratuita, abrindo uma nesga de intimidade descartável e absoluta, por poucos segundos. Essa é a engrenagem social na qual acredito. "Vai levar, meu amor?" Vou, sim. Pela vida toda.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | **TER. Manuela Cantuária** | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

História de Diane von Furstenberg, icônica estilista, está no streaming

Diane von Furstenberg: Mulher no Comando
Disney+, 16 anos
Há 50 anos, Diane von Furstenberg transformou o guarda-roupa feminino ao criar o vestido envelope, uma peça única que envolve qualquer corpo e o torna elegante. O sucesso foi estrondoso e, para Furstenberg, o epítome da independência. O documentário mostra como a filha de uma sobrevivente do Holocausto se tornou um exemplo de resiliência, empreendedorismo e estilo.

Segura Essa Pose
Globoplay, 14 anos
Reality apresenta a cena ballroom do Rio de Janeiro, inspirada no movimento americano criado há 50 anos e que mistura dança, moda, performance e competição. Jovens LGBTQIA+ cariocas constituem famílias, batizadas de "houses" e competem entre si.

Juanpis González: O Presidente do Povo
Netflix, 14 anos
Filme colombiano que satiriza a indelével corrupção do Estado. Quatro anos depois de um governo de esquerda, Juanpis González, o "presidente do povo", chega ao poder em 2026, mas ele é esnobe e mimado e governa só para si mesmo.

Grandes Mitos: Vikings
Curta!, 19h30, 14 anos
Série documental sobre a mitologia nórdica, que inspirou sucessos como "Thor" e "Game of Thrones". O primeiro episódio mostra a luta do deus Odin contra as ameaças que assolam Asgard e a fúria que Loki desperta em Thor.

Resistência e Reconstrução
TV Globo, 20h30, livre
Uma série dentro do Jornal Nacional sobre a reconstrução do Rio Grande do Sul, com o recomeço do comércio e o retorno do turismo; a volta da produção das fábricas de grande porte ao estímulo do consumo de produtos gaúchos; o aprendizado com a crise e o aumento do investimento em educação ambiental.

Roda Viva
TV Cultura, 22h, livre
O programa recebe pela primeira vez o locutor Galvão Bueno, dono de uma voz marcante e criador de bordões inconfundíveis nas coberturas da Fórmula 1, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos da TV Globo por cerca de 40 anos.

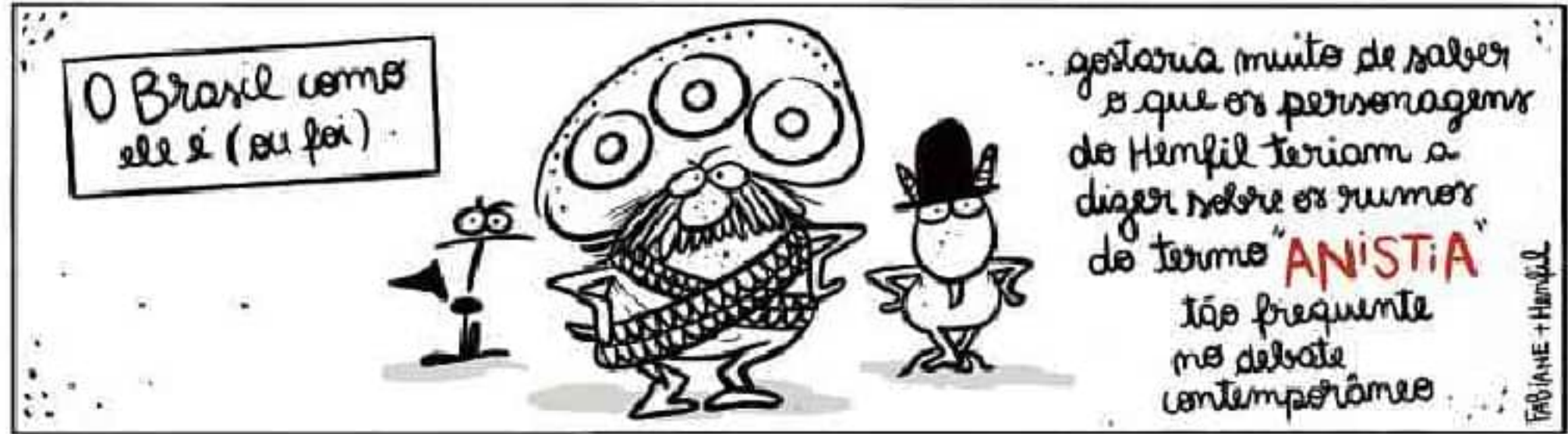
QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

5			8				9	
	4							
			4		3			
		2			9	6		
	8	4	5		2			
7				6				1
	7	1			5		3	
9							2	5
	6							

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

5	2	6	8	7	1	4	9	3
8	4	3	9	5	6	7	1	2
1	9	7	4	2	3	5	6	8
3	1	2	7	8	9	6	5	4
6	8	4	5	1	2	3	7	9
7	5	9	3	6	4	2	8	1
4	7	1	2	9	5	8	3	6
9	3	8	6	4	7	1	2	5
2	6	5	1	3	8	9	4	7

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Grupo de versos que apresentam, comumente, sentido completo **2.** Lei federal de incentivo à cultura **3.** Pentear e dispor convenientemente (o cabelo) / Nara Leão (1942-1989), cantora **4.** Quantidade de coisas sobrepostas / Geralmente termina com amém **5.** Cada superfície de sustentação do avião / (Ilhas) Arquipélago da Austrália, a sudoeste de Java **6.** Dança de roda, com predominância de sapateado e acompanhada de músicas, em que se alternam estrofes com refrão **7.** Lázaro Ramos, ator / A tecla do extremo superior esquerdo do teclado / Tudo sem vogais **8.** O português de Sá, fundador do Rio de Janeiro **9.** O idioma de Vladimir Putin / Demais! **10.** Recolher por meio de sucção (pó, sujeira etc.) **11.** O Fernando Veríssimo escritor / Indivíduo sem asseio **12.** Estar prestes a morrer **13.** Red.: Flamengo / (Pop.) Abafo.

VERTICAIS
1. Que está fora da flor **2.** Correr o risco / Habitual **3.** O escritor Capote (1924-1984), de "A Sangue Frio" / Parte do milho que contém os grãos **4.** Cana usada na fiação manual / Falta de juízo **5.** As vogais de coruja / Mamífero roedor / Nelson Sargento (1924-2021), sambista **6.** Atitude de quem é dado a bravatas / O continente da Mongólia **7.** Ernesto Nazareth (1863-1934), músico / (Abrev.) Exame realizado para verificar o funcionamento do coração / Amontoado de cascalho de mineração **8.** (Veter.) Doença infecciosa circunscrita a limitado número de animais, em determinado ambiente e contemporaneamente. / Abreviatura do mês 1 **9.** Livro de geografia / Mulher que recebeu título acadêmico.

HORIZONTAIS: 1. Estrofe, **2.** Rouanet, **3.** Toucar, NL, **4.** Ruma, Reza, **5.** Asa, Cocos, **6.** Fandango, **7.** LR, Esc, Td, **8.** Estácio, **9.** Russo, Uau, **10.** Aspirar, **11.** Luis, Sujo, **12.** Agonizar, **13.** Fla, Sauna.

VERTICAIS: 1. Extrafloral, **2.** Ousar, Usual, **3.** Truman, Espiga, **4.** Roca, Dessiso, **5.** Oua, Castor, NS, **6.** Farronca, Ásia, **7.** EN, ECG, Curuzu, **8.** Enzootia, Jan, **9.** Atlas, Doutora.